



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DO SENADO
FEDERAL FRENTE À POLÍTICA DE CÂMBIO
ADMINISTRADO (JANEIRO DE 1995 A JANEIRO DE 1999)**

BRASÍLIA
2006



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DO SENADO
FEDERAL FRENTE À POLÍTICA DE CâMBIO
ADMINISTRADO (JANEIRO DE 1995 A JANEIRO DE 1999)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília – UnB como condição parcial para obtenção do título de mestre em Ciência Política.

Ricardo de João Braga

Orientador: Prof.: Paulo Du Pin Calmon

BRASÍLIA

2006

Dedico este calhamaço de esforço

Aos filhos, Marina e João, à esposa, Flávia, aos pais, Alzira e Francisco, pois são a base do que sou, de minha felicidade. Bênçãos em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que tornaram possível minha participação no curso de mestrado e a confecção da dissertação. Entre eles o pessoal do trabalho e todos os servidores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a quem recorri em busca de ajuda, todos interessados no levantamento de informações e imbuídos do real interesse em que eu concluísse com sucesso o curso e a dissertação. Os professores do IPOL da UnB, por terem aberto na Ciência Política uma porta muito interessante para quem é graduado em Economia. Os amigos que leram os rascunhos da dissertação, todos críticos e positivos.

Agradeço em especial ao Professor Paulo Calmon, pois não só se mostrou um orientador digno do título – grande conhecimento da matéria e da literatura atual, didático, acessível e motivador – como foi responsável pela “ressurreição” da minha fé nas Ciências Sociais, que andava abalada com a matematização excessiva da Economia e as discussões velhas e ocas sobre direita versus esquerda, Liberalismo versus Estado. O Professor Calmon foi o responsável pelo meu encontro com uma vasta literatura que, entre outras virtudes, é capaz de relacionar Economia com Política de forma útil e inteligente, conceitos técnicos como preferências a situações complexas como decisões políticas, pressões sociais e comportamento de agentes a constrangimentos causados por instituições.

Todo conhecimento é incompleto, tanto mais na cabeça de um mestrando, e sujeito a erros e equívocos que são de responsabilidade apenas do autor, como de praxe. Contudo, me sinto tendo dado mais um passo adiante com a ajuda de muitos. Assim espero...

SUMÁRIO

RESUMO	08
ABSTRACT	09
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 2 - PROBLEMÁTICA DE PESQUISA – ASPECTOS TEÓRICOS	14
2.1 Delegação	15
2.1.1 Teoria agente-principal – por quê abrir mão de poderes?	17
2.1.2 Patrulha de polícia e alarme de incêndio – o controle indireto	20
2.1.3 Controle das políticas públicas pela escolha dos dirigentes – o controle “ex ante”	22
2.2 Comissões Legislativas: composição, motivação e forma de atuação	23
2.2.1 Teorias Distributivista, Partidária, Informacional e Condicional - Introdução.	24
2.2.2 Teoria Distributivista	25
2.2.3 Teoria Informacional	26
2.2.4 Teoria Partidária	27
2.2.5 Teoria Condicional	28
2.2.6 Uma aplicação parcial ao Brasil	29
2.3 Relações Executivo-Legislativo	32
2.3.1 A relação Executivo-Legislativo no Brasil – Conflito, Coordenação e Governabilidade	32
2.3.2 A Relação Executivo-Legislativo no Brasil e a Política Monetária	36
CAPÍTULO 3 - PROBLEMÁTICA DE PESQUISA – ASPECTOS INSTITUCIONAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS.	39
3.1 Aspectos Institucionais	39
3.1.1 Antecedentes – 1964-1993	40
3.1.2 Mudanças institucionais com o Plano Real	44

3.1.2.1 A nova composição do CMN	44
3.1.2.2 Poder Legislativo e Política Monetária	48
3.1.2.3 COPOM	49
3.2 Aspectos Econômicos	51
3.2.1 Antecedentes	51
3.2.2 Implementação do Plano Real	53
3.2.3 Políticas Cambial e Monetária, Inflação e Crescimento	55
3.2.3.1 Políticas Cambial e Monetária	56
3.2.3.2 PROER e PROES	66
3.2.3.3 Resultados da Política Econômica 1994-1999	68
3.3. Plano Real – Apoio Popular e Patrimônio Eleitoral	73
3.4 A Comissão de Assuntos Econômicos – Características Gerais	76
3.4.1 Divisão de Competências dentro do Senado Federal	76
3.4.2 Membros e sua Atuação	77
3.4.3 Análise de Operações de Crédito – A Principal Atividade	80
3.4.4 Reuniões com Autoridades da Área Econômica	82
3.4.5 Reuniões com Outras Comissões	85
CAPÍTULO 4 – HIPÓTESES	86
4.1 Incapacidade Técnica dos Senadores	86
4.2 Decisões pela escolha dos Presidentes do Banco Central	87
4.3 Disciplina da Coalizão	88
4.4 Alinhamento de Preferências dos Parlamentares	89
4.5 Incerteza quanto aos Resultados Econômicos e Políticos de Alteração no Câmbio Administrado	89
CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA	92
5.1 Estudo de caso	92
5.2 Pesquisa documental	93
5.3 Bancos de Dados	96
5.4 Observação <i>in loco</i>	97
CAPÍTULO 6 – RESULTADOS DA PESQUISA	98
6.1 Quadro Geral	98
6.2 Programações Monetária	99
6.3 Perfis de atuação na CAE	101

6.3.1. Consciência da relação juros altos-câmbio valorizado, mas sem contestação da política de câmbio	101
6.3.2. Consciência das prerrogativas do Senado Federal e da CAE em relação às políticas monetária e cambial	102
6.3.3 Consciência e explicitação da relação juros altos-câmbio valorizado e contestação da política cambial	103
6.3.4 Discursos de palanque	104
6.4 Hipóteses	104
6.4.1 Hipótese 1: Incapacidade Técnica dos Senadores	105
6.4.2 Hipótese 2: Decisões pela Escolha dos Presidentes do Banco Central	106
6.4.3 Hipótese 3: Disciplina da Coalizão	108
6.4.4 Hipótese 4: Alinhamento de Preferências dos Parlamentares	109
6.4.5 Hipótese 5: Incerteza quanto aos Resultados Econômicos e Políticos de Alteração no Câmbio Administrado	110
6.5 Conclusão	113
7 – CONCLUSÃO	115
8 – BIBLIOGRAFIA	117
9 - ANEXOS	124
9.1 – Anexo I – REUNIÕES DA CAE	124
9.2 – Anexo II – FREQUÊNCIA DE DISCURSOS PARLAMENTARES	169
9.3 – Anexo III – PERFIL ACADÊMICO – PROFISSIONAL DE MEMBROS DA CAE	177
9.4 – Anexo IV – COMPETÊNCIAS DA CAE	182

RESUMO

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal tem, entre outras atribuições, competência sobre as questões cambiais e monetárias. Esta dissertação apresenta o comportamento dos membros da CAE no que toca à política de câmbio administrado praticada no período janeiro de 1995 a janeiro de 1999. A pesquisa baseou-se no estudo de várias fontes primárias e na literatura sobre comissões legislativas – derivadas do novo institucionalismo dos EUA – e sobre relações Executivo-Legislativo no Brasil. Concluiu-se que os membros da CAE dividiam-se em quatro posturas básicas em relação ao regime cambial: o que reconhecia os problemas do câmbio de então mas não contestava o regime em funcionamento; o que reconhecia os problemas, apontava-os, mas não apresentava alternativas concretas; o que contestava a ação geral da CAE, vista como liberal em relação às suas próprias prerrogativas; e o grupo que praticava discursos superficiais, distantes da análise técnica da questão. Levantaram-se cinco hipóteses para explicar este comportamento. Foram descartadas aquelas que explicavam a ação dos senadores a partir da incapacidade técnica dos parlamentares, da disciplina da coalizão de governo e do alinhamento de preferências entre os membros da CAE. Foram consideradas como explicativas duas delas: a primeira vê na escolha dos presidentes do Banco Central uma forma de determinar a política de câmbio; a segunda considera o câmbio administrado de então uma variável econômica que, ao ser modificada, traz grande incerteza sobre seus resultados econômicos e grandes prejuízos políticos para os responsáveis, o que levaria ao distanciamento dos senadores em relação à proposição de modificações.

Palavras-chave: Processo Legislativo, Comissões Legislativas, Relações Executivo-Legislativo, Regime Cambial, Câmbio.

ABSTRACT

The Senate's Committee for Economic Issues (CEI) has, among its responsibilities, the duty to make assessments of the Brazilian exchange rate regime. This dissertation analyses the behavior of CEI members, concerning decisions, speeches and other acts related to exchange rate regime, from January 1995 to January 1999. The research used primary data and theoretical support from the studies of legislative Committees in the USA and from the Congress-Government relations in Brazil. It concluded that CEI members can be split in four groups: the first group perceived problems in the exchange rate regime, but continued giving support to the Executive's economic policy; the second group was aware of these problems, gave speeches against it, but did not present any concrete alternative; the third group criticized the general behavior of the CEI, stating that other CEI members were not effectively accomplishing the duty of assessing the exchange rate; finally, the fourth group just gave shallow speeches about the issue. Five hypotheses were elaborated to explain the groups' behavior. Three of them were rejected: the first one assumed that Senators were not able to deal with economic problems; the second hypothesis assumed that all Senators had the same preferences about exchange rate regime; and the third one sustained that the Government's support base was very obedient. Two hypotheses were successful. The first one assumed that congressmen showed their preferences on exchange rate regime when they voted to choose the Central Bank presidents. The second hypothesis suggested that modifications in exchange rate regime produce uncertain economic results and generate potential political risks. As a consequence, senators acted rationally, avoiding risks involved in changing exchange rate regime.

Key-words: Law-Making Process, Congress-Government relations, Congressional Committees, Exchange Rate Regime.

Capítulo 1

INTRODUÇÃO

Este trabalho procura apresentar a posição da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, do Senado Federal, em relação à política cambial praticada no período compreendido entre janeiro de 1995 e janeiro de 1999. Busca-se ainda, como um passo seguinte e exploratório da pesquisa, apresentar hipóteses para o comportamento adotado pelos membros da Comissão.

A literatura de Ciência Política sobre o Congresso Nacional Brasileiro e sua relação com a política monetária é bastante escassa. Para o Brasil, de fato, é extenso e solidificado o debate sobre as relações gerais entre os Poderes Executivo e Legislativo. A partir das macro características institucionais que compõem as relações políticas no país – presidencialismo, federalismo e o sistema de partidos – os autores procuram encontrar as bases para o comportamento político no Brasil, tocando pontos importantes como coordenação ou submissão de poderes, governabilidade ou desgoverno do sistema. Nesta linha encontrou-se uma escassa literatura sobre o caso particular de relação Executivo-Legislativo aqui tratado – a questão monetária. O capítulo 2 da dissertação apresenta esta discussão.

O mesmo capítulo 2 ainda apresenta uma outra vertente teórica útil à discussão aqui realizada, qual seja, a delegação. São apresentadas a teoria da relação agente-principal, alguns casos bem definidos pela literatura como formas de controle da burocracia pública pelo Congresso dos EUA – especificamente os mecanismos de “alarme de incêndio”, “patrulha de polícia” e o controle pela escolha de dirigentes – e as teorias sobre comissões legislativas desenvolvidas no novo-institucionalismo dos EUA. Ao passo que as relações Executivo-Legislativo trazem os incentivos institucionais para a ação do Congresso e dos partidos como um todo em relação ao Executivo e ao governo, este segundo bloco de teorias teria um enfoque micro. Ele apresenta os incentivos pessoais para a ação parlamentar – pessoais na medida em que se reportam à eficiência e racionalidade das ações individuais – e também para o comportamento das comissões, vistas como subunidades do Congresso subordinadas a diferentes atores em

diferentes situações – subordinadas até mesmo a instâncias colegiadas superiores do Parlamento.

O capítulo 3 apresenta os aspectos institucionais, econômicos e políticos da problemática de pesquisa e a constituição e funcionamento gerais da CAE. Institucionalmente há duas características importantes, derivadas de dois processos em certa medida antagônicos: por um lado a expansão crescente das prerrogativas do Congresso Nacional sobre assuntos de natureza econômica após o início do processo de abertura política e democratização nos anos 1980, e por outro a construção do “insulamento” das decisões econômicas na busca da estabilização monetária criada com o Plano Real. Em outras palavras, as prerrogativas parlamentares sobre questões econômicas aumentaram durante os últimos vinte e cinco anos, mas as exigências da política econômica na última década constrangeram a liberdade de agir, em virtude do quadro fiscal problemático e da necessidade de manter a estabilidade monetária incipiente e, em boa medida, precária.

Os aspectos econômicos descrevem as políticas adotadas pelo governo no período de construção da estabilidade monetária. É dada especial atenção à política cambial e, devido a razões da teoria econômica, à política monetária¹. De fato, durante o período do câmbio administrado a política de juros foi-lhe subserviente, a segunda um instrumento de sustentação da primeira. No período estudado, o câmbio passou por formas diferentes de intervenção governamental (bandas e minibandas), contudo já se adianta aqui a denominação de câmbio administrado (utilizada ao longo do texto), pois a intervenção, e a forma como o problema se colocou no debate político e acadêmico, enfatizou a não-flexibilidade do nível do câmbio (a cotação controlada)².

O Plano Real foi a grande conquista do Ministro e depois Presidente Fernando Henrique Cardoso, sua fonte mais importante de apoios políticos e vitórias eleitorais e

¹ As políticas cambial e monetária são estreitamente relacionadas. A depender do regime de câmbio (se fixo ou flutuante) e da mobilidade internacional de capitais, a política monetária tem mais ou menos graus de liberdade (conferir, por exemplo, Blanchard, caps. 20 e 21). No entanto, para fins de clareza expositiva, é interessante distinguir ambas por meio de uma definição básica: “A política monetária enfatiza sua atuação sobre os meios de pagamento, títulos públicos e taxas de juros, modificando o custo e o nível de oferta de crédito” (Assaf Neto, 2005, p. 45). “A política cambial está baseada na administração das taxas de câmbio, promovendo alterações das cotações cambiais, e, de forma mais abrangente, no controle das transações internacionais executadas por um país.” (ibidem, p. 53).

² Além de controlado, para muitos o câmbio teria sido levado a um nível de sobrevalorização.

sua principal preocupação. A seção sobre aspectos políticos trata disso, e em especial do papel do câmbio na construção desse quadro.

A CAE é descrita em suas características gerais na seção final do cap. 3. São apresentadas atribuições, composição, presidentes, principais atividades, membros mais atuantes e reuniões mais importantes. Esta seção já se beneficia da pesquisa das fontes primárias.

As hipóteses de trabalho vem apresentadas no cap. 4. O capítulo é de certa forma redundante com informações apresentadas antes e depois ao longo do texto, o que foi feito de forma proposital com o objetivo de alinhar e deixar mais clara a linha de pensamento do autor. Diferentemente de outros trabalhos acadêmicos, este não se baseou numa teoria única para explicar a totalidade do comportamento da CAE. De fato, as hipóteses foram construídas a partir de vários dados primários e também várias teorias. O que se perdeu em unidade e elegância do argumento, espera-se ter ganho em realismo e capacidade explicativa.

Foram cinco as hipóteses: 1. incapacidade técnica dos senadores; 2. decisões pela escolha dos Presidentes do Banco Central; 3. disciplina da coalizão; 4. alinhamento das preferências dos parlamentares; e 5. incerteza quanto aos resultados econômicos e políticos de alteração no câmbio administrado. Algumas delas basearam-se em argumentos teóricos encontrados na literatura, outras em elementos factuais da pesquisa e outras, ainda, na mistura das duas influências.

O capítulo 5 trata da metodologia da pesquisa: aplicabilidade do estudo de caso, fontes de dados, tarefas realizadas, montagem de banco de dados, contato com o objeto de análise. Diante da escassa literatura sobre o tema, a confecção da pesquisa precisou, e se favoreceu, de muitas fontes de dados primários. O quadro final poderia ser visto como um estudo de caso que descreveu o processo objeto da pesquisa e avançou de forma exploratória sobre hipóteses explicativas.

O principal capítulo é o 6. São apresentadas lá a posição dos membros da CAE sobre o câmbio e as hipóteses exploratórias levantadas para seu comportamento. Já se pode adiantar que a CAE não discutiu com frequência a questão cambial e não apresentou alternativas concretas à política então vigente. (O assunto esteve em primeiro plano apenas nas sabatinas de alguns candidatos à presidência do Banco

Central). Em relação à explicação para tal quadro, sugere-se que há várias razões envolvidas, mas se descarta a visão – usual no senso comum e até entre os economistas – de parlamentares inconscientes da questão e alienados do problema. Também são descartadas hipóteses encontradas na literatura que explicam o comportamento da CAE por meio da disciplina da coalizão governamental ou do alinhamento das preferências dos componentes da comissão.

O que sobressai como mais plausível é a incerteza inerente à qualquer modificação de um regime de câmbio sob pressão – incerteza sobre os efeitos de alterações no câmbio em termos de inflação e crescimento econômico – e os efeitos políticos que tais alterações poderiam criar. Ademais, em acordo também com postulados teóricos, a discussão das questões cambiais nas sabinas dos indicados à presidência do Banco Central é uma forma racional e esperada de atuação da CAE em relação à matéria, por meio da contestação ou não do nome do indicado e da política que ele representa, o que consiste num controle “ex-ante” da política cambial.

Vê-se que a pesquisa aqui empreendida consubstanciou-se em um estudo de caso específico, determinado pela singularidade do regime de câmbio administrado e suas conseqüências políticas específicas.

Por fim, a dissertação encerra com a conclusão, que sintetiza a pesquisa e apresenta alguns possíveis desenvolvimentos futuros. Os resultados da pesquisa não podem ser generalizados para o comportamento da CAE em outras circunstâncias e em outros tempos. Pelo contrário, os resultados explicam o comportamento político da comissão diante dessa situação específica (câmbio controlado, sob pressão e responsável por ganhos políticos importantes) que também trouxe dividendos políticos em outras paragens na mesma década, como Argentina e Sudeste Asiático. No entanto, cabe ressaltar, essa expansão dos resultados não é objeto deste trabalho, apenas, talvez, uma perspectiva profícua apontada para outras pesquisas.

Ainda são apresentados a bibliografia citada e os anexos, em que se destaca o mapa das reuniões da CAE no período.

Capítulo 2

PROBLEMÁTICA DE PESQUISA - ASPECTOS TEÓRICOS

Este capítulo apresenta a discussão da delegação dentro da Ciência Política, a teoria sobre o funcionamento e composição das comissões legislativas e as teorias sobre as relações Executivo-Legislativo no Brasil. Dedicada ainda pequena seção final à literatura sobre a política monetária dentro das relações Executivo-Legislativo no Brasil.

A questão da delegação é tratada dentro de uma linha institucionalista, que se baseia, sobretudo, na teoria do agente-principal. A importância de tal teoria é mostrar os incentivos e os problemas que atuam sobre o agente que delega; em outras palavras, é a “lógica” do indivíduo que delega. Devido à sua importância, trata-se em seções especiais dos controles nas modalidades patrulha de polícia e alarme de incêndio e do controle pela escolha de dirigentes.

Em relação às teorias sobre comissões, apresenta-se a literatura que explica – baseada sobretudo no caso dos EUA – a composição e funcionamento das comissões legislativas. É de se ressaltar que estas teorias baseiam-se na relação agente-principal, sendo um dos principais pontos de diferença entre elas a definição de diferentes principais a delegar poderes à comissão.

Quanto às relações Executivo-Legislativo, este tópico é bastante importante por dois aspectos. Em primeiro lugar, as discussões sobre delegação tomam por base os EUA, onde o Congresso tem mais poderes que o brasileiro e é ele o “delegador” de autoridade às agências. No caso brasileiro, o Poder Executivo é, em relação ao Legislativo, mais forte que nos EUA, pois é ele que possui o poder constitucional de dispor sobre a administração pública, – iniciativa para projetos que tratem de criação ou modificação de seus órgãos, entidades e cargos – e também tem grande influência sobre o orçamento, sobretudo sua liberação. Em segundo lugar, a única bibliografia encontrada sobre a relação do Congresso Nacional com a política monetária no período é baseada nas relações Executivo-Legislativo.

Deve-se ainda fazer uma referência à literatura sobre independência dos Bancos Centrais, devido ao fato de tratar-se neste trabalho de política cambial e monetária (atribuições do Banco Central). A literatura de caráter econômico parte de pressupostos da teoria econômica – expectativas racionais, monetarismo, keynesianismo – e a partir deles apresenta prescrições normativas sobre a melhor forma de relação do Banco Central com o restante do governo e com a sociedade, prescrições que variam de acordo com os pressupostos adotados. Neste contexto surgem as idéias de autonomia da autoridade monetária ou coordenação de políticas monetária e fiscal, objetivo apenas na estabilidade de preços ou objetivo no crescimento econômico, ações discricionárias ou regras rígidas³. Entendeu-se que não cabia aqui, neste trabalho, uma revisão de literatura sobre tal tema, pois esta pesquisa identifica a atuação da CAE sobre as políticas cambial e monetária no período janeiro de 1995 a março de 1999, o que consubstancia um trabalho de caráter positivo e não normativo.

2.1 Delegação

O processo de abertura democrática, que culminou com a Constituição Federal de 1988, incrementou os poderes do Congresso Nacional brasileiro em vários campos, entre eles as matérias cambial e monetária. Contudo, mesmo diante de poderes crescentes, o Congresso Nacional permitiu uma maior autonomia da autoridade monetária em termos informais, apoiada pelo Poder Executivo. Essa autonomia fortaleceu-se com o advento do Plano Real, a primazia da política monetária e cambial na condução da macroeconomia no período⁴ e o insulamento da elite burocrática no comando da área econômica⁵.

Em termos teóricos, a pergunta que se coloca é sobre a delegação de poderes do Congresso à autoridade monetária: como e por quê o Poder Legislativo abre mão de controlar e decidir diretamente sobre as políticas monetária e cambial, matérias sobre as quais ele expandiu suas prerrogativas com a Constituição Federal de 1988⁶.

³ (Stiglitz, 1998) (Sicsú, sem data) (Blinder, 1999) (Friedman, 1968).

⁴ (Raposo e Kasahara, 2004) (Borba, 2004) (Santos, 2003).

⁵ (Loureiro e Abrúcio, 1999).

⁶ O próximo capítulo tratará mais extensamente dos aspectos institucionais, econômicos e políticos brasileiros para o período da pesquisa.

A teoria sobre delegação baseia-se principalmente no caso dos EUA⁷. Neste, o processo de constituição de agências independentes vem desde o final do século XIX. Deve ser salientado que o Poder Legislativo daquele país possui mais prerrogativas que o brasileiro. Entre outras características, nos EUA o Congresso é o poder competente para criar novos órgãos da burocracia e é também ele que libera os recursos orçamentários para as agências. Quanto a estas, são as responsáveis por confeccionar e enviar ao Congresso suas propostas de orçamento, o que diminui a influência do chefe do Poder Executivo.

Sob a perspectiva da sociedade como um todo, a delegação de poderes a agências independentes apóia-se em convicções econômicas, sobretudo nos supostos efeitos deletérios que as eleições causariam a medidas de política econômica. Os incentivos eleitorais fariam com que os políticos tivessem preferência por ganhos de curto prazo, em detrimento dos de longo prazo, o que levaria as economias a estados permanentes de “second best”. Em outras palavras, as políticas sofreriam de inconsistência temporal⁸. Dessa forma, é importante para a sociedade que os políticos limitem suas ações, a fim de não causarem prejuízos à condução econômica. (Este é o argumento novo-clássico para a independência dos Bancos Centrais, por exemplo.)

Pela ótica dos “delegadores”, aqueles que transferem obrigações e tarefas a outrem, a lógica da delegação baseia-se não na diretiva normativa de proteger a sociedade de suas ações, mas sim em ganhos próprios para os “delegadores”, ganhos em termos de ação com menores custos temporais, materiais e políticos.

Para o caso brasileiro, a literatura chama a atenção para a diferença do poder “delegador”, pois aqui seria o Executivo⁹. De fato, a prevalência do Poder Executivo no Brasil é enfatizada, sobretudo se comparada ao caso dos EUA. O Brasil difere dos EUA em alguns aspectos importantes. Em primeiro lugar, quem define a estrutura dos órgãos da Administração Pública é o Poder Executivo. Ele tem iniciativa privativa na legislação que cria, modifica e extingue cargos e órgãos. Em segundo lugar, o processo

⁷ (Melo, 2001).

⁸ (Keech, 1995).

⁹ (Melo, 2001, p. 63).

orçamentário no Brasil é autorizativo, e cabe ao Poder Executivo liberar os recursos “financeiros”.

Para a delegação pelo Poder Executivo – o caso Brasileiro – a literatura entende que seria uma estratégia de auto-limitação do Presidente, pois, novamente, estar-se-ia diante da tentação de ações de curto prazo em detrimento das de longo prazo, devido aos incentivos eleitorais¹⁰. Muito embora o argumento seja, na raiz, o mesmo para o caso dos EUA, a idéia que o autor procura passar é que nosso sistema político daria menos segurança para as decisões de longo prazo, sobretudo os investimentos. Dessa forma, na falta de práticas consolidadas de defesa dos agentes privados, a auto-limitação do Presidente procuraria garantir a eles que as decisões seriam mantidas por longos períodos de tempo.

2.1.1 Teoria agente-principal – por quê abrir mão de poderes?

A teoria agente-principal apresenta os incentivos positivos e negativos para que um indivíduo ou grupo delegue poderes ou funções a outro. Ela está relacionada a controle hierárquico no contexto de assimetria de informação e conflito de interesses¹¹.

A teoria está imersa numa concepção da sociedade composta por inúmeros contratos. Segundo ela, uma das partes (o principal) tem um direito/interesse e compra/contrata o serviço da outra (agente) buscando que este último realize as ações conforme ele (principal) deseja. Deve ser ressaltado que esses contratos são de cooperação, pois se o principal não tem opção em relação ao agente contratado (se o agente fosse insubstituível) ou o agente não tem escolha, se é dependente do principal (o qual poderia modificar a qualquer momento e a qualquer modo os termos do contrato, unilateralmente), então se configura outro tipo de relação, a de exploração¹².

Em relação aos ganhos para os envolvidos nos contratos de cooperação, pode-se apontar o fato do principal não ter as qualificações técnicas ou legais, os conhecimentos, o interesse ou o tempo para realizar as ações que necessita. Quanto ao agente, ao

¹⁰ (Melo, 2001).

¹¹ (Moe, 1984, p. 757).

¹² (Maltzman, 2001; pp. 10-13).

especializar-se em certas funções ele pode tornar-se mais eficiente, o que traz ganhos na execução da tarefa que podem ser distribuídos entre ele e o principal.

Além dos ganhos, a relação agente-principal apresenta um problema básico, qual seja, a possibilidade do agente atuar de acordo com suas próprias preferências, em prejuízo dos interesses do principal – o que configura oportunismo.

A possibilidade do agente seguir seus próprios interesses em prejuízo daqueles do principal dá-se pela assimetria de informações e pelo custo em substituir o agente. A realidade é uma situação na qual nem os agentes nem os principais possuem todas as informações que necessitam e não as possuem todas na forma mais adequada. A assimetria de informação, contudo, surge devido ao fato do agente ser mais capacitado, mais especializado e encontrar-se mais próximo do objeto de análise¹³, o que dá a ele mais informações.

Há dois problemas inerentes à relação agente-principal, ambos baseados na assimetria de informação: a seleção adversa e o risco moral (“moral hazard”). Segundo Moe¹⁴, ambos conceitos foram desenvolvidos a partir de idéias particulares de Alchian e Demsetz¹⁵ sobre processos de produção complexos e cooperação e ganharam uma forma mais geral com o trabalho de Williamson¹⁶, que estendeu os conceitos para outras situações. Em verdade, os conceitos de seleção adversa e risco moral como apresentados por Williamson são idéias de problemas gerais e potenciais a todas as relações contratuais hierárquicas. Ainda segundo Moe, “como conceitos teóricos, são particularmente valiosos para entender situações nas quais uma parte busca controlar o comportamento de outra, ou, em termos mais gerais, alcançar certos resultados (como lucros) ao confiar no comportamento de outras partes e estruturá-lo”. (tradução do autor)¹⁷

¹³ Uma idéia importante para se entender a relação agente-principal é a de custo de transação. Não existiria informação perfeita a custo zero e nem mesmo garantia integral de cumprimento de acordos a custo zero, isto faz com que toda transação entre agentes apresente custos referentes à avaliação (medição) do que está sendo contratado e os custos de fazer cumprir o contrato (Alt e Alesina, sem data, p. 649).

¹⁴ (Moe, 1984).

¹⁵ (Alchian e Demsetz, 1972).

¹⁶ (Williamson, 1975).

¹⁷ (Moe, 1984; p. 755).

A seleção adversa é a impossibilidade de o principal conhecer todas as características pertinentes do objeto/serviço/agente antes de contratá-lo. Moe¹⁸ utiliza o exemplo da contratação de um empregado. Como o principal – o empregador – não conhece todas as informações importantes do pleiteante ao cargo (seu engajamento, sua capacidade, sua criatividade), ele arbitra uma remuneração com base em médias do que espera dos pleiteantes. Estes, por seu turno, conhecem suas próprias características e produzem a seguinte situação: aqueles que se consideram abaixo da média arbitrada pelo empregador consideram o emprego interessante e candidatam-se, os que consideram a si próprios mais produtivos, melhores, não vêem atratividade no emprego. Ademais, mesmo que os mais aptos ao trabalho e capazes de preencher o interesse do empregador optassem pela vaga, o próprio empregador não conseguirá identificá-los, pois todos os pleiteantes tem incentivos a apresentar as melhores qualificações. Esta é a adversidade da seleção: a racionalidade do processo leva a que se atraia uma quantidade desproporcional de pleiteantes abaixo da média esperada.

O risco moral, por sua vez, é um problema posterior à seleção. Ele consubstancia-se como a probabilidade do agente já contratado voltar seus esforços para desempenhar bem as atividades que podem ser identificadas e analisadas pelo principal e esforçar-se menos em buscar os objetivos implícitos do contrato – em geral as atividades identificáveis mais facilmente são “proxies” dos objetivos implícitos. Assim, é difícil para o principal saber se o agente está, de fato, buscando os interesses contratados. Além disso, mesmo que o principal constate que não está sendo plenamente atendido em seus interesses, ele deve confrontar essa perda com o próprio custo de substituir o agente, o que, em alguns casos, pode não compensar.

Há três formas de evitar o oportunismo, mas todas também apresentam problemas. A primeira alternativa é construir contratos que incentivem o agente a fazer a vontade expressa do principal. Devido à complexidade da vida real, ao sem número de situações inusitadas que podem surgir nas relações econômicas, políticas, sociais, etc., é muito difícil fazer um contrato abrangente e específico, capaz de enquadrar sempre o comportamento do agente.

¹⁸ (Moe, 1984; p. 754-5).

A segunda alternativa é o principal monitorar o agente. Esta também é uma opção com problemas, pois há sempre uma assimetria de informações entre o principal e o agente (que é o especialista e está mais próximo das questões em discussão), e conseguir essas informações e analisá-las implica em custos. A discussão sobre alarme de incêndio e patrulha de polícia, abaixo, tratará da questão.

A terceira alternativa, por fim, é selecionar o agente que possua preferências similares ao principal. O problema embutido nessa situação é a dificuldade de escolher adequadamente o agente (o problema da seleção adversa). Conhecer todas as reais preferências de uma pessoa, ou instituição, é um processo custoso, difícil, senão impossível e, além disso, tomar todas as informações disponíveis sobre o agente e analisá-las não garante a escolha ótima. A seção sobre controle de políticas públicas pela escolha dos dirigentes trata melhor a questão.

2.1.2 Patrulha de polícia e alarme de incêndio – o controle indireto

As idéias de alarme de incêndio e patrulha de polícia estão relacionadas às políticas fiscalizatórias (“oversight policy”) desempenhadas pelo Congresso dos EUA. As teorias surgiram após um movimento de crítica à ação daquele Parlamento nos anos 1960 e 1970, visto como pouco ativo no processo de fiscalização e controle das agências¹⁹. McCubbins e Schwartz²⁰, os responsáveis pela distinção entre as duas formas de fiscalização, colocam da seguinte forma o que entendem por políticas fiscalizatórias: “As políticas fiscalizatórias referem-se a se, em que medida e de que forma o Congresso procura detectar e tomar medidas em relação ao descumprimento de objetivos legais por parte de órgãos executivos”.²¹ (tradução do autor)

A patrulha de polícia seria assim definida:

“Analogamente ao uso das patrulhas de polícia reais, o controle patrulha de polícia é comparativamente centralizado, ativo e direto: por sua própria iniciativa o Congresso examina uma amostra de atividades das agências-executivas com o objetivo de detectar e tomar medidas em relação a

¹⁹ (Melo, 2001; p. 61).

²⁰ (McCubbins e Schwartz; 1984).

²¹ “Congressional oversight policy concerns whether, to what extent, and in what way Congress attempts to detect and remedy executive-branch violations of legislative goals.” (p. 165).

quaisquer violações dos objetivos legislativos, e, devido a essa vigilância, desencorajar tais violações.” tradução do autor²²

Já o alarme de incêndio assim se define:

“Analogamente ao uso dos alarmes de incêndio reais, o controle alarme de incêndio é menos centralizado e envolve menos intervenção ativa e direta que o controle patrulha de polícia: ao invés de examinar uma amostra de decisões administrativas, procurando por violações dos objetivos legais, o Congresso cria um sistema de regras, procedimentos e práticas informais que permite aos cidadãos e grupos de interesse organizados tanto examinar as decisões administrativas (às vezes de forma prospectiva) para responsabilizar as agências executivas por violações aos objetivos do Congresso quanto buscar medidas corretivas em agências, cortes judiciárias e no próprio Congresso”. tradução do autor²³

Conforme a apresentação de McCubbins e Schwartz, a idéia corrente veria a “patrulha de polícia” como mais valiosa, mais nobre, e o alarme de incêndio como uma forma inferior de controle e fiscalização realizados pelo Legislativo. Eles desenvolvem a distinção entre ambas formas questionando a “inferioridade” do “alarme de incêndio”.

Em primeiro lugar, o alarme de incêndio é uma opção deliberada dos legisladores, pois é mais eficiente e eficaz. Este tipo de fiscalização focaria a atenção dos parlamentares apenas nas ações que realmente preocupam os eleitores. A patrulha de polícia, ao trabalhar com amostras, deixaria de lado uma séria de problemas importantes para os cidadãos e por outro lado gastaria tempo com assuntos sem importância (o que é claramente uma perda em termos de custo de oportunidade). Além disso, os custos do alarme de incêndio são em boa parte suportados pelos cidadãos e pelo Judiciário, o que é bom para o parlamentar em si (ao não gastar seus próprios recursos materiais e de tempo), e para sua imagem (pois evitam a criação de rotinas e

²² “Analogous to the use of real police patrols, police-patrol oversight is comparatively centralized, active, and direct: at its own initiative, Congress examines a sample of executive-agency activities, with the aim of detecting and remedying any violations of legislative goals, and, by its surveillance, discouraging such violations.” (idem, p. 166).

²³ “Analogous to the use of real fire alarms, fire-alarm oversight is less centralized and involves less active and direct intervention than police-patrol oversight: instead of examining a sample of administrative decisions, looking for violations of legislative goals, Congress establishes a system of rules, procedures, and informal practices that enable individual citizens and organized interest groups to examine administrative decisions (sometimes in prospect), to charge executive agencies with violating congressional goals, and to seek remedies from agencies, courts, and Congress itself.” (idem, p. 166).

estruturas burocráticas dentro do Congresso para cuidar dos processos de fiscalização e controle).

Outro ponto é que as leis, ao não conseguirem prever todas as situações possíveis na vida real, são filtradas e analisadas pela sociedade. Assim, só acionariam o “alarme de incêndio” aquelas ações que a sociedade entendesse como agressões ao que dispõe a lei, poupando os legisladores de terem de fazer, “a priori” e para toda situação, um julgamento dessa natureza.

Os autores defendem que o alarme de incêndio é uma preferência deliberada dos congressistas e não uma falha dos mecanismos da patrulha de polícia. Nesse sentido, muitas instituições são construídas para facilitá-lo, tanto ao permitir aos cidadãos terem maior acesso às informações sobre a burocracia pública quanto ao torná-los competentes para fazerem representações à administração e ao Poder Judiciário. Essas instituições diminuem os custos dos congressistas, ao desobrigá-los de apreciar situações corriqueiras.

2.1.3 Controle das políticas públicas pela escolha dos dirigentes – o controle “ex ante”

Apesar do problema da seleção adversa, Snyder e Weingast²⁴ – baseados em um caso de agência dos EUA, o National Labor Relations Board (NLRB) – trabalharam com um modelo de análise que advogava a possibilidade dos políticos controlarem as políticas públicas por meio da seleção dos diretores das agências independentes. Esta forma de atuação dos congressistas, que configura um controle “ex ante”, é uma crítica ao modelo de McCubbins e Schwartz apresentado na seção anterior.

Para Snyder e Weingast, os resultados de política pública da agência dependem dos diretores, e a escolha deles é fruto de uma barganha entre o Presidente (que indica os nomes) e o Senado (que aprova ou não os nomes) num contexto institucional próprio (os mandatos fixos e as restrições para demissão). A idéia básica é que o Presidente e os Senadores buscam ajustar as decisões da agência às suas preferências, e o fazem pela escolha dos diretores. Por meio da escolha de membros com preferências mais

²⁴ (Snyder e Weingast, 2000).

acentuadas numa direção ou em outra, o Presidente e os Senadores conseguem alterar a preferência mediana²⁵ da agência.

Os autores analisaram uma série histórica de indicações para o National Labor Relations Board (NLRB), uma agência que trata de conflitos na relação capital-trabalho, e os votos dos diretores indicados, se favoráveis ao “trabalho” ou ao “capital”. A partir da composição partidária do Senado, do partido do Presidente, e das decisões dos diretores indicados, os autores conseguiram provar que os membros escolhidos para a diretoria do NLRB modificavam a preferência mediana da agência no rumo predito pelo modelo.

Este trabalho é interessante sobretudo por dois aspectos. O primeiro deles refere-se ao modelo empírico de indicação e previsão de preferências utilizado pelos autores, que dá substância palpável aos conceitos. O segundo ponto refere-se ao enfoque na escolha dos diretores. A realidade da regulação de um setor é algo complexo, impossível de ser integralmente predito em leis e padronizado por procedimentos – sempre cabe, em maior ou menor grau, a discricionariedade do agente público. Deste modo, ao colocar seu foco no agente, o principal está descartando toda uma série de preocupações e predições sobre o que pode ocorrer com o setor, como julgar cada caso, quais as melhores reações. Em outras palavras, ao identificar um agente como alinhado à sua preferência, o principal tem mais tranquilidade para acreditar que a decisão, em todos os casos, seria na direção das suas preferências, de forma bem próxima ao que ele próprio faria no mesmo contexto. O controle “ex ante” seria, então, de grande efetividade para atender os interesses dos legisladores.

2.2 Comissões Legislativas: composição, motivação e forma de atuação

Esta seção apresenta as teorias sobre o funcionamento das comissões legislativas que derivaram do Novo Institucionalismo norte-americanos²⁶ quais sejam: distributivista, partidária, informacional e condicional²⁷. Essas

²⁵ Tal teoria é baseada na teoria política formal. Cf: (Hinich and Munger, 1997).

²⁶ (Limongi, 1994).

²⁷ (Maltzman, 2001).

elaborações teóricas assentam-se na observação das comissões norte-americanas das últimas décadas do século XX, em que desponta sobretudo a forma de composição das comissões (a indicação permanente do parlamentar para a comissão, com baixa probabilidade de mudança) e sua estruturação interna (onde os cargos de presidência dão-se pela ligação ao partido dominante e também à experiência na própria comissão – “senioridade”). Ainda, há uma subseção final que apresenta um trabalho de aplicação destas teorias ao Brasil.

2.2.1 Teorias Distributivista, Partidária, Informacional e Condicional - Introdução.

As teorias sobre comissões legislativas derivam do novo-institucionalismo. Esta matriz teórica partiu das constatações de que apenas as preferências dos indivíduos não levariam necessariamente a decisões coletivas estáveis – devido ao Paradoxo de Condorcet, ao Teorema de Arrow e ao Teorema de McKelvey²⁸ – repousando o equilíbrio das decisões em aspectos institucionais²⁹. Sobressaem nos modelos o aporte da teoria política formal, – que trabalha com técnicas como distribuição de preferências, eleitor mediano, dimensões de escolha³⁰ – e da teoria das organizações, sobretudo a teoria do agente-principal – já tratada anteriormente. Deve ser ressaltado também que são teorias produzidas na academia norte-americana e primordialmente derivadas da realidade política daquele país – estado federativo, Poder Legislativo bicameral, sistema bipartidário, comissões legislativas atuantes e importantes. Enfatiza-se, mais uma vez, que as comissões norte-americanas tem composições estáveis (ao contrário das brasileiras, em que o líder partidário pode indicar e excluir membros das comissões a qualquer momento) e a presidência é derivada da filiação partidária e da experiência do

²⁸ Para definições dos teoremas, ver (Hinich e Munger, 1997) e (Limongi, 1994).

²⁹ A idéia é simples e extremamente desconcertante para o pensamento comum. Indivíduos com preferências bem-comportadas (transitivas, completas) gerariam decisões coletivas instáveis. Qualquer decisão coletiva poderia, em tese, ser vencida por outra proposta dependendo, por exemplo, da ordem de apresentação delas, o que levaria a uma espiral infinita. Deve ser ressaltado que essa perspectiva não entra em considerações sociológicas sobre as preferências, pois equilíbrios estáveis poderiam ser atingidos se o grupo de indivíduos possuísse preferências iguais ou parecidas.

As instituições, por sua vez, não são bem definidas pelas teorias, deixando implícita a idéia, mas podendo ser aproximada para leis, procedimentos, arranjos organizacionais (Limongi, 1994; p. 8).

³⁰ (Hinich e Munger, 1997).

parlamentar, pois é o mais antigo na comissão que a preside (no Brasil a presidência obedece a critérios apenas partidários, pois é o partido que escolhe que comissões quer presidir e escolhe em sua bancada seu presidente).

As quatro teorias – distributivista, partidária, informacional e condicional – baseiam-se na teoria do agente-principal, identificando sempre as comissões como agentes e diferindo, cada teoria, sobre o principal predominante³¹. Para a teoria distributivista o principal seriam os eleitores do parlamentar, os grupos que o apóiam; para a partidária seria o “caucus” do partido dominante; para a informacional o principal seria o plenário, o conjunto de todos os parlamentares; para a condicional, por fim, o principal seria definido pelas contingências do momento, pela natureza da matéria a ser decidida e por outros fatores. Em verdade, a teoria condicional reconhece que a ação das comissões depende da preferência de seus membros, da estrutura de incentivos e do monitoramento que sofrem³².

2.2.2 Teoria Distributivista

Essa teoria vê como principais os grupos que apóiam o parlamentar (“suporters”), podendo ser indivíduos, associações ou qualquer outro grupo de pressão. O objetivo da ação do parlamentar é realizar políticas que viabilizem sua reeleição, o que acaba por levar a um comportamento paroquial, distribuindo benefícios bem definidos e identificáveis a um grupo selecionado e espalhando o custo por toda a sociedade de forma pouco identificável.

Neste modelo, os parlamentares alocam-se nas comissões que apresentam maior interesse para seus grupos de apoio. Como consequência, as preferências dos membros da comissão, se comparadas às do Plenário, são extremadas. Se a comissão é preenchida por quem tem especial interesse nas matérias de sua competência, é natural que as decisões tomadas pelo pequeno grupo da comissão distanciam-se daquilo que o Plenário

³¹ Esta abordagem a partir da relação agente-principal está presente em Maltzman (2001), que a partir dela conseguiu conciliar as três teorias “originárias” e criou a condicional. A abordagem sintética de Limongi (1994) diferencia-se, e é útil, ao abordar os elementos constitutivos das três teorias originárias (distributivista, informacional e partidária) e apresentar os argumentos para uma possibilidade de conciliação das três a partir de um argumento histórico.

³² (Maltzman, 2001; p. 13).

(menos preocupado com a questão, menos informado, menos comprometido) ache adequado.

Há duas idéias que devem ser ressaltadas. A primeira delas diz respeito ao fato de que os parlamentares, segundo essa teoria, apenas apresentam suas preferências e escolhem a solução mais próxima ao seu ponto ótimo. O debate, neste caso, não gera modificações das preferências. A outra diz respeito às competências das comissões. Segundo esse modelo as comissões definem limites para as competências dos parlamentares, são definidos direitos de propriedade claros para cada comissão, pois uma respeita os limites da outra, inclusive em plenário³³. Em outras palavras, há uma barganha de direitos de competência, em que cada comissão toma decisões sem levar em conta as preferências dos não-membros. Shepsle e Weingast³⁴ dizem que o Plenário e os partidos aceitam a independência das comissões devido à natureza multidimensional³⁵ da agenda.

Por fim, essa teoria dispõe que o Congresso faz um provimento de serviços e gastos acima da preferência mediana do Plenário, pois todas as comissões preferem provisão extrema dos serviços sob sua tutela³⁶.

2.2.3 Teoria Informacional

A teoria informacional foi construída em oposição às prescrições da teoria distributivista³⁷. Ela parte de dois postulados básicos: a prevalência da maioria e a presença da incerteza nas decisões de política.

Para a teoria informacional a comissão tem a função de ser um *locus* especializado numa determinada área de conhecimento. O objetivo é prover a casa com mais e melhores informações sobre as políticas sob sua tutela, a fim de diminuir a incerteza de todos quanto às decisões. O Plenário, nesse sentido, tem interesse em formar uma

³³ O grande poder das comissões sobre sua área seria o poder de abrir e fechar as portas. Só vai a plenário aquilo que a comissão, em sua área de competência, permite.

³⁴ (Apud Maltzman, 2001; p. 25).

³⁵ A idéia de decisões multidimensionais é interessante. Quando uma decisão é importante em mais de um sentido, ela se torna mais complexa e pode acontecer que não haja um equilíbrio estável, pois aos pontos ótimos para cada dimensão podem ser incompatíveis.

³⁶ Deve ser ressaltado que nos EUA o Congresso é diferente do brasileiro, pois lá as próprias comissões definem o nível de gasto em suas áreas de competência. No Brasil, as decisões são centralizadas na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, na qual a maioria dos parlamentares não tem assento.

comissão de especialistas – que teriam menor custo para apresentar as melhores informações – e ao mesmo tempo impedir que esses especialistas se apropriem dos ganhos derivados da assimetria de informações. Para alcançar esse objetivo, o Plenário age para constituir a comissão com especialistas de preferências diferenciadas entre si, diferentemente do que prescreve a teoria distributivista, que teria parlamentares com posições extremadas e similares.

Um ponto importante é que para essa teoria a discussão de idéias e informações é importante, sendo capaz de modificar a posição dos congressistas sobre as matérias em pauta. Nesse sentido, a diminuição da incerteza é um bem público, conseguido pela divisão do trabalho dentro do Parlamento.

Na teoria informacional, então, não se trata de troca de votos ou de troca e exclusividade de competências entre as comissões. As decisões das comissões são respeitadas na medida em que estão de acordo com os interesses do Plenário, pois não faria sentido que a minoria pudesse obrigar a maioria a aprovar algo que não fosse do seu interesse. Em outras palavras, a posição do eleitor mediano na comissão é similar à do eleitor mediano do Plenário³⁸.

2.2.4 Teoria Partidária

A teoria partidária antepõe-se às duas anteriores na medida em que para ela o eixo estruturador do Congresso não são as comissões, pois estas devem ser entendidas tendo os partidos por referência. O obstáculo a ser transposto por essa teoria é grande, pois a idéia da fraqueza dos partidos nos EUA, país para o qual a teoria foi formulada, é bastante espreitada³⁹.

A idéia comum é que os partidos apresentam uma falta de coesão crescente. Os defensores da teoria partidária⁴⁰, no entanto, reavaliam as evidências empíricas sobre a fraqueza dos partidos nos EUA e constataam que eles possuem coesão (não são partidos coesos à moda européia, mas ainda assim sua unidade é relevante). Para os autores, a

³⁷ Seu principal autor é Krehbiel (1994).

³⁸ Pelo teorema do eleitor mediano (Hinich e Munger, 1997), a votação será vencida pela alternativa que mais agrada ao eleitor mediano – neste caso tal proposição terá o apoio de pelo menos a maioria dos eleitores.

³⁹ (Limongi, 1994; p. 26).

partir de 1970 aumentou a homogeneidade interna dos partidos nos EUA, e aumentou também o número de temas nos quais o partido tem uma posição definida, a agenda partidária⁴¹. A partir de então, o que se nota é que há coesão dentro da agenda partidária, mas fora dela ainda continua a dispersão da agremiação.

A teoria assume que os legisladores sabem que suas chances eleitorais são maiores se o seu partido for majoritário e se ele próprio tiver o apoio do partido, e por isso os parlamentares agem de acordo com os interesses partidários.

O ponto mais importante para mostrar a prevalência dos partidos sobre a atividade legislativa é o poder de agenda da agremiação majoritária, que se expressa por meio do domínio da *Rules Committee* e da indicação do *speaker*. Ambos determinam o que entra na pauta do Plenário. Neste ponto a teoria partidária também se diferencia da teoria distributivista, que dá às comissões o poder sobre a agenda no que for de sua competência.

2.2.5 Teoria Condicional

Para essa teoria⁴², as explicações anteriores não são excludentes, pois as comissões buscam, conforme a situação, agradar cada um de seus principais. Em verdade, as posições anteriores são compatíveis se são considerados o contexto político e institucional particular a cada situação e a própria matéria objeto de deliberação.

Para Maltzman⁴³, o formulador da perspectiva condicional, a teoria informacional teria alguns problemas. Em primeiro lugar seria difícil para a Casa conhecer a preferência de seus membros a fim de fazer as melhores indicações para as comissões. Além disso, quando se tratam de assuntos com mais de uma dimensão, pode ser que o equilíbrio não seja estável. Outro problema seria o custo de substituir os membros do comitê, o que poderia desestimular o controle sobre a comissão.

Quanto às teorias históricas que também vêem as comissões como *loci* especializados, fruto da divisão do trabalho dentro do Parlamento, o autor da teoria

⁴⁰ Os principais autores são Cox e McCubbins (1993).

⁴¹ A agenda partidária é definida quando os líderes do partido votam numa mesma direção e o outro partido em direção contrária (Limongi, 1994; p. 27).

⁴² (Maltzman, 2001).

⁴³ Ibidem.

condicional diz que elas explicam mais a origem das comissões que seu comportamento atual.

Em relação à teoria partidária, os problemas apontados referem-se à falta de instrumentos do partido para controlar e disciplinar seus membros e a própria divisão interna que se abate sobre os partidos em muitos casos.

Na prática, estudos empíricos mostraram que a submissão à Casa ou ao partido dependem da área temática da comissão (se a questão é importante para a opinião pública como um todo, se a decisão é importante para o ideário do partido)⁴⁴. Comissões com agendas mais importantes (no sentido de chamar a atenção de um número maior de interessados) sofrem mais constrangimentos da casa e dos partidos, pois o custo de monitorá-las deve ser menor que os ganhos em controlar essas posições. Se as questões não chamam tanto a atenção, então as comissões são mais livres para tomarem decisões, e aí ganha força a abordagem distributivista.

A teoria condicional, enfim, compatibiliza as posições das outras três teorias e baseia-se sobretudo na importância ou não das questões, sua inserção ou não dentro da agenda partidária. O que a teoria perde em simplicidade, ela ganha em realismo, pois há algumas condições que devem ser consideradas em cada situação para concluir qual é o “principal” dominante em relação à comissão.

2.2.6 Uma aplicação parcial ao Brasil

A partir da discussão acima é conveniente apresentar um trabalho acadêmico que tenta fazer uma ponte entre as teorias apresentadas e o caso brasileiro. Pereira e Mueller⁴⁵ procuram adaptar as teorias distributivista e informacional ao Brasil. A partir de uma base empírica que cobre resultados de votação nominal e composição das comissões para a Câmara dos Deputados na legislatura de 1995 a 1998, os autores adaptam o modelo distributivista e o informacional ao caso brasileiro, de modo a permitir testes empíricos.

O ponto mais importante e que diferencia este estudo dos casos norte-americanos é a premissa da prevalência do Poder Executivo sobre o funcionamento do Legislativo.

⁴⁴ (Maltzman, 2001; p. 32).

⁴⁵ (Pereira e Mueller, 2000).

Esta preponderância se dá por instrumentos como edição de Medidas Provisórias, imposição de Vetos Presidenciais e pedidos de urgência do Poder Executivo para matérias em tramitação.

Outro ponto é a própria pouca importância dos parlamentares “ordinários” em geral (o “baixo clero”). Os líderes tem papel fundamental na agenda de votações – o Colégio de Líderes define a pauta mensal do Plenário – e na forma de constituição das comissões – os membros da comissão são indicados e destituídos, a qualquer tempo, pelo líder do partido. Todas essas características enfraquecem institucionalmente as comissões permanentes, que se deparam com a alta rotatividade de seus membros e muitas vezes esvaziamento de suas atribuições⁴⁶.

Os autores concluem que as comissões são institucionalmente fracas no Brasil. Não obstante, resta o pertinente questionamento de porque elas existem. A primeira tentativa de resposta dos autores é dizer que elas são importantes para o Poder Executivo. Ao testar a teoria distributiva os autores concluíram que o Poder Executivo tem interesse em moldar a constituição das comissões de forma a aproximá-las de suas preferências.

Nossa primeira tentativa de encontrar tal propósito [porque as comissões são constituídas de acordo com as preferências do Poder Executivo] foi seguir a sugestão da teoria distributivista (Shepsle e Weingast, 1987) de que o veto ex-post seria a base do poder das comissões. Adaptamos esta idéia para argumentar que o Executivo, no Brasil, pode se beneficiar de contar com um conjunto de comissões leis que, investidas com a ameaça de um veto presidencial, poderiam defender os seus interesses no Congresso. Este arranjo institucional serviria para facilitar propostas do interesse do Executivo, barrar propostas contrárias e evitar confrontos no plenário.⁴⁷

A segunda resposta dos autores, baseada na teoria informacional, relacionava o pedido de urgência à natureza da matéria. Haveria um ganho informacional quando a comissão a analisasse (em caso de não haver pedido de urgência), mas a análise implicaria também em custo de demora na tramitação do processo. A idéia é que a

⁴⁶ Esse esvaziamento dá-se pela constituição de Comissões Especiais – quando uma matéria deve tramitar por mais de três comissões permanentes de mérito, quando se aprecia Proposta de Emenda à Constituição e por requerimento dos líderes – e pela imposição de urgência regimental às matérias – o que faz a tramitação seguir direto ao Plenário, independentemente de sua apreciação prévia nas comissões.

⁴⁷ (Pereira e Mueller, 2000; p. 34).

comissão, se tiver tempo para analisar a matéria, pode prover informações valiosas para o Plenário, contudo, gerará custos de “atraso”, caso a matéria seja vista como urgente. A conclusão de Pereira e Mueller foi a seguinte:

Foi encontrada forte evidência de que a probabilidade de urgência aumenta à medida que aumenta a distância entre as preferências medianas da comissão e do plenário. Isto é, sendo controladas por outras variáveis importantes, aquelas comissões com preferências mais extremas tendem a receber pedidos de urgência mais frequentemente. É exatamente isto que seria previsto pela teoria informacional. (p. 34).

Parece bastante convincente a conclusão dos autores sobre a preponderância do Poder Executivo sobre o funcionamento das comissões legislativas no Brasil⁴⁸. No entanto, cabem alguns comentários finais.

O artigo não analisa as teorias partidária e condicional. Talvez a teoria partidária seja inadequada aos interesses dos pesquisadores pois descarta o papel primordial das comissões no processo legislativo – como já dito acima, o eixo estruturador do Parlamento passa a ser os partidos. Quanto ao não uso da teoria condicional, abaixo são apresentadas algumas considerações.

A primeira delas diz respeito à diferença entre as matérias votadas. A teoria condicional trabalha com a importância das matérias para o eleitorado e sua presença ou não na agenda partidária. Considerar privatizações, elevação de impostos e autorização para doação de vacinas como indiferentes entre si, por exemplo, implica em perder importantes variáveis políticas pertinentes para a teoria condicional. Além disso, as Propostas de Emenda à Constituição não se sujeitam ao rito da urgência. Dada a agenda

⁴⁸ Os autores concluem que essa hipótese é correta. Contudo, da forma como foi estruturado o argumento, testando a posição dos parlamentares em relação aos interesses do governo, e sem levar em conta diferenças qualitativas entre cada matéria e também a própria distribuição de preferências dentro do parlamento em relação à matéria (e não em relação à posição do governo), é difícil afirmar categoricamente que o governo é preponderante. Em outras palavras, os autores colocaram a preponderância do Poder Executivo como premissa do trabalho, e não como uma hipótese. Poder-se-ia afirmar, de outra forma, que o governo e sua base no Legislativo têm preferências similares. Ao dizer que o Poder Executivo é preponderante, a idéia é outra, que o Executivo domina, direciona o Legislativo. Para afirmar isso, os autores deveriam ter utilizado outra estratégia, talvez com mais ênfase sobre as modificações na composição das comissões em matérias importantes, e sobretudo mostrando que as preferências da comissão “sob intervenção” aproximaram-se das do governo em relação à matéria, e se afastaram da posição anterior da própria comissão.

do primeiro governo FHC, em que foram de extrema importância as reformas constitucionais, há uma perda qualitativa importante da pesquisa.

O segundo ponto diz respeito à metodologia da pesquisa, que utilizou como preferências para os parlamentares seu alinhamento ou não com o governo nas votações nominais. As teorias apresentadas, no contexto norte-americano, antepõem comissões e Plenário. A posição de Pereira e Mueller submete todas as manifestações dos parlamentares (nas comissões e no Plenário) aos interesses do Poder Executivo, sem estender-se nas formas concretas em que o último pode conformar as posições dos primeiros. A rigor, a partir da exposição, seria possível dizer apenas que a maioria dos deputados tem posições similares ou não ao interesse do Poder Executivo, e não que este poder os submete.

2.3 Relações Executivo-Legislativo

2.3.1 A relação Executivo-Legislativo no Brasil – Conflito, Coordenação e Governabilidade

A relação entre os Poderes Executivo e Legislativo no Brasil é objeto de uma literatura bastante ampla, que toma por base as relações após a Constituição Federal de 1988. Vicente Palermo⁴⁹ apresenta uma síntese crítica da discussão, a qual será a base da exposição aqui realizada.

Para a maioria dos autores a discussão é pautada pela presença de três elementos fundamentais: o presidencialismo, o federalismo e o sistema de partidos.

O presidencialismo é visto como o sistema em que o presidente é o chefe de Estado e de Governo, é escolhido pelo voto popular direto e não tem relações institucionais diretas com o Legislativo como nos governos parlamentaristas. Um ponto crítico e objeto de debate são as prerrogativas legislativas do presidente, que segundo alguns autores são similares às prerrogativas existentes no regime militar por não terem sido alteradas substancialmente com a Constituição Federal de 1988⁵⁰. Entre essas prerrogativas destacam-se: a capacidade de edição de Medidas Provisórias com força de

⁴⁹ (Palermo, 2000).

⁵⁰ (Figueiredo e Limongi, 1995) e (Limongi e Figueiredo 1998).

lei, a prerrogativa de pedir urgência para os projetos de sua autoria e a iniciativa exclusiva para projetos de matérias determinadas (como as de natureza orçamentária e criação de órgãos e cargos).

O federalismo é importante na discussão Executivo-Legislativo na medida em que os governadores, por meio do controle da bancada legislativa federal de seu estado, tem importante poder de barganha nas decisões tomadas no Congresso Nacional⁵¹.

O sistema partidário, por sua vez, é de múltiplos partidos com representação no Congresso Nacional. Para certos autores⁵², desse quadro de múltiplos partidos derivam a instabilidade, a fragmentação e a fragilidade deles⁵³.

Uma idéia importante para a discussão é a de “governo de coalizão”, forjada por Sérgio Abranches⁵⁴. A partir da singularidade brasileira, que é o convívio da representação proporcional, do multipartidarismo e do presidencialismo, o chefe de governo busca formar a base de apoio no Congresso por meio da divisão de poder no gabinete, compartilhando os ministérios. Esta divisão estrutura-se em dois eixos, o partidário e o regional. A base a ser conquistada deve garantir ao presidente maioria qualificada no Congresso, a fim de permitir alterações constitucionais – que precisam da concordância de três quintos dos parlamentares. Ainda segundo Abranches, as características da coalizão são a instabilidade, o alto risco (devido aos múltiplos acordos), a dependência do desempenho do governo para sua manutenção e a demarcação de pontos inegociáveis pelos integrantes. Deve ser ressaltado, por fim, que há conflitos internos na coalizão, todos os membros buscando maior espaço dentro do governo e melhores chances eleitorais para o pleito seguinte.

Vicente Palermo, a partir dessas características, estabeleceu a discussão sobre a governabilidade ou não do sistema político brasileiro. Ao agregar a dimensão da concentração ou não de poderes políticos, o autor estabeleceu a divisão teórica do modelo de relações Executivo-Legislativo em quatro quadrantes, conforme o quadro abaixo:

⁵¹ (Abrúcio, 1994).

⁵² (Kinzo, 1997).

⁵³ Outros autores, como Figueiredo e Limongi (op. cit) não vêem problema nessa fragmentação partidária, pois a ação dentro do Congresso Nacional não se ressentiu disso, já que as regras internas ao Legislativo proporcionam ação coordenada e previsibilidade nas votações.

⁵⁴ (Abranches, 1987). Também sobre governo de coalizão, ver Amorim Neto (2000).

QUADRO 2.1: PODER DECISÓRIO E GOVERNABILIDADE NO BRASIL

Poder Decisório/Capacidade de decidir e implementar	Baixa capacidade INGOVERNÁVEL – I	Razoável capacidade GOVERNÁVEL – G
Poder Decisório DISPERSO – D	D-I: disperso/ingovernável (a governabilidade está fora do alcance da estrutura institucional vigente).	D-G: disperso/governável (a governabilidade obtém-se graças à capacidade de produção negociada de decisões).
Poder Decisório CONCENTRADO – C	C-I: concentrado/ingovernável (a governabilidade se tenta obter excluindo; fracassa-se neste propósito).	C-G: concentrado/governável (a governabilidade obtém-se graças à capacidade de os presidentes forçarem os outros a cooperar).

Fonte: Palermo(2000).

O quadrante D-I representa uma situação de poder disperso e ingovernabilidade. Para os autores que advogam essa visão⁵⁵, o problema do sistema político brasileiro estaria na sua estrutura institucional, baseada num consociativismo exagerado que combinaria alta fragmentação com baixa disciplina dos partidos (inclusive pela alta influência dos governadores sobre as suas bancadas estaduais). Diante disso, os poderes legislativos do presidente não conseguiriam fazer frente ao caráter descentralizador do sistema e os inúmeros pontos de veto que surgiriam.

O quadrante C-I representa uma situação de poder concentrado e ingovernabilidade. As características institucionais assumidas são as mesmas do modelo anterior, sendo que neste são enfatizados a posse e o uso dos poderes legislativos pelo presidente. Esses poderes são vistos como extensos e usados em demasia, sendo o caso mais claro a edição exacerbada de Medidas Provisórias. O idéia do modelo é que o Presidente tenta governar segundo sua pauta, excluindo o Congresso Nacional das deliberações. Para os autores, o conflito instala-se entre ambos os poderes e mais cedo ou mais tarde o sistema acaba por se voltar contra o presidente. Um caso identificado por este modelo foi o governo Collor, que tentou governar excluindo o Congresso⁵⁶.

O quadrante C-G representa uma situação de poder concentrado e governabilidade. Esta visão, ao contrário das anteriores, não vê um conflito presente nas

⁵⁵ (Lamounier, 1994) (Mainwaring, 1991) (Mainwaring, 1997) (Sartori, 1994) (Mainwaring e Shugart, 1997) (Shugart e Carey, 1992).

⁵⁶ Autores representativos dessa linha de pensamento são Eli Diniz (1997), Jorge Vianna Monteiro (1997), Fabiano Santos (1999) Charles Pessanha (1997) e Maria D'Alva Gil Kinzo (1999).

relações Executivo-Legislativo, pelo contrário haveria cooperação catalizada por um ator principal, qual seja, o Presidente. Elementos fundamentais nessa análise são a criação de governos de coalizão por parte do presidente, os importantes poderes legislativos que ele possui e a organização interna das duas casas do Congresso Nacional. Segundo essa teoria o presidente consegue coordenar sua base de apoio por meio de seus poderes legislativos, os quais dão a ele poder de agenda, que minora os conflitos entre os membros dos partidos aliados. A organização das casas do Congresso Nacional, por sua vez, confere grande poder aos líderes partidários, responsáveis pela definição dos trabalhos (definição da pauta no Colégio de Líderes), e responsáveis pela divisão de ônus e bônus aos seus liderados (indicação para comissões e relatorias, por exemplo). Dessa forma, é possível falar em um núcleo coordenador dentro do Congresso, algo com quem o presidente pode negociar de forma mais eficiente.⁵⁷

O quarto quadrante, D-G, representa uma situação de poder disperso e governabilidade. A partir da constatação que os traços institucionais básicos da relação Executivo-Legislativo não se alteraram significativamente após a Constituição Federal de 1988, mas que o período apresentou governos com desempenho muito variável – antepondo-se principalmente os governos Collor e FHC, devido ao fracasso do primeiro e o sucesso do segundo em implementar boa parte de sua agenda – Palermo busca ressaltar o elemento negociação e a multiplicidade de atores na relação Executivo-Legislativo. Em primeiro lugar é dada mais importância ao papel dos partidos, pois para o autor eles seriam mais disciplinados do que a interpretação usual crê, em boa parte devido ao poder concentrado dos líderes no Congresso. Em segundo lugar, chama-se atenção para o comportamento estratégico do presidente. Ao contrário do que diz o enfoque C-G, não importa tanto o número de medidas provisórias e projetos de lei apresentados ao Congresso pelo presidente e aprovados pelos parlamentares. O que importa é a existência de importantes grupos de veto que impedem o governo de enviar projetos e Medidas Provisórias ao Congresso – antevedendo os problemas, o presidente não enviaria projetos que lhe trouxessem derrotas. Outro aspecto é que a natureza das

⁵⁷ Os trabalhos mais representativos dessa linha são os de Argelina Figueiredo e Fernando Limongi (Limongi e Figueiredo, 1998; Figueiredo e Limongi, 1995; Figueiredo, Limongi e Valente, 1999). Citamos apenas três trabalhos dos autores mas toda a produção deles, a partir do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, espousa as mesmas hipóteses.

Medidas Provisórias é de negociação, e não de exclusão. O processo natural de reedição das Medidas Provisórias envolvia negociações com a base de apoio, o que levava a alterações desejadas pelos parlamentares antes da aprovação final da medida⁵⁸. Em terceiro lugar, é ressaltado que dentro da própria coalizão de partidos o presidente é obrigado a negociar. É certo que ele mantém a capacidade de iniciativa, mas encontra dificuldades não só no Congresso como também dentro de sua base de apoio, nas palavras de Palermo, “o núcleo de poder decisório parece estar radicado na coalizão, e não com o chefe do Executivo”⁵⁹. O autor chama a atenção para o duplo sentido da presidência: não é só a preocupação com a formação de um gabinete que permita a ele levar a cabo seus objetivos de política pública geral e setorial, mas também garantir o apoio dos partidos políticos no Congresso.

A partir dessa apresentação geral das relações Executivo-Legislativo, a seção seguinte apresenta a muito mais diminuta literatura que trata dessa relação para a política monetária e cambial.

2.3.2 A Relação Executivo-Legislativo no Brasil e a Política Monetária

É bastante escassa a literatura sobre as relações Executivo – Legislativo no Brasil no âmbito de questões monetárias. Os textos de Santos e Patrício e Santos⁶⁰ são basicamente o mesmo, o segundo sendo uma adaptação confessa do primeiro. Eles apresentam a tese de que a prestação de contas do Banco Central ao Congresso (no período objeto desta dissertação) deu-se apenas pelo episódio da CPI dos Bancos em 1999, devido a problemas internos à coalizão montada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Para eles, a CPI foi um momento de prestação de contas real da autoridade monetária ao Senado Federal, que se preocupou com a transparência da autarquia. Como resultado, o Senado teria conseguido maior transparência do Banco Central, sobretudo por meio da disponibilização de mais e melhores informações. É interessante notar que essa transparência se daria por meio de uma página na Internet, o que torna as informações públicas (um claro mecanismo de “alarme de incêndio”).

⁵⁸ Com a Emenda Constitucional nº 32, de 2002, as reedições de Medidas Provisórias passaram a ser proibidas, o que modificou o papel negociador de tais instrumentos.

⁵⁹ (Palermo, 2000, p. 15).

⁶⁰ (Santos e Patrício, 2002) e (Santos, 2003; cap. VI).

Para os autores, a CPI esteve inteiramente subordinada aos movimentos da coalizão que apoiava o presidente Fernando Henrique Cardoso. Devido a um racha entre o PMDB e o PFL, e também ao descontentamento do primeiro por não estar recebendo indicações para cargos, instalou-se no Senado Federal a CPI – a qual teve como objeto inicial de pesquisa, principalmente, a denúncia de venda de dólares a preços abaixo do mercado para os bancos Marka e Fontecindam após a desvalorização cambial e também a possibilidade de vazamento de informações sobre a atuação da autarquia no mercado de câmbio. Além disso, manobrou-se politicamente para circunscrever a CPI ao Senado Federal, e não criar uma CPI mista de senadores e deputados como queria a oposição. Essa opção política objetivou circunscrever esse sensível fato político ao ambiente em que o governo contava com uma maioria mais consistente, o Senado Federal, podendo controlar o processo político mais facilmente.

Apenas muito de passagem o autor discute a relação do Senado com o conteúdo substantivo da política monetária. Para ele não teria havido contestação das ações da autoridade monetária no período porque parlamentares da base de apoio ao governo e burocracia compartilhavam das mesmas preferências e convicções econômicas. Devido a essa compatibilidade, a relação entre ambas instituições cingiu-se a questões ligadas à transparência. De forma hipotética o autor sugere que, se houvesse preferências e convicções econômicas distintas entre as instituições, o foco da discussão poderia passar para o conteúdo substantivo das políticas, em que o principal ponto seria a escolha dos dirigentes do Banco Central.

Uma crítica importante a ser feita ao argumento dos autores é que existiram parlamentares no período que não só não eram da base governista como não compartilhavam das preferências e convicções econômicas da equipe do governo (Senadores Lauro Campos e Eduardo Suplicy, por exemplo). Neste caso, o que explica a posição deles? Se eles foram ativos na questão da política monetária e cambial, isto deveria ter sido levado em conta. Se não foram, certamente isso não se deve à disciplina da coalizão pois, pelo contrário, para os parlamentares de oposição é vantajoso criticar as políticas do governo em busca de diferenciação e apoio popular. De toda forma, o autor não polemiza a questão das preferências dos parlamentares, a toma como

pressuposto para sua análise. Esta dissertação, pelo contrário, busca esclarecer essas preferências dos membros da CAE.

A fim de enfatizar a pouca atenção da literatura sobre a atuação do Congresso Nacional em relação à política monetária e cambial, pode-se citar o trabalho de Faucher e Armijo⁶¹, intitulado “Crises cambiais e Estrutura Decisória: A Política de Recuperação Econômica na Argentina e no Brasil”. Este trabalho aborda a estrutura política decisória que presidiu as desvalorizações cambiais brasileira de 1999 e argentina de 2000. O Congresso Nacional brasileiro não é visto como um ator crucial para a questão, sendo tratado apenas como um “veto player” de pouca consistência e ação. Quanto ao Senado Federal, ele é apenas citado de passagem no trabalho, e nenhuma referência é feita à CAE.

⁶¹ (Faucher e Armijo, 2004).

Capítulo 3

PROBLEMÁTICA DE PESQUISA – ASPECTOS INSTITUCIONAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS.

3.1 Aspectos Institucionais

A tabela 3.1 apresenta, a partir do governo Castelo Branco, os principais fatos institucionais que influenciaram a condução da política monetária e a relação dos Poderes Executivo e Legislativo no que toca a essa questão. Ao longo desta primeira seção do capítulo, tais aspectos serão expandidos e mais bem analisados. Duas dimensões são básicas na período: a primeira é a oscilação da ênfase do governo entre a estabilidade de preços e o crescimento econômico e a segunda é a expansão contínua das prerrogativas do Congresso sobre a política monetária, muito embora a interferência direta do Poder Legislativo nas questões monetárias não tenha acompanhado diretamente o aumento de seus poderes.

Tabela 3.1 – Eventos institucionais – Política Monetária e Relação Executivo-Legislativo

Período	Evento
Governos Castelo Branco e Costa e Silva	Reestruturação dos sistemas tributário, financeiro e do mercado de capitais; Criação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central.
1986	Extinção da Conta-Movimento; Criação da Secretaria do Tesouro Nacional.
1987	Criação do SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira; Condiciona-se a emissão de títulos da dívida à prévia autorização do Congresso Nacional ⁶² .
Constituição Federal de 1988.	Expansão dos poderes do Legislativo em geral, e particularmente em relação à regulamentação do sistema financeiro – competência da União legislar sobre questões financeiras, monetárias, cambiais e creditícias, e acabou com a exclusividade de

⁶² (Santos, 2003; p. 187).

	iniciativa do Poder Executivo sobre a questão; Art. 25 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias iria extinguir o Conselho Monetário Nacional.
1994	Implementação do Plano Real; Mudança na composição do CMN, diminuindo seus componentes para três; Criação da programação monetária trimestral que, após aprovada pelo CMN, é enviada ao Congresso Nacional para análise e aprovação.
1995	Criação do PROER.
1996	Criação do Comitê de Política Monetária, COPOM; Criação do PROES.
1999	Adoção oficial dos Regimes de Câmbio Flutuante e Metas de Inflação.
2000	Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que aumenta os controles sobre o gasto e o endividamento público e obriga o Banco Central a apresentar relatórios às comissões temáticas afins do Congresso Nacional.

3.1.1 Antecedentes – 1964-1993

A estrutura institucional que ainda hoje rege o Sistema Financeiro Nacional e parte das finanças públicas tem raízes nas reformas econômicas iniciadas em 1964. Sob o comando dos ministros da Fazenda, Roberto Campos, e do Planejamento, Otávio G. Bulhões, o governo militar criou novos marcos legais para o sistema financeiro nacional (Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964) e para o mercado de capitais (Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965), um novo sistema tributário, mais moderno e capaz de permitir uma nova onda de expansão da economia brasileira⁶³ e pôs em prática uma política exitosa de combate à inflação, o Programa de Ação Econômica do Governo, PAEG⁶⁴.

O Sistema Financeiro Nacional, regulado pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passou a contar com um Banco Central, em substituição à antiga Superintendência da Moeda e do Crédito–SUMOC, e com um órgão superior de

⁶³ (Oliveira, 1981).

coordenação da política monetária, o Conselho Monetário Nacional – CMN. Em sua criação, o conselho contava com nove membros: o Ministro da Fazenda, o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o presidente do Banco do Brasil e mais seis membros, sendo quatro deles escolhidos para compor a diretoria do Banco Central⁶⁵.

Nesse momento inicial a preocupação das autoridades monetárias era com a estabilização da moeda⁶⁶, pois a economia enfrentava inflação crescente. Ao longo do tempo, contudo, os objetivos buscados pelo CMN e pelo Banco Central variaram bastante, oscilando entre a ênfase no combate à inflação ou a promoção do desenvolvimento econômico em bases intervencionistas. De fato, segundo Raposo e Kasahara, as atribuições e composições dessas instituições após 1964 demonstram compromissos que variaram entre a “manutenção da estabilidade da moeda até finalidades extremamente ampliadas de coordenação de todo o sistema econômico, sobrepondo-se aos demais setores do governo”⁶⁷. Para Borba⁶⁸, entre os governos Costa e Silva e Itamar Franco, o CMN passou a ser um espaço corporativo, com maior ou menor poder, sem ênfase na defesa da estabilidade da moeda.

Características institucionais que refletem a falta de ênfase na estabilidade da moeda e a importância do fomento nas prioridades dos governos federais são a contagem de movimento entre o Banco Central e o Banco do Brasil e a mistura de atribuições entre as duas instituições – havia atividades de autoridade monetária no Banco do Brasil e de banco comercial no Banco Central.

Criada em 1965 e somente extinta em 1986, a conta-movimento por um lado fornecia ilimitados fundos ao Banco do Brasil para cumprir as tarefas de desenvolvimento que o CMN determinava, e por outro impedia o Banco Central de realizar uma política monetária realmente restritiva⁶⁹. Segundo Giambiagi e

⁶⁴ (Resende, 1992, p. 213).

⁶⁵ (Raposo e Kasahara: 2004). Um estudo abrangente do Conselho Monetário Nacional em seus primeiros anos é o livro de Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, *A Administração do Milagre – O Conselho Monetário Nacional 1964-1974*. Vozes, 1987.

⁶⁶ (Borba, 2004: p. 29).

⁶⁷ (Raposo e Kasahara: 2004, p. 5).

⁶⁸ (Borba, 2004, p. 11).

⁶⁹ (Raposo e Kasahara: 2004).

Além⁷⁰, esta conta nunca foi objeto de regulamentação e funcionou na prática como um “direito de saque” que financiou operações ativas do Banco do Brasil, como a compra de trigo e estoques reguladores – operações feitas à margem do orçamento e contrariando a Constituição.

O Banco do Brasil, mesmo após a criação do Banco Central, ainda preservou para si as atividades de agente do Tesouro Nacional, de arrecadador de depósitos voluntários das instituições financeiras e de principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal. As contas de depósito voluntário só passaram do Banco do Brasil para o Banco Central em fevereiro de 1986. Já o Banco Central, em parte de sua existência, controlou operações de mercado de capitais e foi coordenador do crédito rural⁷¹.

Grosso modo, pode-se dizer que tanto o CMN quanto o Banco Central atravessaram o período Costa e Silva-Itamar Franco sem comprometerem-se de forma inequívoca com políticas monetárias de combate à inflação. À exceção dos breves períodos de choques heterodoxos (Plano Cruzado I e II, Plano Bresser, Plano Collor, etc.), a inflação mostrou força crescente, baseada, em boa medida, em mecanismos de indexação criados no período Campos e Bulhões e cada vez mais aperfeiçoados e enraizados nas relações econômicas. Neste sentido, as autoridades monetárias realizaram na maioria do tempo apenas políticas “acomodatícias”, suprimindo a economia com os meios de pagamento necessários diante da alta crescente do nível de preços⁷².

Um último ponto importante a ser tratado nesta seção é o papel do Legislativo na regulamentação do Sistema Financeiro Nacional.

A Constituição de 1967 estabelecia em seu art. 57, não modificado em 1969, que era de competência exclusiva do Presidente da República a iniciativa de leis que dispusessem sobre matéria financeira. Desta forma, imperavam na matéria os interesses do Poder Executivo, que se não bastasse ter o apoio da maioria dos representantes no

⁷⁰ (Giambiagi e Além, 2000, p. 112).

⁷¹ (Lima, 2001; pp. 39-42).

⁷² (Bacha, 1998; p. 23).

Congresso Nacional durante todo o período autoritário, ainda impedia, por força legal, que qualquer parlamentar tomasse a iniciativa de propor projetos sobre a questão.

Desde o início do governo do Presidente João Figueiredo, o Legislativo passou a ser mais ativo na fiscalização dos atos financeiros do Poder Executivo, mais foi apenas na segunda metade dos anos oitenta que ocorreram as maiores mudanças institucionais no sistema financeiro e de contas públicas do governo federal. Em 1986 a contabilidade foi extinta, criou-se a Secretaria do Tesouro Nacional, com a finalidade de administrar as contas públicas e a gestão da dívida mobiliária federal é subtraída ao comando do BACEN. Em 1987 é criado o Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, para o acompanhamento das contas federais e condiciona-se a emissão de títulos da dívida pública à prévia autorização do Congresso Nacional⁷³.

A Constituição Federal de 1988, fruto da abertura democrática, expandiu ainda mais os poderes do Legislativo em geral, e particularmente no que tange à regulamentação do sistema financeiro. A “Carta Cidadã” definiu que era de competência da União legislar sobre questões financeiras⁷⁴, monetárias, cambiais e creditícias, e acabou com a exclusividade de iniciativa do Poder Executivo sobre a questão. De fato, em seu art. 192 a nova constituição tratou da regulamentação do Sistema Financeiro Nacional – devido ao conteúdo genérico apresentado, apenas princípios, reflete a falta de consenso à época sobre muitos dos temas afeitos à questão. Fato importante, não obstante, foi exigir Lei Complementar para regulamentar os assuntos lá presentes. Assim, o Poder Legislativo reservava para si o direito exclusivo de regulamentar essas questões⁷⁵.

⁷³ (Santos, 2003; p. 187).

⁷⁴ A constituição Federal de 1988 estabeleceu que cabe à União, exclusivamente, legislar sobre sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais, política de crédito, câmbio, seguros e transferências de valores. Ainda, cabe à União, Estados e Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito financeiro. Tais competências, não se encontram entre aqueles de iniciativa privativa do Presidente da República.

⁷⁵ Ao exigir Lei Complementar para a regulamentação do art. 192, o constituinte impediu que Medida Provisória, que tem *status* de lei ordinária, regulamentasse o assunto, impossibilitando o Poder Executivo de forçar o Congresso Nacional a seguir seus desejos. Vale esclarecer, contudo, que nunca se deu a regulamentação do art. 192, apesar de algumas iniciativas do Congresso Nacional (Neiva, 1995) (Lima, 2001; pp. 43-46). Em 2003, apenas, foi promulgada a Emenda Constitucional n° 40, que revogou boa parte do artigo e permitiu que a regulamentação venha a ser feita por várias Leis Complementares, o que, imagina-se, pode permitir que prosperem iniciativas legislativas sobre o tema.

Ponto importante colocado pela Constituição Federal de 1988 foi o art. 25 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que iria extinguir o CMN. Este artigo estabelecia que ficavam revogados, a partir de cento e oitenta dias da promulgação da Constituição, todos os dispositivos legais que atribuíam ou delegavam a órgão do Poder Executivo competência assinalada pela Constituição ao Congresso Nacional. O ponto interessante é que este dispositivo poderia ser prorrogado por lei, o que de fato foi feito por várias delas – oriundas de Medida Provisória – e que mantiveram o CMN em funcionamento⁷⁶.

Devido ao fato do art. 192 da CF nunca ter sido regulamentado e do CMN continuar em funcionamento, até hoje prevalecem as bases institucionais colocadas pela Lei n° 4.595, de 1964.

3.1.2 Mudanças institucionais com o Plano Real

O Plano Real alterou parte da estrutura institucional que prevalecia no período anterior à sua implantação e sobretudo modificou a prática da autoridade monetária em relação à oscilação de ênfase entre inflação e desenvolvimento. As principais alterações ocorridas no período referem-se à mudança na composição do CMN, ao aumento dos poderes formais do Congresso Nacional sobre as questões monetárias e a criação do COPOM.

3.1.2.1 A nova composição do CMN

O Plano Real teve como uma de suas bases a inserção do Brasil no novo contexto internacional dos fluxos de capital, o que permitiu a acumulação de reservas, o câmbio administrado e a abertura comercial, que foram a âncora do processo de estabilização. Essa estratégia de política econômica, em que é fundamental a relação do país com os agentes econômicos do exterior, exigiram que a autoridade monetária desenvolvesse um

⁷⁶ As Leis que prorrogaram o funcionamento do CMN foram: n° 8.056, de 1990, n° 8127, de 1990, n° 8.201, de 1991, n° 8.392, de 1991 e n° 9.069, de 1995 (Marques, 2003; p. 56).

novo padrão de atuação, em que desponta a preocupação com a independência da autoridade monetária e seu papel como garantidora da estabilidade da moeda⁷⁷.

A independência⁷⁸ do Banco Central foi assunto de primeira hora do Plano Real⁷⁹. Tema já discutido desde o movimento liberalizante do governo Collor, sem conseqüências reais à época, foi novamente apresentado com o início do Plano Real. A Exposição de Motivos nº 395, de 07 de dezembro de 1993, que apresentava o Fundo Social de Emergência ao Congresso Nacional, via na reorganização institucional do Banco Central um ponto crucial em sua estratégia de combate à inflação. A idéia básica era impedir as influências políticas de atingirem as decisões de política monetária, por serem tais questões de natureza eminentemente “técnica”.

Como já se viu, uma possível autonomia formal do Banco Central necessitaria de Lei Complementar para ser efetivada, pois seria algo regrado pelo art. 192 da Constituição Federal. Dessa forma, a mudança na composição do CMN, tema até então ausente das formulações do Plano Real, surgiu na Medida Provisória nº 542, de 30 de junho de 1994, que instituía o plano (depois de várias reedições da Medida Provisória, o Congresso Nacional aprovou o que viria a ser a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995 – a Lei do Plano Real). Segundo Borba⁸⁰, esta foi uma estratégia de menor resistência para criar a autonomia da autoridade monetária, de forma indireta, pois a alteração das atribuições do Banco Central iria exigir uma discussão mais profunda e difícil no Congresso Nacional, que estava em um período pré-eleitoral e inviabilizava essa alternativa. Alterar a composição do CMN seria uma forma de “insular” a esfera superior da autoridade monetária, sem alterar as competências legais do Banco Central.

O CMN teve o número de membros diminuído drasticamente, passando para apenas três: o Ministro da Fazenda, o Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República (depois transformada em Ministério do

⁷⁷ (Raposo e Kasahara, 2004).

⁷⁸ Usa-se de forma inadequada, mas corrente, o termo independência, mas o que se tem de fato é a discussão da autonomia do Banco Central, pois nem mesmo os poderes da República podem ser independentes (Saddi, 1999, apud Lima, 2001).

⁷⁹ A discussão que se segue é baseada em Borba (2004). O autor faz uma interessante análise sobre as mudanças institucionais que se procurou implantar no Plano Real e o discurso utilizado para “vendê-las” ao Congresso Nacional e à sociedade.

⁸⁰ (Borba, 2004).

Planejamento) e o Presidente do Banco Central do Brasil – a tabela 3.2 apresenta a evolução da composição do Conselho. A visão dos executores da mudança (as autoridades da área econômica do governo) era de que se estaria expurgando das decisões de política monetária as influências não comprometidas com o “interesse público” da estabilidade da moeda, estar-se-ia protegendo a política monetária de um elemento recorrente de irracionalidade⁸¹.

Tabela 3.2 Composição do CMN – Evolução Histórica

Membros	1964	1972	1979	1986	1989	1994
Ministros						
Fazenda	P	P	P	P	P	P
Planejamento	X*	VP	(P)	VP	VP	X
Agricultura		X	X	X	X	
Indústria e Comércio	X*	X	X	X	X	
Interior		X	X	X	X	
Trabalho				X	X	
Desenvolvimento Urbano				X		
Presidentes de Bancos						
BACEN		X	X	X	X	X
BB	X	X	X	X	X	
BNDE(S)	X	X	X	X	X	
BNH		X	X			
CEF		X	X	X	X	
Basa				X	X	
BNB				X	X	
Outros Membros do Governo						
Cacex			X	X	X	
CVM			X	X	X	
IRB			X	X	X	
Diretores do BACEN			5*	8*	7*	
Representação Privada						
Empresários	6	6	8	5	7	
CNTI					1	

⁸¹ (Franco, 2000).

TOTAL	11	16	26	29	30	3
--------------	----	----	----	----	----	---

Fonte: Codato (1997) e Banco Central.

Legenda: P = Presidente; VP = Vice-Presidente; X Membro Efetivo; * = Membro convidado sem direito a voto.

Gustavo Franco, um dos principais idealizadores do Plano Real, explica que o CMN era até então uma “câmara setorial da moeda” e que “nunca tinha havido tamanha paralisia por parte das autoridades monetárias”⁸². Em seu novo formato, o CMN seria “um foro de coordenação macroeconômica, de deliberação sobre normas, supervisão bancária e autorizações e de uso de instrumentos financeiros e creditícios para fins fiscais (os contingenciamentos de crédito e limitações às dívidas de entidades públicas)”⁸³.

Deve ser ressaltado que a nova composição do CMN restringiu-se apenas à área econômica do governo, muito embora subsistisse uma importante prerrogativa do Presidente da República em relação às decisões do conselho⁸⁴, qual seja, estabelecer critérios sobre a paridade da relação dólar/real. Ainda, segundo a visão de Gustavo Franco, as decisões do conselho afastavam-se da “perniciosa” política⁸⁵.

Para os fins desse trabalho, esse é um aspecto muito importante das mudanças ocorridas com o Plano Real: o “insulamento” da “equipe econômica” nas decisões de política monetária e o discurso de que esse distanciamento é não apenas bom como necessário para o funcionamento da economia.

⁸² (Franco 2000; pp. 256 e 268).

⁸³ (idem, p. 286).

⁸⁴ O § 4º do art. 3º da Lei nº 9.069, de 1995, estabelece que “O Conselho Monetário Nacional, **segundo critérios aprovados pelo Presidente da República**: I - regulamentará o lastreamento do Real; II – definirá a forma como o Banco Central do Brasil administrará as reservas internacionais vinculadas; III - **poderá modificar a paridade a que se refere o § 2º deste artigo** [um dólar dos EUA para cada real emitido]”.

⁸⁵ (Franco, 2000). É muito curioso no pensamento dos economistas em geral, e de Gustavo Franco em particular, que as decisões econômicas possam ter caráter não político. Em primeiro lugar toda decisão que influi na distribuição de recursos na sociedade tem caráter político, e, em segundo lugar, as leis de “eficiência” – mesmo que sejam verdadeiras – não possuem prevalência ética sobre muitas outras preferências que a sociedade democrática possa advogar. Não obstante, graça com força esse “bitolamento” dos economistas, sobretudo daqueles que se acham imbuídos da missão de pregar uma “luz superior” aos “ignorantes” e “infiéis”.

Outro aspecto interessante é que, ao contrário do que prega o experiente e interessante Alan Blinder (1999), o autor brasileiro não se preocupa em enfatizar a necessidade de independência do Banco Central em relação aos agentes de mercado. Um pequeno “deslize” que encobre um mundo de coisas talvez inadequadas de se esclarecer ao grande público eleitor.

3.1.2.2 Poder Legislativo e Política Monetária

O aumento das prerrogativas do Poder Legislativo sobre a política monetária, além daquelas já conquistadas com a Constituição Federal de 1988, deu-se também pela Lei do Plano Real (art. 6º), a qual submetia ao Congresso Nacional a programação monetária trimestral após aprovada pelo CMN. Dentro do Parlamento, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal–CAE deveria analisar previamente a matéria que, posteriormente, seria apreciada por todo o Congresso Nacional.

A programação monetária deveria conter “estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários compatíveis com o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda” e a “análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre, e justificativa da programação monetária”. É fundamental ressaltar que, no regime de câmbio administrado, o volume de reais em circulação deveria ser compatível com o nível de reservas, a fim de manter a estabilidade da paridade real/dólar, e que esse nível de reservas numa economia aberta era bastante sensível ao nível da taxa de juros doméstica em relação à internacional⁸⁶. Dessa forma, a aprovação da programação monetária implicava também na aprovação de uma determinada política de câmbio e de juros. Pode-se então ver como as prerrogativas adquiridas pelo Parlamento nesta questão, ao menos em tese, eram importantes, pois permitiam que trimestralmente fossem discutidas e aprovadas diretrizes de política monetária fundamentais para o desempenho da economia.

Vale ser dito que as programações referem-se a um período de tempo determinado – podendo “caducar” se não discutidas dentro do prazo – e ainda que a relação entre os diferentes agregados monetários é bastante complexa. Assim, dois pontos devem ser ressaltados. Em primeiro lugar a Lei estabelecia prazos para que o Congresso rejeitasse a programação monetária, e, em segundo, tal rejeição só poderia ser feito “in totum” (totalmente).

Após a adoção do regime de câmbio flutuante (jan/1999) e a adoção do regime de metas de inflação (Decreto 3.088, de 21 de junho de 1999), o controle dos agregados

⁸⁶ Cf. manuais de macroeconomia, principalmente os capítulos que tratam de câmbio e política monetária, por exemplo, Blanchard (2001; caps. 20, 21 e 26).

monetários perdeu a importância, pois nessa política a autoridade monetária objetiva um resultado (o nível de inflação), e a política monetária atua diretamente sobre a taxa de juros, sem compromisso explícito com a quantidade de moeda em circulação. Quanto à taxa de câmbio com livre flutuação, ela é formada pela oferta e demanda de moeda forte, mas o governo não dirige a política monetária para garantir nenhum nível de paridade pré-estabelecido.

Ainda em relação à programação monetária, Lima⁸⁷ observa que, muito embora o Poder Legislativo tenha passado a co-responsável da oferta de moeda, muitos parlamentares reclamam que o Congresso ainda estava afastado das decisões, seja por “acesso limitado às informações”, seja pelo atraso no envio dos documentos ao Parlamento ou mesmo pelo caráter técnico das decisões⁸⁸.

Uma outra prerrogativa que fortaleceu o Congresso Nacional nos últimos anos em relação à política monetária foi consubstanciada na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n° 101, de 2000). Segundo ela, “No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços” (art. 9º, § 5º).

3.1.2.3 COPOM

O Comitê de Política Monetária, Copom, foi instituído pela Circular n° 2.698 do Banco Central, em 20 de junho de 1996. Seu modo de funcionamento foi inspirado no modelo alemão, e seu objetivo era determinar a política monetária do Banco Central em reuniões formais, com uma ritualística própria e previamente definida. No princípio o Copom administrava a política monetária com duas taxas básicas de juros de redesconto, a Taxa Básica do BC – TBC, que era um piso para os juros e a TBAN, uma

⁸⁷ (Lima, 2001; p. 90)

⁸⁸ O cap. 6 discutirá esses argumentos.

taxa de assistência com juros punitivos. Com o regime de metas de inflação as duas taxas foram extintas, dando espaço apenas à Taxa Selic (que anteriormente já existia e ficava, em geral, ao nível da TBC)⁸⁹.

Composto pelo presidente, diretores e outros funcionários do Banco Central, ele teve importante papel na condução da economia brasileira a partir de sua criação, devido à preeminência da política de juros, tanto no período do câmbio administrado quanto no posterior regime das metas de inflação.

Chama a atenção que o Copom, à época de sua criação, buscava estabelecer “as diretrizes da política monetária”, contrastando em alguma medida com a Lei n° 4.595, de 1964, que estabelece em seu art. 3º, como competência do CMN, a coordenação das políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa (inciso VII). Ao que parece, o Banco Central, que instituiu o Copom, usurpou uma prerrogativa legal que pertence a um órgão superior⁹⁰.

Visto em retrospectiva todo o período, tanto Raposo e Kasahara quanto Borba⁹¹ concordam que durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso a política em relação às autoridades monetárias foi semelhante àquela instituída durante o governo Castelo Branco e depois abandonada, qual seja, a busca do fortalecimento do Poder Executivo, o insulamento das decisões a fim de permitir o combate à inflação. Esse movimento tem apoio na forma como o Presidente foi eleito, baseado nas conquistas econômicas do Plano Real, e também no contexto das idéias econômicas prevaletentes à época. Ambas as questões serão mais bem tratadas adiante.

⁸⁹ Valor Econômico, 13/09/2004, p. C1 – “Copom chega à 100ª reunião e ganha importância” – Alex Ribeiro.

⁹⁰ Segundo esclarece o próprio sítio da instituição na internet: “O Copom foi instituído em 20 de junho de 1996, com o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e de definir as taxas de juros. A criação do Comitê buscou proporcionar maior transparência e ritual adequado ao processo decisório (...)” (<http://www.bcb.gov.br/?COPOMHIST> em 21/08/2004).

⁹¹ (Raposo e Kasahara, 2004) (Borba, 2004).

3.2 Aspectos Econômicos

Esta seção trata da conjuntura e da política econômica desde a implantação do Plano Real até a flexibilização cambial em início de 1999, o período focal desta dissertação. Chama a atenção de modo especial o sucesso do Plano Real no aspecto monetário, que debelou a inflação que perdurava havia décadas, e os problemas decorrentes em termos de crescimento econômico e fragilidade do balanço de pagamentos. Dar-se-á destaque às políticas cambial e monetária do período, pois são o eixo da discussão neste trabalho e, também, são políticas que, sob o regime de câmbio administrado, caminham em trajetórias dependentes entre si.

3.2.1 Antecedentes

A partir das duas crises do petróleo nos anos setenta, a inflação brasileira tomou uma trajetória crescente, intensificada nos anos oitenta quando o país deparou-se com uma nova crise, a da dívida externa. Nesta época ganharam curso as análises da inflação que enfatizavam seu componente inercial, baseado nos inúmeros mecanismos de indexação que se espraiavam pelo sistema econômico⁹². Fruto desses diagnósticos, implementaram-se vários planos de estabilização monetária de características heterodoxas: Planos Cruzado I e II (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990) e II (1991). Em geral os planos tiveram um curto período de êxito no controle da inflação e levaram à desmoralização o principal instrumento utilizado na maioria dos casos, o congelamento de preços⁹³.

No início da década de noventa, contudo, entra em cena um novo elemento. Os países “subdesenvolvidos”, principalmente os então chamados “países emergentes”, voltam a ser atrativos para os capitais oriundo dos países centrais. Tal movimento, via de regra, era acompanhado pela liberalização das contas de capitais, facilitando a

⁹² (Abreu, 1992).

⁹³ (Filgueiras, 2000; p. 82-83).

movimentação dos recursos entre os países, e contava com grande presença de capitais de curto prazo⁹⁴.

Se por um lado havia a oferta de dinheiro para os países ditos “emergentes”, por outro havia o avanço das idéias de reformas pró-mercado, consubstanciadas naquilo que se denominou Consenso de Washington⁹⁵. Este “consenso” preconizava, como mecanismo para gerar o desenvolvimento econômico, reformas pró-mercado, como privatização, liberalização comercial e financeira e diminuição do estado⁹⁶. No Brasil, esse ideário começou a ser implantado no governo Collor, com o início da abertura comercial e o aumento no ritmo das privatizações⁹⁷, mas tomou força realmente com o governo Fernando Henrique Cardoso, iniciado em 1995. Vale destacar que Fernando Henrique Cardoso foi Ministro na Presidência de Itamar Franco, tanto das Relações Exteriores quanto da Fazenda, e que boa parte da equipe econômica do Ministro FHC permaneceu em sua presidência.

Um ponto a ser ressaltado ainda nos antecedentes do Plano Real é o volume das reservas internacionais. Estas partiram de um nível médio de US\$ 9,4 bilhões nos anos de 1989 a 1991 e atingiram US\$ 32,2 bilhões em dezembro de 1993 e US\$ 38,8 bilhões em dezembro de 1994⁹⁸. Esse aumento do nível das reservas representa uma elevação da relação reservas/importação anual (importações acumuladas em 12 meses) muito grande, passando de um patamar de 50% no início do período para mais de 100% em 1993 e 1994, o que seria uma condição fundamental para a formulação e implementação do Plano Real. Esse aumento de reservas deu-se, sobretudo, durante o ano de 1992, ainda sob o governo Collor.

⁹⁴ (Blustein, 2002; principalmente cap. 2). O autor diz que em 1995 havia cerca de 1000 fundos mútuos que investiam em países emergentes, inclusive fundos que tinham por clientes a classe média dos países centrais (p. 55).

⁹⁵ (Williamsom, 2003). Neste texto, uma palestra a ser proferida na FAAP, São Paulo, em 25 de agosto de 2003, Williamsom diz que seu entendimento do Consenso de Washington são dez reformas, quais sejam: disciplina fiscal; mudança nas prioridades para despesas públicas; reforma tributária; liberalização do sistema financeiro; taxa de câmbio competitiva; liberalização comercial; liberalização da entrada do investimento direto; privatização das empresas estatais; desregulamentação; direitos da propriedade assegurados.

⁹⁶ (Bresser-Pereira, 2003) (Filgueiras, 2000).

⁹⁷ (Filgueiras, 2000; pp. 84 a 116) (Giambiagi e Além, 2000; cap. 13).

⁹⁸ Valor total no conceito de liquidez. Fonte: Banco Central do Brasil. Série: 3546.

3.2.2 Implementação do Plano Real

Durante o governo do Presidente Itamar Franco – que assumiu o cargo após o *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Melo em setembro de 1992 – o então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso foi o artífice de um plano de estabilização inovador, que abandonava as idéias de congelamento de preços ou sua prefixação⁹⁹.

O núcleo técnico formulador da proposta era um grupo de economistas oriundos da PUC do Rio de Janeiro, com experiência de governo e em anteriores planos de estabilização fracassados¹⁰⁰. Como já referido anteriormente, foi importante o insulamento desta equipe técnica dentro do governo, o grau de liberdade que possuiu para implementar o plano e também o compartilhamento de idéias comuns entre seus membros.

O plano elaborado passaria por três fases. Nas palavras de Edmar Bacha:

“O primeiro estágio era um mecanismo de equilíbrio orçamentário. O segundo introduzia uma unidade de conta estável para alinhar os preços relativos mais importantes da economia. O terceiro estabelecia a conversão dessa unidade de conta na nova moeda do país, a uma taxa de paridade semi-fixa com o dólar.”¹⁰¹

A primeira dessas fases foi consubstanciada no Fundo Social de Emergência que, aprovado por emenda constitucional (emenda de Revisão n° 1, de 1° de março de 1994), liberava cerca de 20% do orçamento federal das vinculações impostas, o que permitia uma folga para o governo cortar despesas e redirecionar os recursos para outros gastos, como por exemplo o pagamento de juros da dívida pública. A lógica era de que o estado brasileiro estava “equilibrado” fiscalmente com a alta inflação, e a queda desta exigia um novo patamar de despesas compatível. Com a alta inflação havia o imposto inflacionário – que servia como um receita adicional ao Tesouro Nacional – e também,

⁹⁹ (Bacha, 1998; p. 15). Esse trabalho de Edmar L. Bacha é bastante rico em termos teórico, factual e interpretativo sobre os dilemas do plano, devido ao fato do autor ter sido um dos formuladores do Plano Real. Boa parte dessa seção baseia-se neste artigo.

¹⁰⁰ A equipe formuladora do plano era, basicamente: Edmar Bacha, Pedro Malan, Pêrsio Arida, André Lara Resende e Gustavo Franco. Posteriormente juntaram-se ao grupo José Serra, Francisco Lopes e José Roberto Mendonça de Barros (Lopes, 2003; pp. 37 e 39. NR 4 e 7)(Franco, 2000; p. 269).

em virtude dos processos de indexação no recolhimento de tributos, um efeito Oliveira-Tanzi ao contrário: no Brasil as receitas tributárias eram protegidas em termos reais e as despesas eram fixadas nominalmente, o que permitia um controle de gastos na “boca do caixa”. Para os elaboradores do plano, era necessário dar uma prova de austeridade fiscal *ex ante*, demonstrando que o governo federal não precisava dos ganhos financeiros da inflação¹⁰².

Ponto importante no diagnóstico do plano era que o governo experimentava um alto déficit nominal decorrente sobretudo da inflação, pois o conceito de déficit nominal engloba o pagamento de juros sob a forma de correção monetária¹⁰³. Se o resultado operacional estivesse equilibrado, isto é, se os gastos “reais” e o pagamento de juros “reais” “coubessem” dentro das receitas, acabar com o déficit nominal era uma questão monetária apenas; a própria queda da inflação extinguiria o déficit nominal¹⁰⁴.

A segunda fase, a introdução da unidade de conta estável, ocorreu em 1º de março de 1994, com a Unidade Real de Valor – URV (Medida Provisória nº 434, depois Lei nº 8.880, de 1994). Essa seria como um indexador geral, balizador para todos os preços da economia, sendo reajustada diariamente pelo Banco Central conforme a variação de três índices de preços (IGP-M, IPCA e IPC)¹⁰⁵. O objetivo era que a URV servisse como um período de transição entre a moeda velha, com inflação, e a nova, que ainda seria criada. Em termos teóricos, a idéia era que os preços relativos da economia pudessem se alinhar voluntariamente em termos de URV, sem transmitir pressões inflacionárias para a moeda nova. De fato, num período de alta inflação com indexação, era comum que os contratos apresentassem diferentes indexadores e diferentes períodos de reajuste, por isso era importante que houvesse uma padronização, para que na implantação da moeda nova não houvesse preços desalinhados que precisassem de reajustes. Em termos

¹⁰¹ (Bacha, 1998; p. 18).

¹⁰² Vale destacar que, para os formuladores do plano, o descontrole orçamentário era visto como causa básica da inflação no Brasil (Bacha, 1998; p. 13). Este é um ponto importante, pois as causas da inflação no Brasil foram objeto de uma discussão acalorada por muitos anos, em que alguns apontavam como causas o desequilíbrio orçamentário e outros enfatizavam questões estruturais, como o poder de mercado dos oligopólios e sua capacidade de elevar preços – uma interpretação neokeynesiana, defendida por L. G. Belluzzo, por exemplo.

¹⁰³ (Giambiagi e Além, 2000; pp. 70-72).

¹⁰⁴ (Bacha, 1998; p. 15).

¹⁰⁵ (Filgueiras, 2000; p. 104).

práticos, buscava-se, no período, que a maioria dos contratos migrassem voluntariamente para a sistemática da URV, a qual não permitiria reajustes inferiores a um ano. Não obstante, o governo teve de criar regras especiais para a conversão de salários, aluguéis residenciais e mensalidades escolares, pois eram preços relativos muito importantes econômica e politicamente.

Finalmente, em 1º de julho de 1994 o governo começou a emitir URV, batizada como Real. Num primeiro momento instituiu-se a paridade da URV-Real com o dólar norte-americano. O valor de R\$ 1,00/US\$ 1,00 era, no entanto, um teto. O Banco Central comprometia-se a vender dólar se a cotação tentasse ultrapassar esse valor, mas não havia, contudo, um piso. E foi essa queda da paridade que realmente ocorreu. Segundo interpretação de Gustavo Franco, era natural que isso ocorresse, pois a economia iria se monetizar após o fim da inflação alta¹⁰⁶.

Vale esclarecer, conforme assinalou Bacha¹⁰⁷, que o Plano não contou em seu início com o apoio do FMI, que desejava políticas fiscal e monetária mais restritivas. No entanto, para os formuladores do plano, essas políticas foram sempre passivas durante o regime de inflação, e poderiam tornar-se mais rígidas apenas com o final da inflação crônica.

3.2.3 Políticas Cambial e Monetária, Inflação e Crescimento

O objetivo principal da seção é mostrar como foi conduzida a política cambial e ressaltar sua importância para os resultados alcançados pela economia brasileira. Para além de ser um importante preço da economia, o câmbio, conforme a política concebida pela equipe econômica, foi responsável em grande parte pelos resultados mais gerais conseguidos pela economia brasileira, como a queda da inflação e o crescimento “insustentado”, num regime de *stop and go*.

Devido à prevalência que a questão cambial tomou no primeiro governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso – responsável em parte pela contenção da

¹⁰⁶ (Franco, 2000; p. 56-7).

¹⁰⁷ (Bacha, 1998, p. 11-18).

inflação e objeto de inúmeras discussões entre acadêmicos e mídia especializada¹⁰⁸ – e também pela sua importância para o trabalho aqui realizado, esta seção iniciará pela exposição das políticas cambial e monetária entre 1994 e 1999, com atenção para as crises da Ásia e Rússia, fundamentais para o desfecho de janeiro de 1999. Serão brevemente discutidos, também, dois aspectos importantes para a política monetária no período, os programas de saneamento do setor financeiro, tanto privado quanto público, PROER e PROES, respectivamente.

A partir dessa discussão inicial, são então feitas considerações sobre o desempenho da economia no que diz respeito ao crescimento econômico, pois é em boa medida resultante das duas políticas anteriormente citadas.

3.2.3.1 Políticas Cambial e Monetária¹⁰⁹

Para Gustavo Franco¹¹⁰ o novo regime de câmbio iniciado com o Plano Real consubstanciava uma nova estratégia de desenvolvimento econômico para o Brasil. Depois de décadas de protecionismo e de um Estado que não cabia dentro de seus recursos (e que assim gerava inflação), era instalado um novo regime em que a abertura comercial e o câmbio não-protecionista seriam indutores de um processo de modernização que traria ganhos de produtividade e competitividade para a economia brasileira. Para este autor, o novo regime no qual entrava o Brasil era a estratégia possível para se distribuir renda, manter a competitividade e fazer o Brasil crescer; dilemas que incomodavam os brasileiros havia tempo.

Até o início do Plano Real, o dólar era mais um preço indexado na economia brasileira¹¹¹, variando de acordo com a inflação numa política acomodatória. Com o Plano Real, contudo, – na idéia de um de seus formuladores principais – o câmbio deixaria de ser um preço administrado para ser definido pela oferta e demanda de moeda

¹⁰⁸ (Mercadante, 1998).

¹⁰⁹ Esta seção será baseada principalmente nos trabalhos de Lopes (2003) e Franco (2000). Ambos os trabalhos são bastante ricos em detalhes das políticas cambial e monetária do período e por isso opta-se por não citar aqui todas as páginas em que se encontram as informações, sob pena de ser excessivamente aborrecedor. Ainda, é interessante destacar que ambos autores estiveram em posições funcionais muito privilegiadas em relação ao objeto de análise, pois ambos assumiram tanto diretorias quanto a presidência do Banco Central no período.

¹¹⁰ (Franco, 2000; p. 73 e 254).

¹¹¹ (Lopes, 2003; p. 36).

estrangeira e pelas modificações estruturais da economia¹¹². Nesse ponto, Franco desqualifica as recorrentes considerações que o câmbio brasileiro estaria sobrevalorizado¹¹³ em relação a algum parâmetro anteriormente conhecido.

Na implantação do Plano Real, em um primeiro momento, o governo não estabeleceu explicitamente nenhuma política cambial, mas trabalhou com uma política monetária restritiva, de juros altos. A Medida Provisória n° 542, que criava o Real, estabelecia o patamar de R\$ 1,00/US\$ 1,00¹¹⁴ para o câmbio. Contudo, no primeiro dia de negócios (04 de julho), o real já se apreciou até R\$ 0,94, e seguiu apreciando-se até atingir R\$ 0,829 em meados de outubro. Ao valor de R\$ 0,83 o Banco Central passou a intervir no câmbio para estabelecer um piso, que logo com a crise do México, no final de 1994, também ganhou um teto a R\$ 0,86, a fim de evitar uma depreciação mais pronunciada. Neste momento o governo ainda trabalhava sem política explícita para o câmbio, sendo esta uma “banda” informal.

A explicação para a apreciação cambial, aventada por Gustavo Franco, é que a economia brasileira havia expulso moeda pela conta de capitais no período da alta inflação (*currency substitution*) e agora o processo era contrário, pois o país recebia de volta recursos que haviam se evadido, sendo natural a valorização. Ponto importante é que a equipe formuladora do plano via com bons olhos as quedas nos preços dos produtos importados derivada da apreciação cambial, pois eram um elemento importante de combate às expectativas inflacionárias.

Com a posse do presidente Fernando Henrique Cardoso em janeiro de 1995, houve uma importante discussão interna ao governo sobre o câmbio, em que de um lado estavam José Serra (Ministro do Planejamento) e Pêrsio Arida (Presidente do Banco Central) advogando o realinhamento do câmbio para um nível superior, e de outro Pedro Malan (Ministro da Fazenda), contrário a esta alternativa¹¹⁵.

¹¹² (Franco, 2000; p. 48-50).

¹¹³ Apreciação e valorização cambiais são termos utilizados para os regimes de câmbio livre e fixo, respectivamente. Neste trabalho, devido ao caráter administrado do câmbio, que tem elementos de câmbio livre e fixo, usam-se indistintamente os termos.

¹¹⁴ A partir de agora a expressão da relação cambial será grafada de forma simplificada, constando apenas o preço em reais de um dólar dos EUA.

¹¹⁵ (Franco, 2000; p. 303).

Um primeiro movimento nas “bandas” foi feito em março de 1995, acompanhado de elevação de juros. Fruto de um embate dentro do próprio governo sobre a melhor política cambial, foi estabelecida primeiramente uma banda de R\$ 0,86–0,90, podendo o Banco Central intervir dentro dela – esta intervenção “interna”, segundo Francisco Lopes¹¹⁶, foi uma “vitória” da proposta de Gustavo Franco. Contudo, a banda sofreu ataques e uma nova foi apresentada no final do mês, R\$ 0,88–0,93, neste caso sem intervenção interna. Nesta época formalizou-se o regime de bandas.

Em 22 de junho do mesmo ano estabeleceu-se uma nova banda, R\$ 0,91–0,99. Não obstante, um aspecto técnico tornou-se preeminente na política cambial. Sob inspiração de Gustavo Franco, passou-se a realizar “leilões de *spread*” no mercado cambial. Pela nova regra, o Banco Central podia exigir dos *dealers* que fizessem ofertas padronizadas de compra e venda de dólares. Dessa forma o BACEN podia realizar operações de arbitragem dentro do mercado e reduzia a dispersão dos preços no mercado cambial. Gustavo Franco defendeu a idéia como um mecanismo técnico, capaz de diminuir a volatilidade das cotações e permitir passagens mais suaves entre as diferentes bandas. Não obstante, o que se criou na verdade foi um regime que passou a ser conhecido como de “minibandas”, e que foi estabelecido sem maiores discussões dentro do Banco Central¹¹⁷. Neste regime, a amplitude da minibanda era de apenas 0,5%, o que consubstanciou, na prática, um novo regime, de câmbio fortemente controlado (“*straight peg*” nas palavras de Lopes¹¹⁸). Os leilões de *spread* e as minibandas mantiveram-se até o final de 1998, sendo a variação da minibanda, (desvalorização do real) de 0,5% a 0,65% ao mês.

No segundo semestre de 1997, várias economias do leste asiático, até então pujantes e aproveitando-se da atratividade como mercados emergentes, enfrentaram problemas. A famosa crise asiática foi a quebra, ou ao menos uma interrupção, de um modelo de economia que trabalhava com câmbio administrado, abertura para o capital estrangeiro e expressivos déficits em conta corrente. Em alguns casos, os problemas estavam também no setor bancário, comprometido em demasia com créditos de alto

¹¹⁶ (Lopes, 2003; p. 40).

¹¹⁷ (Lopes, 2003; p. 42-3).

¹¹⁸ (Lopes, 2003; p. 42).

risco. De maneira geral, as economias enfrentaram ataques especulativos contra suas moedas nacionais, baseados na crença que os regimes eram insustentáveis. Mesmo com a intervenção do FMI, a crise foi profunda para a região e ameaçou estender-se para outros cantos do globo¹¹⁹.

A crise asiática começou em julho de 1997 com a flutuação do bath tailandês, mas chegou ao Brasil apenas no dia 28 de outubro. Após Hong Kong tomar medidas para proteger sua moeda, as principais bolsas mundiais foram atingidas, o que se estendeu também ao Brasil. No caso brasileiro, o principal problema foi que o Banco Central começou a perder (vender) reservas no mercado à vista para conter um ataque especulativo no mercado futuro de dólar, motivado sobretudo por operações de arbitragem. Como resultado dessa crise, o BACEN passou a monitorar e intervir também no mercado futuro, prática que foi mantida até a desvalorização cambial de janeiro de 1999, e extinta por exigência do FMI¹²⁰.

A fim de responder aos problemas gerados pela crise asiática, o Banco Central subiu a taxa SELIC de 20% ao ano para 45% no final de outubro (Gráficos 3.2 e 3.3), o que trouxe prejuízos à atividade econômica. Além disso, anunciaram-se em 10 de novembro medidas fiscais que foram batizadas de “Pacote 51”. O objetivo principal era cortar despesas e elevar receitas em valor equivalente a 2% do PIB, como forma de mostrar aos mercados internacionais que o Brasil estava fazendo as “necessárias” reformas e freando o déficit público. O resultado das medidas foi exitoso, pois logo no início de 1998 o Brasil recuperava reservas e a equipe econômica teve elevada sua credibilidade.

Não obstante, em agosto de 1998 a economia russa iniciava uma nova crise ao desvalorizar o rublo e declarar moratória de suas dívidas. Como já se tratou neste capítulo, um grande número de países beneficiou-se dos abundantes fluxos de capitais derivados dos países centrais, e assim a crise russa trouxe novamente uma onda de temor em relação ao futuro das economias dos chamados países emergentes. Nesse momento, o Brasil passou a ser considerado a “bola da vez”. A crise russa, para o

¹¹⁹ (Blustein, 2002).

¹²⁰ (Lopes, 2003; p. 43).

Brasil, foi de intensidade muito maior que a asiática, pois os títulos brasileiros no exterior, que na primeira tinham atingido apenas 700 pontos de *spread*, na última crise atingiram mais de 1400¹²¹.

O Brasil fez um grande acordo com o FMI, que desta vez participava de forma intensa de um pacote de ajuda preventivo, tentando se antecipar aos problemas de ataque especulativo e desvalorização cambial como ocorrera na Ásia. Em 13 de novembro de 1998 foi anunciado um pacote de US\$ 41,5 bilhões de ajuda ao Brasil, no qual a novidade era que boa parte dos recursos estariam disponíveis sem maiores delongas, o que, na idéia dos formuladores do acordo, serviria para inibir qualquer idéia de ataque especulativo contra o Brasil e sua moeda. Apesar de uma grande discussão interna no FMI sobre a necessidade ou não de desvalorizar o real naquele momento (os europeus e japoneses não confiavam na manutenção do real no nível que estava, os norte-americanos sim), o acordo foi fechado sem exigir nenhuma mudança na condução da política cambial¹²².

Não obstante, para o Brasil, desta vez o desfecho foi diferente daquele de 1997. Houve um recrudescimento do ataque especulativo contra o real no início de janeiro de 1999, com grande saída de divisas (Gráfico 3.4). Na semana de 11 a 15 de janeiro o Banco Central tentou executar uma nova política cambial, a “banda diagonal endógena”, um mecanismo que conferiria mais flexibilidade ao câmbio, ao contrário das políticas de minibandas anteriormente adotadas. Contudo, o desfecho foi mesmo o da desvalorização cambial, que veio acompanhada de grandes preocupações sobre o desempenho do PIB e da inflação. Cabe ressaltar que a desvalorização foi realizada em desacordo com o FMI, que chegou a propor, no final de semana em Washington (dias 16 e 17), a política de *currency board* – a uma taxa de câmbio desvalorizada em relação à anteriormente válida. Também, a fim de dar crédito ao país no pós-desvalorização, a instituição exigiu a implantação do regime de metas de inflação¹²³.

Cabe enfatizar que havia uma discussão interna ao governo sobre o câmbio. Podem-se apresentar três pontos que o demonstram. Em primeiro lugar a discussão em

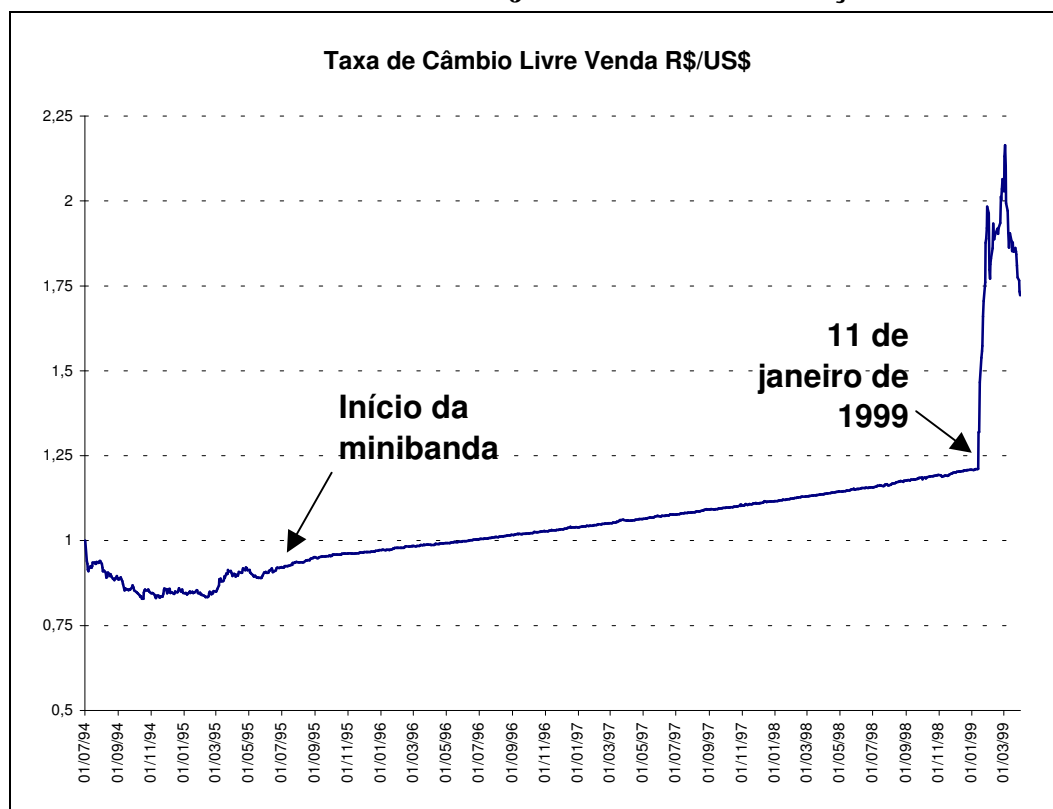
¹²¹ (Franco, 2000; p. 316).

¹²² (Blustein, 2002; cap. 12).

1995 entre Serra, Arida e Malan, já citada. Em segundo lugar, a posição discordante de Mendonça de Barros (influyente no PSDB – partido do Presidente da República – e no governo) sobre o nível do câmbio, o que iria, até mesmo, influenciar as alterações de janeiro de 1999. Em terceiro lugar, a posição crítica de outro membro do alto escalão do governo, o Ministro Bresser-Pereira. Segundo o próprio, ele sempre defendeu um regime de câmbio mais valorizado, chegando até a propor essa alternativa em artigos acadêmicos na Revista de Economia Política¹²⁴.

O gráfico 3.1, abaixo, apresenta a trajetória do câmbio no período narrado, em que se destacam a apreciação inicial (acompanhada de alguma volatilidade), o período das minibandas (iniciado em julho de 1995), com pouca volatilidade e pequena mas constante desvalorização, e, por fim, o momento do abandono do câmbio administrado, na semana de 11 de janeiro de 1999.

Gráfico 3.1 – Taxa de Câmbio - julho de 1994 a março de 1999.



Fonte: Banco Central do Brasil. Série 1. Elaboração do autor.

¹²³ (Lopes, 2003; p. 56).

¹²⁴ (Bresser-Pereira, 2003; p. 9 NR 5).

Sobre as interpretações dos motivos que levaram à desvalorização, Gustavo Franco diz que o fracasso do “pacote 51” foi determinante. Ao não cumprir o que prometeu em 1997, o governo deixou apenas ao Banco Central a missão de defender o câmbio. Este, solitário na tarefa, não pode conter os ataques do mercado. Deve-se ainda levar em conta que, para Gustavo Franco, o abandono do regime de câmbio até então em vigor foi o abandono de um novo modelo de políticas públicas e de desenvolvimento implantados com o Plano Real, como anteriormente exposto. Para ele, o câmbio não deveria proteger a classe produtiva brasileira da competição internacional (por meio de desvalorizações), mas sim funcionar como uma “âncora” que dá poderes ao consumidor, exige ganhos de competitividade dos empresários e cobra do governo equilíbrio fiscal.

Para Francisco Lopes, a desvalorização cambial veio também pela perda de credibilidade do governo na defesa da política até então vigente, em que a ascensão de Mendonça de Barros no cenário político foi um marco importante¹²⁵. Não obstante, para o autor, a desvalorização foi benigna, não surtindo os funestos efeitos sobre o PIB e a inflação que se previa no início de 1999. A principal razão para não ocorrer uma “catástrofe” econômica foi o governo absorver as perdas da desvalorização cambial. Devido à intensa atuação do BACEN no mercado futuro de dólares e ao grande volume de títulos indexados ao dólar, o setor privado teve *hedge* abundante para conter os prejuízos, que acabou socializado pelo Tesouro – a dívida pública passou de 42,3% do PIB em dezembro de 1998, para 49,4% no mesmo mês de 1999¹²⁶.

Uma última perspectiva a ser adicionada à questão é aquela apresentada por Barry Eichengreen¹²⁷. Para o autor, democracia, câmbio fixo e alta mobilidade de capitais são incompatíveis – apenas duas características poderiam existir ao mesmo tempo sem criar obstáculos umas às outras. Em contextos de alta mobilidade de capitais,

¹²⁵ Mendonça de Barros era crítico da política de câmbio e juros e deveria assumir, segundo as informações circulantes à época, o Ministério da Produção (ainda a ser criado no início de 1999) – o que não aconteceu.

¹²⁶ (Lopes, 2003; p. 57).

¹²⁷ (Eichengreen, 2002). Eichengreen baseia suas considerações numa ampla análise histórica dos países centrais, desde o padrão-ouro até a década de 1990.

políticas de juros altos (para salvaguardar a estabilidade entre a moeda nacional e as moedas fortes) acabam por gerar, no limite, contrações na atividade econômica e deflação (ao longo de 1998, devido às políticas econômicas implementadas, o Brasil defrontou-se, de fato, com vários meses de deflação). Para Eichengreen, as dimensões econômica e política tendem a entrar em conflito devido aos grandes sacrifícios impostos à sociedade em termos de emprego e renda se se deseja manter o câmbio estável, perdas de bem-estar que são expressas em desaprovação política ao governo de plantão. Na apresentação do livro de Eichengreen, Alkimar R. Moura, que já foi integrante do alto escalão do Banco Central, é explícito sobre o caso brasileiro:

*Extrai-se também da história brasileira recente uma outra lição, cara à suposição central de Eichengreen: não se pode rejeitar a hipótese de que dificuldades de conciliar objetivos econômicos e políticos incompatíveis tivessem provocado a substituição do regime cambial, com a adoção da taxa flutuante.*¹²⁸Grifos nossos.

Até aqui tratou-se mais detidamente da política de câmbio, dando menor atenção à política de juros no período. De fato, juros e câmbio são faces de uma mesma moeda¹²⁹, e no Brasil a dicotomia chamou a atenção devido à proeminência da âncora cambial, uma das principais responsáveis pelo maior dos feitos do Plano Real, a estabilização de preços.

Durante todo o período, no entanto, o Brasil sofreu com altas taxas de juros reais, que levaram a dívida do governo federal de 12,78% do PIB em janeiro de 1995, para 32,30% em janeiro de 1999¹³⁰. É certo que essa elevação deve-se também à assunção de “esqueletos” e renegociação de dívidas estaduais com o governo federal¹³¹, contudo, o peso dos juros reais foi inegável. O gráfico 3.2 demonstra que, no período do

¹²⁸ (Eichengreen, 2002, p. 15).

¹²⁹ Como afirma Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central no período: “Éramos um pouco escravos da política cambial.” “No fundo, a taxa de juros era fixada muito em função de manter um determinado cupom cambial (juros dos investimentos indexados ao dólar no mercado interno) para sustentar as reservas internacionais”. (Valor Econômico, 13/09/2004, p. C1 – “Copom chega à 100ª reunião e ganha importância” – Alex Ribeiro)

¹³⁰ Dívida total do Governo Federal e Banco Central, líquida – fonte: Banco Central.

¹³¹ (Giambiagi e Além, 2000).

câmbio administrado, a taxa SELIC foi bastante superior à inflação na maioria do tempo, tanto medida pelo IPCA quanto pelo IGP-M.

Um ponto a ser ressaltado é a divergência de posições sobre a política de juros no período. Enquanto para alguns economistas, como Gustavo Franco e Edmar Bacha¹³², formuladores e executores do Plano Real, a política de juros teria sido usada para administrar tanto o câmbio quanto o nível de atividade da economia, para outros, como Maria da Conceição Tavares, Delfim Netto e Filgueiras¹³³, os juros altos visavam sobretudo a atrair capitais estrangeiros para o Brasil a fim de garantir a estabilidade de câmbio. Se para Bacha e Franco os juros altos tinham objetivo também de administrar a atividade econômica em períodos de aquecimento e pôr sob controle a Balança de Transações Correntes e a inflação, os custos dessa política, manifestados no explosivo endividamento público do período, seriam mais legítimos, pois teriam beneficiado toda a sociedade. De outra forma, como apontam Tavares, Netto e Filgueiras, se os juros altos apenas objetivaram atrair capitais estrangeiros para o Brasil, que se beneficiaram de fáceis e polpidos ganhos, o ocaso do câmbio administrado mostra que todo o peso da dívida suportado pelo governo pode ter sido fruto, no mínimo, de uma avaliação inadequada dos burocratas do governo, mantendo uma política insustentável – a qual teve como um de seus resultados a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso¹³⁴.

Uma perspectiva muito interessante da discussão é aquela apontada por Blustein¹³⁵, segundo o qual as novas crises econômicas porque passam as economias, sobretudo os países emergentes, são conhecidas, inclusive no FMI, por crises de “conta de capital”, e não as antigas “crises de conta de transações correntes”. Em outras palavras, a nova e intensa mobilidade de capitais trouxe, para os países periféricos, novas fontes de instabilidade econômica, advindas sobretudo de grandes

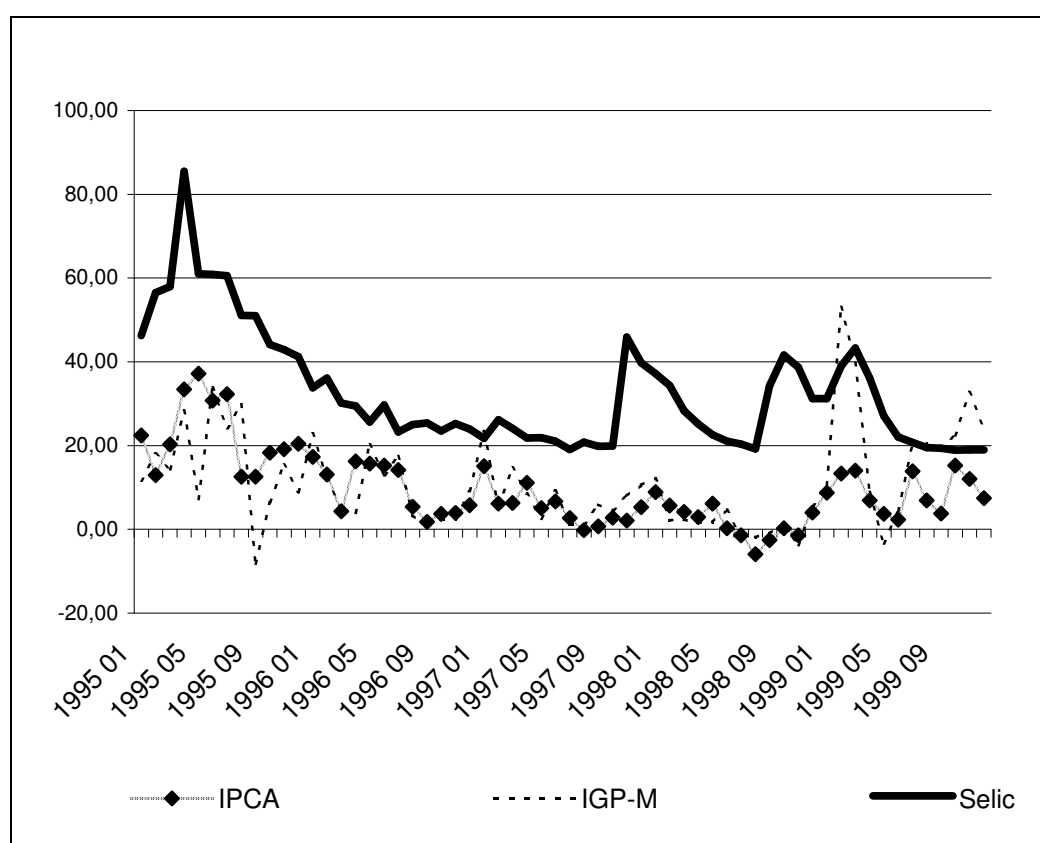
¹³² (Franco, 2000) (Bacha, 1998).

¹³³ (Tavares, 1998) (Delfim Netto, 1998) (Filgueiras, 2000).

¹³⁴ (Filgueiras, 2000) (Lopes, 2003). Optar por uma ou outra das versões não vem ao caso nesta dissertação. Contudo, ela abre uma ampla porta para a discussão das relações economia e política e sobre o papel ideológico da pretensa pureza técnica da economia. O texto de Lopes é impressionante sobre a relação política monetária e reeleição que ele apresenta, quando o autor é explícito ao assumir que no final de 1998 as decisões do Banco Central sempre se preocuparam com os resultados eleitorais. Para um pesquisador de ciclos políticos, um achado muito valioso.

movimentações na conta de capital. Se antes o problema das economias nacionais era viver acima de suas possibilidades, o que gerava déficits em conta corrente, na nova onda da globalização, surtos de perda de credibilidade, movimentações políticas e “contágio” são variáveis determinantes para os fluxos de recursos pela conta de capital, podendo trazer grandes prejuízos aos países por meio de oscilações na taxa de câmbio. Em outras palavras, se a liberalização da conta de capital – a ausência de controles – foi uma alternativa para alavancar os programas de estabilização como os do Brasil, por outro lado, também, trouxe novas fontes de instabilidade para a economia.

Gráfico 3.2 – Selic, IPCA e IGP-M, taxas mensais anualizadas, %.



Fonte: IPEADATA e Banco Central. Elaboração do autor.

¹³⁵ (Blustein, 2002; p. 40-41).

3.2.3.2 PROER e PROES¹³⁶

A autoridade monetária brasileira, que é uma competência legal do governo federal, esteve profundamente envolvida com os governadores após a abertura democrática na década de oitenta e com o setor financeiro privado já a partir da gestão Costa e Silva – em ambos os casos um envolvimento com conseqüências negativas à administração da inflação. O governo Fernando Henrique Cardoso buscou modificar esse quadro por meio do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional – Proer e do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – Proes, sobretudo para salvaguardar a administração da moeda¹³⁷. Tais programas serão aqui discutidos por serem objeto de preocupações da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal no período objeto desse trabalho e devido à sua estreita relação com as políticas monetária e cambial à época¹³⁸.

Em relação aos governadores, com o processo de abertura política – em que ocorreram primeiro eleições nos estados em 1982 e somente eleições diretas para presidente em 1989 – houve uma tendência à descentralização do poder político, tornando difícil o papel do Banco Central quando tentasse controlar ações dos bancos estaduais, principalmente aquelas de implicações políticas. Quanto à participação do setor financeiro privado nas decisões de política monetária, tem-se que diante da necessidade de financiamento do processo de industrialização com forte intervenção estatal no período militar, era importante contar com o apoio do setor privado, o qual recebeu como contrapartida a participação no CMN – ampliado após a primeira gestão de Delfim Netto como ministro e que assim continuou até a implantação do Plano Real.

Durante a década de oitenta os bancos estaduais emprestaram aos seus controladores e às empresas estatais, absorveram títulos públicos sem aceitação no

¹³⁶ A obra que serviu de embasamento para essa seção foi a de Sola, Kugelmas e Whitehead (2002), a qual coloca sob perspectiva política a reconstrução e revigoramento da autoridade monetária que ocorreu com o Plano Real no Brasil.

¹³⁷ (Sola, Garman e Marques, 2002; pp. 161-94).

¹³⁸ A “saúde” do setor financeiro é muito importante para a política monetária, pois as considerações sobre aperto ou afrouxamento da liquidez tem conseqüências não só no nível de atividade econômica como na própria solvência das instituições do setor, sobre o qual sempre ronda o fantasma da “crise

mercado privado e forneceram antecipação de receitas orçamentárias aos governos estaduais. Tais expedientes, perniciosos à administração da moeda, eram politicamente importantes para os governadores e mostravam a falta de controle do governo central sobre as questões monetárias. O setor bancário privado, por sua vez, mantinha práticas inadequadas de controle de risco, beneficiava-se de ganhos inflacionários e era submetido a pouca supervisão. Havia, sobretudo, a idéia de que o governo seria leniente com a ajuda caso esta fosse necessária¹³⁹.

A partir do final de 1995, o governo Fernando Henrique Cardoso implementou um amplo programa de reestruturação do setor financeiro nacional, tanto público quanto privado. Sua lógica foi diminuir os riscos “sistêmicos” presentes no setor, por meio do saneamento das instituições com problemas de solvência, diminuição da participação estatal – sobretudo os bancos estaduais – e inserção de práticas de controle de risco (uma rede proativa de proteção).

Segundo Sola, Garman e Marques¹⁴⁰, havia aspectos políticos e econômicos que permitiram a ação inovadora da equipe econômica. Em termos políticos, o governo FHC tinha grande interesse eleitoral em manter o sucesso do plano de estabilização, do qual dependia o futuro de seu projeto político. Ainda, as eleições de 1994 foram concomitantes para os Poderes Executivos e Legislativos da União e dos Estados. Tal fato permitiu que se fizessem, pela primeira vez, coalizões eleitorais desde baixo até o nível presidencial, e, ainda, o partido do presidente conquistou o governo em importantes estados, com especial destaque para São Paulo.

A principal razão econômica para as mudanças foi o fim da inflação, que tornou os déficits dos governos estaduais insustentáveis e suprimiu o imposto inflacionário, uma importante receita financeira dos bancos, tanto privados quanto públicos. Ainda, o aumento da participação do capital estrangeiro no setor bancário nacional tornou o ambiente mais competitivo, exigindo novas e melhores práticas.

sistêmica”. O ponto ganha mais importância quando se considera o caso real das crises do sudeste asiático em 1997, em que a falta de saúde do sistema bancário foi fundamental (Blustein, 2002) (Stiglitz, 2002).

¹³⁹ (Sola, Garman e Marques, 2002; pp. 177-8).

¹⁴⁰ (Sola, Garman e Marques, 2002).

O PROER¹⁴¹ e o PROES¹⁴² diferenciaram-se dos pacotes anteriores de ajuda por imporem punições mais severas aos controladores. O PROER exigia que as instituições financeiras com problemas devessem ser absorvidas por outros controladores. Já o PROES apresentava aos estados duas opções: i) renegociação total da dívida dos estados com seus bancos e privatização, extinção ou transformação do banco em agência de fomento; ou ii) refinanciamento de 50% das dívidas e reforma administrativa e maior transparência para a concessão de créditos.

O PROER movimentou empréstimos de cerca de R\$ 20 bilhões, intervindo em oito instituições, destacadamente os bancos Econômico, Nacional e Bamerindus, os três com fortes relações políticas e grande peso no mercado bancário brasileiro¹⁴³. Já o PROES alcançou cerca de R\$ 50 bilhões em empréstimos, atingindo trinta instituições bancárias¹⁴⁴. Como resultado dos programas, vários controladores perderam seus bancos por meio de privatização, liquidação ou transferência. Além disso, novas práticas prudenciais foram implementadas no sentido de tornar o sistema bancário brasileiro mais “saudável”, aumentando o controle sobre o risco das instituições e as garantias aos depositantes.

3.2.3.3 Resultados da Política Econômica 1994-1999¹⁴⁵

O período pós-implantação do Plano Real até a desvalorização cambial (1994-1999) foi caracterizado por inflação decrescente até 1998 (Tabela 3.3) e um comportamento de “*stop and go*” no que diz respeito ao crescimento econômico (Tabela 3.4). A queda da inflação deveu-se sobretudo ao fim da indexação generalizada, à política monetária apertada que se viu durante todo o período (gráfico 3.2) e ao significativo volume de importações favorecido pelo câmbio apreciado. Quanto ao

¹⁴¹ Instituído pelas MPs n° 1179 e 1182, de novembro de 1995, e pela Resolução CMN n° 2.208, também de novembro de 1995.

¹⁴² Instituído pelo Decreto n° 1514, de agosto de 1996.

¹⁴³ (Sola, Garman e Marques, 2002; pp. 176-84).

¹⁴⁴ (Sola, Garman e Marques, 2002; pp. 176-87).

¹⁴⁵ Muitos dos dados citados nesta seção encontram-se em Filgueiras (2000; cap. 4). Este trabalho apresenta uma linha de explicação bastante convincente, e utilizada nesta seção, para explicar os problemas do Plano Real: a estratégia da âncora cambial para manter o valor da moeda estável e a sujeição de todas as outras variáveis econômicas a esse objetivo.

desempenho do PIB, ele se deveu à estratégia de “ancorar” a economia ao câmbio e este aos capitais estrangeiros (tanto especulativos quanto de longo prazo), o que exigia em muitos momentos juros altos e cortes de gastos públicos. Em outras palavras, o lado real da economia brasileira ficou sujeito às fraquezas estruturais da economia brasileira e também às crises cambiais ocorridas em outros “países emergentes” (México, Ásia, Rússia), pois o modelo de câmbio administrado e apreciado exigia políticas de juros altos voltadas para estabilizar o câmbio, trazendo conseqüências deletérias à atividade econômica e à geração de empregos.

Tabela 3.3: Inflação Anual, %

	IPCA	IGP-M
1995	22,41	15,2
1996	9,56	9,19
1997	5,22	7,74
1998	1,66	1,79
1999	8,84	20,10

Fonte: IPEADATA.

Tabela 3.4: PIB Real – Variação Anual e Trimestral (Dessazonalizadas), %

	1994	1995	1996	1997	1998	1999
1º Trimestre	1,56	0,66	0,75	0,25	(1,93)	0,47
2º Trimestre	0,69	(1,02)	1,44	0,74	2,29	0,47
3º Trimestre	4,11	(1,83)	3,43	1,18	(0,37)	0,58
4º Trimestre	3,98	0,54	(0,30)	0,27	(1,57)	1,85
ANO	5,85	4,22	2,66	3,27	0,13	0,79

Fonte: IPEADATA e Banco Central do Brasil.

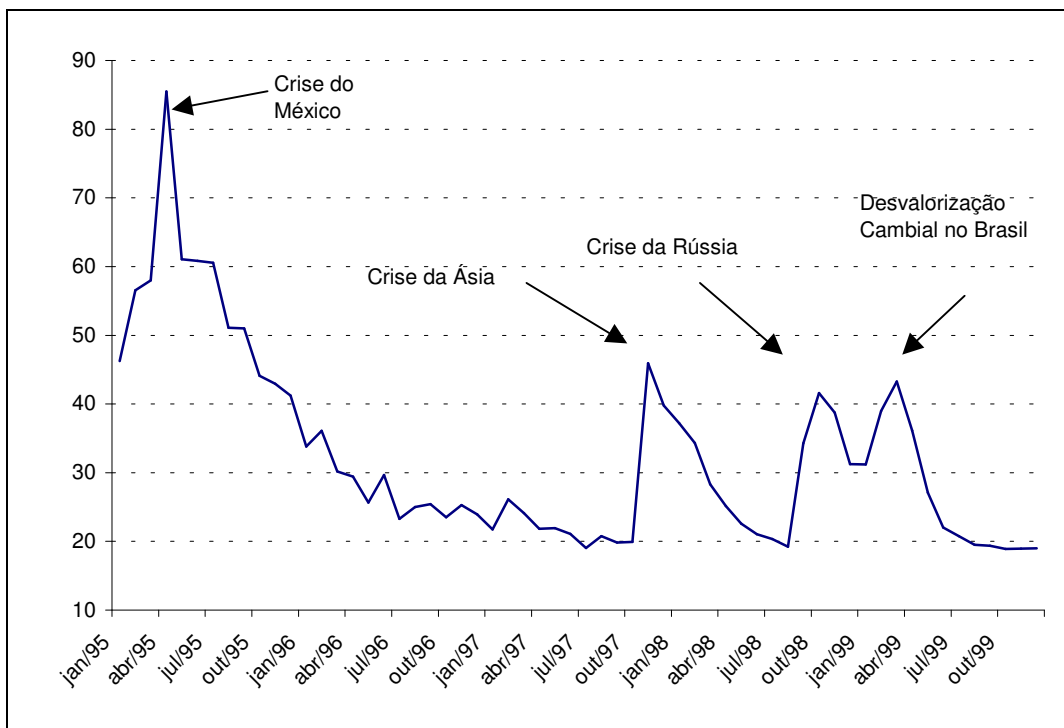
Até março de 1995 o Plano Real foi marcado pelo crescimento da economia, resultado da queda do imposto inflacionário, que liberou mais recursos para o consumo (principalmente das faixas de renda mais baixas), do aumento das compras a prazo (devido ao fim da inflação alta), do fim da ilusão monetária e da não-desindexação salarial até junho de 1995 (nestes meses os salários continuaram protegidos das perdas da inflação pois estavam indexados ao IPC-r). Nesse período, a âncora monetária, anunciada como componente importante do Plano Real, perdeu eficácia, devido à remonetização da economia acima das expectativas iniciais dos formuladores do plano econômico.

A crise do México, que exigiu que o Brasil se protegesse contra a evasão de divisas elevando os juros (Gráfico 3.3), deu início à segunda fase da conjuntura do Plano Real. Em março de 1995 foram estabelecidas novas bandas cambiais (que acabaram por gerar mais problemas que soluções no mercado cambial), foram feitos cortes orçamentários (R\$ 9,5 bilhões), elevaram-se alíquotas do imposto de importação e, sobretudo elevaram-se os juros. Como consequência, a economia cresceu menos que anteriormente. Pode-se constatar, pela Tabela 3.4, que o país enfrentou dois trimestres de queda do PIB (no conceito dessazonalizado).

A terceira fase de oscilações teve início, tecnicamente, no último trimestre de 1995, quando o PIB voltou a crescer em relação ao trimestre anterior. O que se constata nesse período é a economia crescendo a taxas baixas (há inclusive uma queda no 4º trimestre de 1996), até se deparar com os efeitos da crise asiática, que atingiu o Brasil no último trimestre de 1997. Com a crise da Ásia, sua rápida superação, e a posterior crise russa a partir de agosto de 1998 (ambas já foram mais bem discutidas acima), o crescimento ficou em suspenso, sofrendo diante da paralisia do Estado e dos altos juros. De fato, o crescimento anual do PIB no Brasil apresenta uma trajetória de queda no período 1994-1998 (Tabela 3.4).

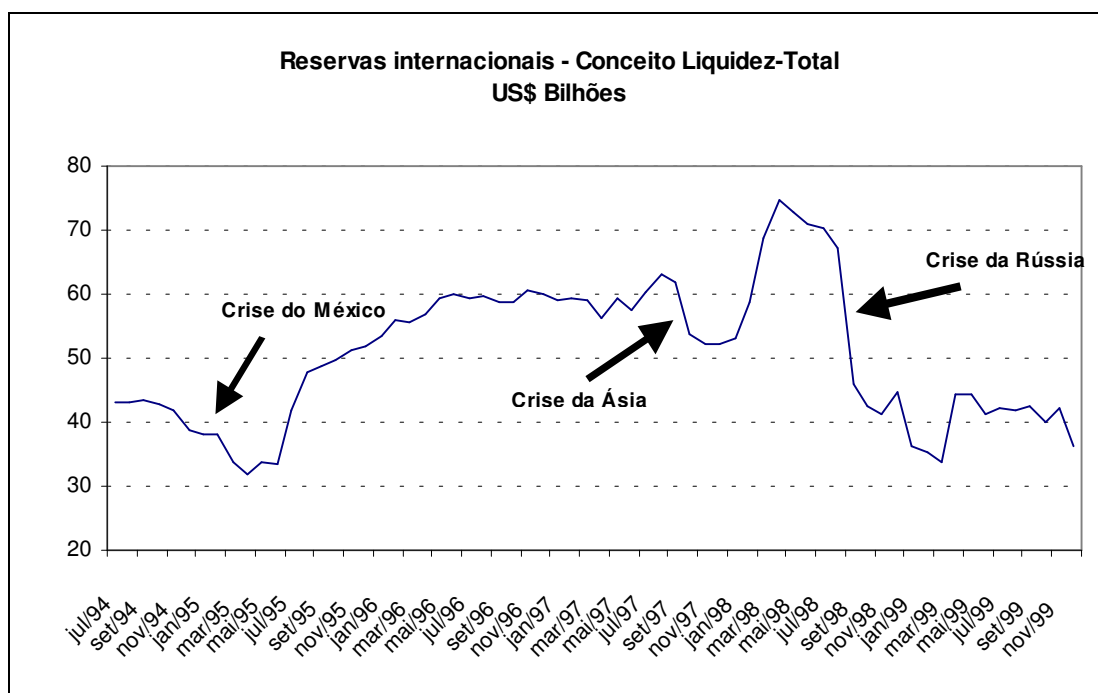
O que se observa no período, de fato, é uma grave limitação ao crescimento econômico derivada, principalmente, da fragilidade do Balanço de Pagamentos. Da forma como estava estruturada a economia brasileira em suas relações internacionais, o país deparava-se com a opção de uma moeda estável com câmbio valorizado e juros altos, ou crescimento com risco de crise cambial. A elevação dos juros diante das crises cambiais em outros mercados é comportamento recorrente no período, e pode ser tido como sua maior marca. Ademais, expressa de forma cabal a sujeição da economia real ao câmbio administrado que vigorou da implantação do Plano Real até janeiro de 1999. O Gráfico 3.3 demonstra de forma cabal esse comportamento da política monetária.

Gráfico 3.3 – Taxa de juros – Selic acumulada no mês, anualizada - %



Fonte: Banco Central. Elaboração do próprio autor

Gráfico 3.4 – Reservas Internacionais – US\$ Bilhões



Fonte: Banco Central. Elaboração do próprio autor.

É importante assinalar que a política monetária teve, no período, de arcar com os maiores esforços de ajuste da economia, pois o lado fiscal mostrou-se deficitário na maioria do tempo. De fato, apesar das reiteradas promessas do governo, o quadro fiscal do governo central¹⁴⁶ foi de constantes déficits nominais e resultados primários pouco expressivos – com pequenos superávits ou até mesmo um déficit em 1997. A tabela 3.5 apresenta estas informações.

Tabela 3.5: Governo Central: Resultados Fiscais em % do PIB.

	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Déficit Nominal	10,16	2,38	2,57	2,65	5,01	2,61
Resultado Primário (negativo = déficit)	3,25	0,52	0,36	-0,33	0,56	2,24
Juros Nominais	13,41	2,90	2,93	2,32	5,57	4,85

Fonte: Giambiagi e Além (2000; p. 160 e 203)

Fruto das opções de política econômica do período foram os problemas do Balanço de Pagamentos, com déficits crescentes em transações correntes – que passaram de US\$ 1,8 bilhões em 1994 para US\$ 33,4 bilhões em 1998¹⁴⁷ – e a elevação da dívida do governo central, que passou de 9,2% do PIB em 1994 para 21,1% em 1998 e 24,4% em 1999¹⁴⁸.

De todo o exposto, conclui-se que o governo FHC seguiu com uma política econômica inconsistente, sujeita às oscilações do mercado internacional de capitais e que não gerou o necessário desenvolvimento econômico para o país, que precisa gerar empregos para uma população economicamente ativa que cresce cerca de 1,5 milhão de pessoas ao ano. A estratégia econômica adotada baseou-se na política de câmbio e sacrificou o crescimento a ela. Como o ano de 1999 demonstrou, a desvalorização

¹⁴⁶ Governo Central engloba o resultado do Tesouro, do INSS e do Banco Central. Cf. Giambiagi e Além (2000, p. 78-9).

¹⁴⁷ Fonte BCB: série 2301.

¹⁴⁸ Fonte: (Giambiagi e Além, 2000; p. 217).

cambial não foi desastrosa, pois a inflação não explodiu e não houve a profunda retração da atividade econômica previstas no início daquele ano¹⁴⁹ (Tabelas 3.3 e 3.4).

3.3. Plano Real – Apoio Popular e Patrimônio Eleitoral

O Plano Real é reconhecido como peça de fundamental importância nas duas campanhas eleitorais vitoriosas do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Embalado pelos primeiros resultados econômicos favoráveis tanto no combate à inflação quanto na elevação do poder de compra dos mais pobres, o então artífice do Plano venceu em primeiro turno a eleição de 1994, em que seu adversário mais proeminente, Luiz Inácio Lula da Silva, perdia espaço à medida que os êxitos do Real iam se solidificando. Já a campanha da reeleição, também decidida em primeiro turno, pautou-se pelo discurso da necessidade da manutenção do Plano Real.¹⁵⁰

Para fins políticos, o mais importante fruto do Plano Real foi seu resultado no combate à inflação¹⁵¹, independentemente do crescimento econômico inconsistente. É prova disso a desvalorização cambial de janeiro de 1999 que, ao reavivar o medo da inflação, foi o momento de maior queda do governo Fernando Henrique Cardoso na avaliação popular – um momento mais crítico até mesmo do que o “apagão” (racionamento de energia elétrica ocorrido em 2001)¹⁵².

A tabela 3.6 demonstra tanto o alto nível de aprovação do Plano Real até o momento da desvalorização cambial quanto a reversão do quadro ocorrida com ela. A porcentagem de respostas afirmativas à pergunta “O Real é bom para o país?” ou o nível de aprovação ao Plano, representado pelos resultados ótimo e bom na avaliação popular, sempre foi alto antes e durante o primeiro governo. No período, o patamar superior foi conhecido em dezembro de 1994, com 79%, e o inferior em junho de 1998, 47%. Grosso modo, os valores oscilaram entre 60% e 70% na maioria do tempo. De outra

¹⁴⁹ (Lopes, 2003; p. 57).

¹⁵⁰ Folha de São Paulo, 18/06/1998 – “Eleitor de FHC quer estabilidade econômica”.

¹⁵¹ Os cientistas políticos perceberam claramente a importância da política monetária de controle de preços na atuação política do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Figueiredo, Limongi e Valente (1999, p. 50) afirmam que “a estabilidade monetária obteve prioridade máxima” no primeiro governo FHC. Já Fabiano Santos (2003, p. 185) afirma que após o Plano Real a política monetária obteve supremacia sobre os demais objetivos de política econômica.

forma, após a desvalorização cambial de janeiro de 1999, a avaliação do Plano Real desceu a patamares inéditos, atingindo 34% de aprovação (ótimo ou bom) em fevereiro daquele ano.

Estreitamente ligado ao Plano Real, o governo FHC também sofreu grande queda em sua avaliação com a desvalorização cambial. De 1995 a 1998 as avaliações ótimo e bom nunca foram inferiores a 30%, mantendo-se, na maioria do tempo, em valores próximos a 40%. Após a desvalorização cambial, entretanto, esta avaliação desceu a 13% (em setembro de 1999).

Tabela 3.6: Plano Real e Governo FHC – Avaliação Popular 1995 a 1999

	Real é bom para o país? % de respostas sim.	Plano Real – % de avaliação ótimo ou bom.	Governo FHC – % de avaliação ótimo ou bom.
1994 Dezembro	79%		-
1995 Janeiro		75%	36%
Setembro		68%	
Dezembro		72%	41%
1996 Junho			30%
Dezembro	76%		47%
1997 maio	76%		42%
Junho	74%		39%
Setembro	75%		43%
Dezembro	69%	54%	37%
1998 Março	67%	53%	
abril	63%		
Junho		47%	
julho	71%	60%	38%
Setembro			
Dezembro		61%	

¹⁵² Folha de São Paulo, 01/07/2001 – “Crise cambial afetou FHC mais que apagão”.

1999			
Fevereiro		34%	
Setembro			13%
Dezembro		31%	

Fonte: Datafolha (matérias diversas do jornal Folha de São Paulo). Elaboração do autor.

Há dois aspectos políticos a se ressaltar quanto à desvalorização cambial. O primeiro deles refere-se aos impactos políticos negativos imediatos da mudança. O outro refere-se ao contexto brasileiro de então e o momento da desvalorização cambial.

Uma desvalorização cambial – sobretudo num contexto de fragilidade fiscal e ameaças de ataque especulativo – é um processo que se assemelha a um salto no escuro, pois não há certeza sobre os limites de suas conseqüências. O caso concreto brasileiro desenhou-se desta forma, tão díspares eram os prognósticos em termos de inflação e crescimento do PIB quando a alteração do regime cambial começou¹⁵³. Se as conseqüências econômicas da desvalorização eram incertas, as políticas eram certamente negativas ao governo, conforme a tabela acima demonstra e as avaliações políticas contemporâneas confirmam. De fato, ciente dos prejuízos potenciais ao seu patrimônio político e eleitoral, em 30 de agosto de 1998 o candidato-presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que “Quando se desvaloriza o câmbio, quem paga é o povo. O dever de um governante é defender a moeda”¹⁵⁴.

O outro aspecto político refere-se aos possíveis efeitos devastadores que uma desvalorização cambial anterior à eleição de outubro de 1998 causaria às perspectivas da candidatura do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Não pode ser descartada a hipótese de que a desvalorização foi protelada até o limite, mesmo sabendo que ela seria inevitável¹⁵⁵.

¹⁵³ (Blustein, 2002).

¹⁵⁴ Folha de São Paulo, 01/02/1999 – “Medo da inflação é causa de queda, diz líder”.

3.4 A Comissão de Assuntos Econômicos – Características Gerais

3.4.1 Divisão de Competências dentro do Senado Federal

A CAE é uma das 10 comissões permanentes do Senado Federal¹⁵⁶. Suas atribuições consistem eminentemente em apreciar questões de natureza econômica, analisando previamente ao Plenário estas matérias ou mesmo substituindo-o de acordo com o regime de tramitação. Segundo o Regimento Interno do Senado Federal e a Lei do Plano Real, suas competências mais importantes são¹⁵⁷:

- política de crédito, câmbio, seguro, comércio exterior e interestadual, sistema monetário, bancário e de medidas, títulos e garantia dos metais, sistema de poupança, consórcio e sorteio;
- tributos, tarifas, empréstimos compulsórios, finanças públicas, normas gerais sobre direito tributário, financeiro e econômico, dívida pública e fiscalização das instituições financeiras;
- escolha do presidente e diretores do Banco Central (CF, art. 52, III, d) e dos Ministros do Tribunal de Contas da União (CF, arts. 49, XIII, e 52, III, b);
- autorização para operações externas, de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios (CF, art. 52, V);
- fixação de limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (CF, art. 52, VI); limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal (CF, art. 52, VII); limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e

¹⁵⁵ O texto de Lopes (2003) dá substância a essa hipótese.

¹⁵⁶ As outras comissões são as de: Assuntos Sociais; Constituição, Justiça e Cidadania; Direitos Humanos e Legislação Participativa; Desenvolvimento Regional e Turismo; Educação; Serviços de Infra-Estrutura; Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Agricultura e Reforma Agrária; Relações Exteriores e Defesa Nacional.

¹⁵⁷ No anexo 4 são apresentadas as competências gerais das comissões e as específicas da CAE.

interno (CF, art. 52, VIII); limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (CF, art. 52, IX);

- apreciação da programação monetária trimestral, em consonância com a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995 (Lei do Plano Real).

Destacam-se, para fins desta pesquisa, as competências da CAE para opinar sobre proposições que tratem da política de crédito e de câmbio, a apreciação da programação monetária e o não-controle da CAE sobre a dívida mobiliária interna da União.

3.4.2 Membros e sua Atuação

A CAE é composta por 27 membros titulares e 27 suplentes. A divisão de cadeiras segue o princípio da proporcionalidade partidária, assim, o número de integrantes na comissão é proporcional ao número de parlamentares de cada partido no Senado Federal. No período, as vagas da CAE foram distribuídas conforme a tabela 3.7.

Tabela 3.7: Número de membros titulares por partido ou bloco – datas escolhidas.

	04/01/95	03/03/95	04/03/96	09/01/97	07/01/98	04/01/99	20/10/99
PMDB	9	7	8	8	7	7	9
PFL	5	7	7	7	8	8	7
PSDB	3	4	4	5	5	5	5
PPR/PPB*	3	2	2	2	2	2	1
PP	2	2	2				
PDT	2	1	1	1			
PTB	1	2	2	1	1	1	
PRN	1						
PSB + PT + PMN	1						
PT		2	2	2			
PSB				1			
Bloco Oposição - PT, PDT, PSB, PPS.					4	4	5
Total	27	27	28	27	27	27	27

Fonte: Secretaria da CAE – Senado Federal

Obs: os membros e a participação de cada partido na CAE não são fixos durante a legislatura, pelo contrário, alteram-se conforme a mudança nas bancadas dos partidos. Devido a isso a tabela apresenta datas específicas de composição. Para 04/03/1996 a secretaria da CAE informou 28 membros titulares.

* O PPR transformou-se em PPB.

A pesquisa realizada cobriu principalmente a 50ª legislatura, iniciada em 1º de fevereiro de 1995 e terminada em 31 de janeiro de 1999. Vê-se pela tabela acima que tanto o PMDB quanto o PFL foram os principais partidos na CAE nas 49ª, 50ª e 51ª legislaturas. O PSDB assumiu o posto de terceiro partido mais importante na comissão a partir da 50ª legislatura, quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso conquistou a Presidência da República, pois na 49ª ainda contava com o mesmo número de membros que o PPR.

Em relação aos presidentes da CAE, a tabela 3.8 mostra quais foram eles, seus partidos e período de presidência. Em relação ao perfil de atuação, o presidente Gilberto Miranda (PMDB/AM) mostrou-se mais polêmico, promovendo mais debates e não se alinhando incondicionalmente aos interesses do governo. Na presidência do Sen. José Serra (PSDB/SP), pelo contrário, o trabalho ordinário de apreciação de proposições tornou-se mais intenso. De fato, aumentou o número de matérias apreciadas, principalmente créditos (no segundo semestre de 1997 houve várias reuniões para tratar exclusivamente de créditos). Quanto à presidência do Sen. Pedro Piva (PSDB/SP), esta cobriu um período de menor atividade legislativa, por ser ano eleitoral. O Senador Fernando Bezerra assumiu a presidência no final do período coberto por esta pesquisa, daí não se conhecer o perfil de sua atuação¹⁵⁸.

Tabela 3.8: Presidentes da CAE por partido e período de presidência.

Presidente	Partido	Início	Término
Gilberto Miranda*	PMDB	22/02/95	15/01/97
José Serra**	PSDB	11/03/97	19/05/98
Pedro Piva	PSDB	19/05/98	24/02/99
Fernando Bezerra	PMDB	24/02/99	-

¹⁵⁸ É interessante destacar a dimensão partidária na distribuição da presidência da comissão. A primeira presidência da CAE na legislatura coube ao PMDB, com o sen. Gilberto Miranda. Contudo, muito embora não fosse a maior bancada, o PSDB conseguiu no terceiro ano da legislatura a presidência da CAE com o Sen. José Serra e manteve esse cargo mesmo após seu afastamento, com a eleição do Sen. Pedro Piva. Pode-se traçar um paralelo entre o comando da comissão pelo PSDB e a posição do partido na distribuição de ministérios dentro da coalizão criada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que manteve os Ministérios da Fazenda e Planejamento, e também o Banco Central, para indicados desse partido. Pode-se aventar também a hipótese, por outro lado, de o Sen. José Serra ser muito importante para o PSDB e para o Presidente da República, exigindo pelo seu *status* político uma compensação pela saída do Ministério do Planejamento – no caso a presidência da CAE; contudo esta segunda hipótese não explica a presidência do Sen. Pedro Piva, também do PSDB.

Fonte: Atas da CAE. * O Sen. Gilberto Miranda deixou a presidência em 15/01/97 por trocar de partido (ingressou no PFL). ** O Sen. José Serra abandonou o cargo cerca de dois meses antes do final do período indicado na tabela para assumir cargo de ministro no Poder Executivo.

Em relação aos parlamentares membros da CAE, os mais atuantes no período foram: Sen. Vilson Kleinübing (PFL/SC), Sen. Espiridião Amin (PPR¹⁵⁹/SC), Sen. Roberto Requião (PMDB/PR), Sen. Jefferson Péres (PSDB¹⁶⁰/AM), Sen. Eduardo Suplicy (PT/SP), Sen. Lauro Campos (PT/DF), Sen. José Fogaça (PMDB/RS) e Sen. Ney Suassuna (PMDB/PB).

O Sen. Vilson Kleinübing foi sempre, até seu falecimento no final de 1998, o principal representante do governo na comissão, tendo papel destacado na exposição e defesa dos interesses e projetos do governo (em muitos casos atuando como relator). Ele foi o principal representante da CAE junto ao Banco Central, como por exemplo para tratar das questões do PROER (reunião de 7 de novembro de 1995)¹⁶¹. Ressalte-se que o Sen. Kleinübing teve sempre uma postura ativa, responsável, encarecendo a necessidade de discutir as questões e construir uma relação mais transparente com o Poder Executivo¹⁶² – o que contrasta com a posição de outros governistas que agiram como meros porta-vozes dos interesses do Executivo.

Os Senadores Espiridião Amin (relator de muitas matérias, entre elas várias programações monetárias) e Jefferson Péres mostraram-se presentes na maioria dos debates, críticos, mas alinhados ao governo¹⁶³.

O Sen. Roberto Requião mostrou-se também crítico e, apesar de membro do PMDB, opositor ao governo.

Quanto aos senadores do PT, Eduardo Suplicy e Lauro Campos, ambos sempre manifestaram opiniões mais críticas – em muitos casos contrárias ao governo –, sendo o

¹⁵⁹ O PPR, posteriormente, transformou-se em PP e depois em PPB. Atualmente voltou a ter a sigla PP.

¹⁶⁰ O Sen. Jefferson Péres transferiu-se para o PDT em 1999.

¹⁶¹ De fato, o sen. Kleinübing foi integrante da Comissão Especial do PROER.

¹⁶² Por exemplo, as reuniões de 16 de abril de 1997 e 26 de maio de 1998, 17 de junho de 1998 (reunião com a presença do Presidente do Banco Central).

¹⁶³ Essa postura do Sen. Jefferson Péres pode ser constatada na reunião de 26 de maio de 1998, quando pretende convocar Ministro da Fazenda e Presidente do Banco Central para prestarem esclarecimentos sobre política fiscal e suas relações com os juros altos. A reunião é realizada, com a presença do Sr. Gustavo Franco, em 17 de junho daquele ano, quando o senador manifesta seu apoio à política econômica do governo.

Sen. Lauro Campos o recordista na manifestação de votos vencidos na apreciação das matérias.

O Sen. José Fogaça foi figura presente aos debates e defensor das posições do governo. Cabe ainda destacar a atuação do Sen. Ney Suassuna (PMDB), pouco presente nos debates mas relator de diversas matérias.

3.4.3 Análise de Operações de Crédito – A Principal Atividade

Com o fim do mecanismo de corrosão dos gastos reais pela inflação, e a diminuição das possibilidades de auto-financiamento com suas próprias instituições financeiras, Estados e Municípios depararam-se com dívidas explosivas em contextos de juros reais altíssimos¹⁶⁴. Esses juros foram objeto de constante reclamação dos senadores, e em incontáveis ocasiões a aprovação da rolagem das dívidas estaduais era vista como um mal necessário, pois os juros eram altos mas os entes não tinham como honrar seus compromissos de outra forma. A “saída” derradeira para essa questão deu-se pela negociação das dívidas estaduais com a União, em que foi objeto de destaque na Comissão a negociação de São Paulo, muito discutida e que serviu de base para a negociação dos outros estados (a discussão com o governo de São Paulo e a questão do Banespa ocorreu no ano de 1996, principalmente no primeiro semestre)¹⁶⁵.

Cabe destacar a preocupação específica com as operações de Antecipação de Receita Orçamentária – ARO, que estiveram presentes na maioria das reuniões no período. Tal questão foi solucionada apenas com a consolidação das operações de ARO dos Estados e o Advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000, que praticamente extinguiu este tipo de operação. No âmbito da comissão, o assunto foi tratado recorrentemente e teve como ápice uma reunião, em 4 de novembro de 1997, com a presença do Sr. Pedro Parente, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, em que foi tratada a consolidação das operações de ARO dos Estados (mas não dos Municípios).

¹⁶⁴ (Samuels 2003, p. 813) e (Sola, Garman e Marques, 2003).

¹⁶⁵ A CAE, em 11 de junho de 1996, constituiu uma subcomissão informal para analisar a “Dívida Mobiliária dos Estados e Municípios”, constituída pelos Senadores Geraldo Melo, Presidente, Vilson Kleinübing, Relator, Esperidião Amin, José Fogaça e Eduardo Suplicy.

Pode-se afirmar que a CAE teve como principal atividade a análise e deliberação sobre pedidos de crédito por parte de Estados e Municípios.

Durante o período estudado, foi recorrente a autorização de empréstimos concomitante a manifestações de senadores sobre o alto nível de endividamento das unidades sub-nacionais e a difícil situação de suas finanças públicas. Houve uma continuada discussão referente à dívida dos Estados e Municípios e o nível dos juros no período, que se referia ao estado falimentar em que ingressaram muitos Estados e Municípios.

É importante destacar a dimensão distributiva da CAE, à maneira das teorias distributiva e condicional, tratadas no cap. 2. Até o ano de 1997, quando a indicação das relatorias era livre, era comum que pedidos de empréstimo de estados e municípios fossem relatados por senadores do mesmo estado do interessado. Conforme tratado anteriormente na revisão de literatura, a idéia básica é que a CAE teria direitos de propriedade sobre as autorizações de empréstimo e os parlamentares com maior interesse nesse tipo de operação buscariam ser membros desse colegiado. Esta é uma forma dos parlamentares responderem aos incentivos eleitorais diretos de sua base, agradando principalmente aos prefeitos e aos governadores de seus estados e repartindo com eles os dividendos políticos dos financiamentos. De fato, a CAE teria os poderes de abrir ou fechar possibilidades para financiamentos de grande importância nas finanças de estados e municípios, importantes tanto mais pela difícil situação fiscal em que se encontravam.

A partir de 1997, devido a um acordo de lideranças, houve modificação na prática de distribuição de relatorias, que impediu a indicação de senador para relatar interesse de seu próprio estado. Esta modificação foi motivada por uma crise política em que os senadores do Paraná membros da comissão, Roberto Requião e Osmar Dias, dificultaram empréstimos para o governador de seu estado, Jaime Lerner, a quem eram oposição¹⁶⁶. Este episódio é claro ao demonstrar o poder distributivo da comissão, enfatizado pelo seu lado mais ostensivo, a negação de uma fonte de financiamento ao governo estadual (que no caso era oposição aos senadores), e a conseqüente negação da criação de dividendos políticos para o governador.

Outro ponto importante é dizer que a CAE não é “distributivista” em todas as suas deliberações (em acordo com as prescrições da teoria condicional), mas apenas na sua atuação nas autorizações de empréstimo. É de se diferenciar esta atividade de outras, como por exemplo a sabatina de membros para o Banco Central e o TCU, por exemplo, ou a discussão do SIVAM e das privatizações – que foram objeto de atenção da CAE no período. As autorizações de empréstimos, por serem muito comuns, certamente deviam receber menos atenção da opinião pública, em média, do que os outros assuntos citados. Além disso, não haveria a dimensão partidária muito explícita na questão, pois em maior ou menor escala todos os partidos representados no Senado Federal teriam interesse em ver seus pedidos de empréstimo aprovados – o que gera incentivos a que um não frustrasse a expectativa de outro.

Por fim, realmente como prevê a teoria distributivista, o comportamento da comissão acaba por gerar uma provisão extremada dos bens sob seu controle, o que de fato ocorreu, pois não foi de iniciativa da própria CAE a limitação de empréstimos, mas sim do governo federal ao trabalhar um acordo geral de financiamento aos estados em troca do saneamento do setor bancário estadual (já tratado na discussão do PROES, cap. 3).¹⁶⁷

3.4.4 Reuniões com Autoridades da Área Econômica

Durante os 51 meses pesquisados, a CAE teve reuniões com várias autoridades, destacando-se aqui aquelas com o Ministro da Fazenda (7 reuniões), com o Presidente e Diretores do Banco Central (16 reuniões e sabinas) e com demais autoridades da área econômica federal (17 reuniões). A tabela 3.9 apresenta estas informações divididas anualmente.

¹⁶⁶ Essa informação foi conseguida por meio de entrevista com o Sr. Gonzaga, atual Secretário da CAE.

¹⁶⁷ Posteriormente a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal regrou também a questão.

Tabela 3.9 – Reuniões da CAE com autoridades da área econômica

Reuniões	Com o Ministro da Fazenda	Com autoridades do Banco Central (sabatinas e reuniões)	Demais autoridades da área econômica federal	Total Geral de reuniões
1995	3	3	7	53
1996	1	5	6	61
1997	-	3	2	57
1998	2	2	1	37
1999*	1	3	1	11
Total	7	16	17	219

Fonte: Atas da CAE. Elaboração do autor.

* de janeiro a março de 1999.

Obs: houve ocasiões de uma mesma reunião com mais de uma autoridade.

As reuniões com o Ministro da Fazenda sempre foram aquelas relacionadas aos assuntos mais proeminentes da política econômica, chegando a constituir quase um “guia” da agenda econômica durante o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. A tabela 3.10 traz as datas e os assuntos das reuniões que contaram com a presença do Ministro Pedro Malan: crise do México, quando do início do Plano Real; endividamento dos Estados e Municípios, no final de 1995; duas reuniões sobre o PROER, quando da sua implementação no final de 1995 e início de 1996; três reuniões no final de 1998 e início de 1999, para explicar os procedimentos para conter a crise (ajuste fiscal) e os pacotes pré e pós desvalorização cambial acertados com o FMI. Em relação aos grandes temas econômicos discutidos na CAE e sobre os quais o governo atuou, o Ministro só não foi chamado a se manifestar sobre a abertura de monopólios estatais (telecomunicações, petróleo, energia) e as privatizações.

Tabela 3.10: Reuniões com o Ministro da Fazenda, Pedro Malan.

19/01/1995	Exposição do senhor Ministro da Fazenda, sobre a crise mexicana e suas repercussões na economia brasileira; o fechamento de agências de bancos federais; e a intervenção no Banespa e no Banerj.
03/10/1995	Reunião destina-se à exposição dos senhores Pedro Malan, Ministro da Fazenda, e José Serra, Ministro do Planejamento, sobre "O Endividamento dos Estados, Municípios e Distrito Federal".

28/11/1995 45ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 2ª da Comissão Mista destinada a apreciar a MP Nº 1.179/95.	Exposição dos Senhores Pedro Malan, Ministro da Fazenda, e Gustavo Loyola, Presidente do Banco Central do Brasil, sobre os seguintes temas: “informações sobre a situação das instituições financeiras submetidas a regimes especiais; informações sobre a Medida Provisória nº 1.179/95, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do sistema financeiro nacional; informações sobre as reservas cambiais brasileiras aplicadas no exterior, condições a que estão submetidas, a que taxas e em quais instituições financeiras encontram-se aplicadas; informações sobre o processo de recadastramento de contas bancárias; informações sobre punições aplicadas a gestores do sistema financeiro nacional pela abertura de contas fantasmas; e informações sobre a participação societária das entidades do sistema financeiro, ou de suas controladoras, em qualquer atividade empresarial, alheia ao sistema financeiro, em que forem detentoras de pelo menos 5% do capital social.
11/04/1996	Exposição do senhor Pedro Malan, Ministro da Fazenda, acompanhado pelo Presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, acerca “dos procedimentos contábeis utilizados no Banco Nacional”.
29/10/1998 23ª Reunião da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, 20ª da Comissão de Assuntos Econômicos e 16ª da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Realizada Conjuntamente.	Exposição do Senhor Ministro da Fazenda, Pedro Sampaio Malan acerca do Programa de Ajuste Fiscal.
08/12/1998	Exposição do Ministro Malan a fim de instruir o acordo com o FMI.
24/03/1999	Exposição dos senhores Pedro Malan, Ministro da Fazenda, Armínio Fraga Neto, Presidente do Banco Central do Brasil, e Amaury Bier, Secretário de Política Econômica, acerca dos termos da revisão do acordo com o Fundo Monetário Internacional.

Fonte: Atas da CAE. Elaboração do autor.

Também vê-se pela tabela 3.10 que parte das reuniões com os Presidentes do Banco Central deram-se conjuntamente com o Ministro da Fazenda. Ainda no período, houve várias reuniões de sabatinas (4 delas para presidente do BACEN).

3.4.5 Reuniões com Outras Comissões

A CAE participou de reuniões conjuntas com outras comissões, a fim de tratar matérias de interesse comum. Em alguns casos eram reuniões junto a comissões especiais temporárias, como a que tratou do PROER, e em outros eram reuniões com comissões permanentes. A matéria mais importante, que mais incentivou as reuniões conjuntas, foi a discussão e aprovação do Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM, principalmente no período novembro de 1995 a janeiro de 1996.

É de se destacar que em relação ao PROER, por exemplo, a CAE foi praticamente esvaziada de importância pelo funcionamento da comissão especial específica para o assunto. Essa é uma característica comum do Parlamento brasileiro, em que muitas vezes as comissões temáticas específicas são retiradas de cena quando os principais assuntos de seu interesse entram na agenda nacional.

Capítulo 4

HIPÓTESES

Este capítulo apresenta as hipóteses levantadas para o comportamento da CAE em relação às políticas cambial e monetária. Conforme será apresentado de forma mais extensa no cap. 6, entre janeiro de 1995 e março de 1999 a discussão das questões cambiais esteve em primeiro plano apenas nas sabinas de alguns dos indicados à Presidência do Banco Central, especificamente dos Srs. Gustavo Franco, Francisco Lopes e Armínio Fraga. Nestas ocasiões vários parlamentares se envolveram na discussão da questão, contestando ou apoiando as diferentes políticas para o câmbio, e apontando seus aspectos positivos e negativos. Contudo, de forma geral, o tratamento da questão era feito em momentos específicos e isolados de reuniões destinadas a outras questões, além disso, muito raras eram as ocasiões em que se explicitava a relação entre a política cambial e os juros altos praticados, tidos como prejudiciais à economia. Ainda, inexistentes foram as alternativas legislativas concretas à política cambial em vigor – proposições nesse sentido não foram apresentadas por senadores nem consideradas pela CAE no período.

Trabalhou-se com cinco hipóteses básicas para explicar o comportamento dos parlamentares em relação à política do câmbio administrado praticada do início do Plano Real até janeiro de 1999: 1. incapacidade técnica dos senadores; 2. decisões pela escolha dos Presidentes do Banco Central; 3. disciplina da coalizão; 4. alinhamento das preferências dos parlamentares; e 5. incerteza quanto aos resultados econômicos e políticos de alteração no câmbio administrado.

4.1 Incapacidade Técnica dos Senadores

Existe uma idéia banalizada no senso comum de que há uma dicotomia entre decisões políticas e técnicas, sendo as primeiras afeitas aos próprios políticos e as segundas aos burocratas com o necessário conhecimento “científico” – por conseqüência, as decisões políticas em assuntos técnicos seriam “inadequadas”,

“superficiais”, até “irresponsáveis”. De forma mais concreta e objetiva, não é incomum encontrar posições que advogam a incapacidade técnica dos senadores e deputados em relação a determinados assuntos de sua competência¹⁶⁸.

A hipótese aqui aventada busca explicar o comportamento dos senadores da CAE em relação às questões cambiais e monetárias em função de sua incapacidade técnica para compreender o tema e propor alternativas de política econômica. Em princípio a pouca atuação dos parlamentares em relação ao tema poderia dar algum sentido a esta hipótese. Contudo, o perfil de formação acadêmica e profissional dos senadores, aliados aos recursos institucionais do Senado Federal (que serão mais detidamente analisados no cap. 6) retiram a força da hipótese, tornando-a até ingênua.

4.2 Decisões pela escolha dos Presidentes do Banco Central

Esta hipótese está baseada pelo lado teórico no trabalho já apresentado de Snyder e Weingast¹⁶⁹ e pelo lado factual na atuação dos parlamentares nas sabinas dos então candidatos à presidente Gustavo Franco, Francisco Lopes e Armínio Fraga.

Segundo Snyder e Weingast, a escolha dos dirigentes das agências públicas é uma forma de definir o comportamento da agência. Em termos mais técnicos, a escolha do agente é a escolha das “preferências do agente” em relação às políticas de competência da agência – uma forma eficiente dos principais definirem e controlarem a atuação da instituição subordinada a eles.

Pelo lado factual, a sustentação da hipótese se dá pelo contraste entre a pouca discussão da questão cambial nas reuniões ordinárias da CAE e a grande atenção ao tema nas sabinas dos indicados à presidência já citados. Se houvesse apenas a ausência de discussão das questões cambiais, poder-se-ia imaginar que o tema estaria mesmo distante do interesse dos parlamentares. Contudo, ao ser tratado com atenção na reunião das sabinas, mostra que, ao contrário, os senadores achavam o assunto importante. A opção por discutir a questão cambial com o agente mais importante, o

¹⁶⁸ O autor esteve em palestra no Banco Central do Brasil onde questionou o expositor (chefe de departamento do Banco Central) sobre a importância da participação dos parlamentares na decisões das questões monetárias e cambiais. A resposta do expositor foi no sentido de que esse assunto não cabe aos senadores, pois estes “só fazem política”.

¹⁶⁹ (Snyder e Weingast, 2000).

Presidente do Banco Central, demonstra a opção por influenciar o assunto pela via da escolha de dirigentes.

Soma-se a corroborar a hipótese o fato de que Gustavo Franco foi indicado como o “defensor” do regime cambial, e sua aprovação pela CAE foi a que contou com o maior número de votos contrários (22,2%), em um momento em que o regime cambial estava em questão e ainda possuía margem de manobra para mudanças superior ao que encontraria posteriormente¹⁷⁰. No caso das aprovações de Francisco Lopes (8% de votos contrários) e Armínio Fraga (4,5% de votos contrários), a crise cambial já estava instalada e o curso das decisões já não poderia ser mudado, pois ambos os presidentes, sabatinados em 26 de janeiro e 26 de fevereiro de 1999, respectivamente, já tomavam suas decisões e já eram sabatinados num contexto de câmbio flutuante.

4.3 Disciplina da Coalizão

Esta hipótese baseia-se no trabalho já apresentado de Fabiano Santos¹⁷¹. Por se o único trabalho identificado que tratou da relação entre Congresso Nacional e Banco Central no período de interesse para essa dissertação, mostrou-se pertinente construir uma hipótese baseada em suas proposições.

Para este autor, o comportamento do Congresso Nacional em relação à política monetária foi moldado pela lógica do governo de coalizão. Segundo ela, o presidente assume o governo distribuindo poder ministerial entre os partidos que o apóiam (apoio esse que já vem da campanha eleitoral em vários casos) a fim de conseguir maioria no Congresso Nacional, principalmente devido ao grande número de partidos políticos no Brasil e a dispersão das agremiações no Parlamento, que impedem a hegemonia de um só partido. Dentro dessa coalizão, ainda, haveria pontos inegociáveis, tanto para o Presidente como para sua base de apoio.

O principal problema deste hipótese para o caso aqui em análise foi a atividade das oposições – que foi incisiva nas críticas em várias ocasiões. A disciplina dos

¹⁷⁰ A sabatina de Gustavo Franco ocorreu em 7 de agosto de 1997, num momento em que o modelo cambial ainda não estava em situação de pressão como esteve posteriormente. De fato, a crise da Ásia havia começado em julho de 1997 com a flutuação do bath tailandês, mas chegou ao Brasil apenas no dia 28 de outubro, quando Hong Kong tomou medidas para proteger sua moeda.

¹⁷¹ (Santos, 2003; cap. VI).

membros da coalizão poderia explicar o comportamento não contestador de seus membros, mas não o dos membros da oposição.

4.4 Alinhamento de Preferências dos Parlamentares

De forma breve no final de seu texto – claramente não é seu argumento principal – Fabiano Santos¹⁷² afirma que os parlamentares teriam as mesmas preferências em termos de estabilidade monetária, e por isso eles não teriam se preocupado com o conteúdo substantivo da política monetária no período, apenas com sua transparência. Ademais, para ele, a escolha dos dirigentes do Banco Central seria um aspecto não problemático no período, pois devido ao alinhamento de preferências entre os parlamentares, o foco de seus desacordos não seriam os agentes escolhidos para implementá-las.

Esta hipótese é problemática na medida em que os parlamentares parecem realmente interessados na estabilidade de preços, mas outras questões estreitamente relacionadas a ela não são consensuais, como por exemplo a própria estratégia do câmbio administrado e a necessidade de crescimento econômico superior ao conseguido então. Houve parlamentares, como os Senadores Eduardo Suplicy e Lauro Campos, que durante todo o período do câmbio administrado teceram críticas a ele e a seus resultados, o que caracteriza um desacordo explícito de preferências entre os membros da CAE. Ademais, a votação do Sr. Gustavo Franco, símbolo de uma determinada estratégia de estabilidade monetária, não pôde ser caracterizada como consensual (22,2% de votos contrários).

4.5 Incerteza quanto aos Resultados Econômicos e Políticos de Alteração no Câmbio Administrado.

Os aspectos factuais que sustentam essa hipótese são econômicos e políticos. Em termos econômicos, qualquer modificação no regime de câmbio – sobretudo em momentos de crítica e pressão devida aos movimentos internacionais de capitais e às

¹⁷² (Santos, 2003; cap. VI).

variáveis econômicas domésticas frágeis (“fundamentos”)¹⁷³ – comportaria um grau enorme de incerteza. Seria impossível saber onde a desvalorização iria parar e quais seus efeitos sobre a economia. Em termos políticos, as perdas de caráter distributivo com a possível volta da inflação e o aumento das dívidas em reais daqueles que assumiram compromissos em dólar seriam um grave prejuízo aos responsáveis pela mudança cambial, em termos eleitorais e de credibilidade.

Teoricamente esta hipótese aproveita-se sobretudo da teoria informacional de Krehbiel¹⁷⁴. As teorias que surgiram nos EUA para explicar o comportamento de suas comissões legislativas preocupam-se sobretudo com sua forma de composição. Devido a características institucionais próprias daquele sistema – como a estabilidade do parlamentar na comissão, a distribuição da presidência pelos critérios de partido e experiência na comissão (senioridade) e os direitos de propriamente bastante bem definidos da comissão sobre suas matérias de competência – é natural que a “lotação” do parlamentar em determinada comissão diga muito sobre sua forma de agir e seus objetivos políticos.

No caso brasileiro, o parlamentar não possui estabilidade na comissão, pois pode ser destituído ou indicado à qualquer momento pelo líder de seu partido. A presidência da comissão responde a critérios partidários, pois é a agremiação que escolhe as comissões que quer presidir e a bancada, ou o líder, define quem será o representante do partido no cargo. Além disso, devido à criação de comissões especiais e ao pedido de urgência, as comissões não possuem direitos fortes de propriedade sobre as matérias de sua competência. No caso brasileiro, a “lotação” do parlamentar é muito mais circunstancial, não sendo raro que parlamentares sejam membros de várias comissões e designados para votar apenas esta ou aquela matéria.

Para o caso brasileiro, de forma diferenciada, as teorias norte-americanas ajudam a lançar luzes sobre os aspectos “funcionais” da comissão. À maneira da teoria condicional que diferencia o “principal” mais importante para a comissão de acordo com características várias, é importante discernir a natureza da matéria na comissão, sua

¹⁷³ Francisco Lopes, em sua sabatina pós-desvalorização, explicita em vários momentos que o governo preferia seguir uma política gradual de flexibilização cambial, mas que esta deveria ter contado com suporte de superávits fiscais, o que não ocorreu.

¹⁷⁴ (Krehbiel, 1994).

importância para a agenda partidária e para a opinião pública. É importante identificar o papel da comissão em relação à base eleitoral do parlamentar, ao partido e ao conjunto maior de deputados, e isto para cada matéria¹⁷⁵.

Nesse sentido, a questão do câmbio administrado, com a grande incerteza “técnica” sobre as possibilidades e limites de qualquer alteração no regime, trazem à tona o papel informacional da CAE, pois são parlamentares mais especializados e experientes na área que lidam com uma questão política de primeira grandeza para a época. Como coloca Krehbiel, a diminuição da incerteza nas decisões sobre políticas públicas passa a ser um bem público para o Parlamento. A opção de alterar ou não a política passa a ser filtrada por um crivo político-técnico.

Para a teoria informacional é de interesse do Plenário, o “principal”, que a comissão seja composta por agentes com preferências variadas, até extremas e diferenciadas entre si. A idéia é que isso enriquece o debate por meio de uma pluralidade de visões e impede decisões extremadas numa direção ou noutra. A presença marcante dos membros de oposição na CAE teve claramente o papel de contraponto à base do governo, pois apontavam os problemas do câmbio administrado. Certamente esta presença trouxe os membros que apoiavam o governo para um debate mais acalorado sobre a questão. A título de exercício teórico, a comissão de economia sem a presença dos parlamentares de oposição poderia transformar-se numa instância de pouca análise e pouca crítica à ação governamental.

¹⁷⁵ No cap. 3 foram também feitas considerações sobre a teoria distributivista e partidária. São considerações alinhadas ao dito neste parágrafo, quais sejam, para o Brasil devem ser ressaltados os aspectos funcionais da comissão, seu papel em relação aos outros atores pertinentes.

Capítulo 5

METODOLOGIA

O presente capítulo é dividido em quatro seções: estudo de caso, pesquisa documental, banco de dados e observação *in loco*.

5.1 Estudo de caso

Robert Yin aponta que o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa adequada para responder as perguntas “como” e “por quê” em relação a determinado fenômeno¹⁷⁶. A idéia inicial da pesquisa era entender como a CAE se comporta em relação às políticas monetária e cambial. Assim, foi escolhido um caso particular desse comportamento, qual seja, a postura da CAE diante do regime de câmbio adotado de janeiro de 1995 a janeiro de 1999, por consistir numa política bem definida (o câmbio administrado) e saliente – uma política protagonista no período, com importantes resultados em termos econômicos e políticos.

Na seqüência do trabalho, concluiu-se que o comportamento da CAE estava bastante condicionado por características próprias do regime de câmbio administrado, que, complementado por uma política de déficits fiscais, trazia incerteza dos resultados econômicos e políticos diante de qualquer tentativa de alterar o câmbio. Assim, o estudo de caso explica uma situação específica da CAE, que não poderia ser estendida a outras situações da mesma comissão, mas sim poderia ser extrapolada para outras condições similares em outros tempos ou países, como por exemplo a Argentina do câmbio fixo e alguns países do Sudeste Asiático, como Hong Kong (que mantém o câmbio fixo).

Restou claro, por fim, que a pesquisa continuava um estudo de caso, preocupado com “como” a CAE se comportou, apto a explicar comportamentos legislativos diante de constrangimentos econômicos específicos, e não uma explicação para o comportamento geral da CAE.

¹⁷⁶ (Yin, 2001). Ainda, é uma estratégia adequada quando não exige controle sobre eventos comportamentais e focaliza eventos contemporâneos.

De forma exploratória, a pesquisa também avançou no “por quê” do comportamento dos parlamentares da CAE. Ao levantar hipóteses e tirar conclusões sobre o comportamento da Comissão, procurou-se avançar nas razões de tal comportamento.

5.2 Pesquisa documental

Ao longo do processo de confecção da dissertação foram levantados várias fontes documentais:

Jornais e Periódicos

Foram consultados os jornais Folha de São Paulo (por meio da página eletrônica UOL – www.uol.com.br) e Valor Econômico com o intuito de levantar informações factuais e analíticas sobre o período e os episódios pesquisados.

Os periódicos acadêmicos pesquisados foram principalmente a Revista Brasileira de Ciências Sociais, a Revista Dados e a Revista de Economia Política. Também foi feita pesquisa, por meio da página eletrônica de periódicos da CAPES, na base JSTOR. Tais pesquisas tiveram o objetivo de levantar a literatura pertinente ao trabalho.

Normas e Leis

Em relação às normas e Leis, foram pesquisadas as Medidas Provisórias e Leis referentes à implementação do Plano Real (entre elas a principal é a Lei nº 9.069, de 1995 - Lei do Plano Real), sendo analisadas e arquivadas parte delas. De forma geral, tal pesquisa realizou-se a partir de referências aos dispositivos legais presentes em textos da literatura, em manifestações de parlamentares e em matérias da imprensa.

Realizou-se pesquisa nas Constituições Federais de 1946, 1967, 1969 e 1988 a fim de levantar as atribuições do Senado Federal em matéria Econômica. Foram analisadas também a Lei nº 4.595 de 1964, que “Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências” e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000).

Proposições e Discursos

A pesquisa inicialmente focou-se na atividade legislativa da Câmara dos Deputados em relação à política monetária. Nesse sentido foi feita pesquisa de todas as proposições ativas e inativas pertinentes. As proposições pesquisadas foram:

1. Proposta de Emenda à Constituição;
2. Projeto de Lei Complementar;
3. Projeto de Lei Ordinária;
4. Projeto de Resolução;
5. Projeto de Decreto Legislativo;
6. Proposta de Fiscalização e Controle;
7. Requerimento de Informação; e
8. Indicação.

O período de abrangência foi 1995 a 2002 e a pesquisa foi feita por meio da busca de palavras-chave nos campos de “ementa” e “indexação” das proposições. As palavras-chave utilizadas foram: juros, câmbio, Banco Central, Conselho Monetário Nacional, Exportação e Importação.

Posteriormente, no âmbito do Senado Federal foi realizada pesquisa similar, para o mesmo período, englobando as mesmas proposições e palavras-chave.

Em relação aos discursos proferidos em Plenário, foi realizado levantamento quantitativo para o período 1995 a 2002 tanto para a Câmara dos Deputados como para o Senado Federal. Por meio de ferramentas eletrônicas de busca disponíveis nas páginas eletrônicas de ambas as casas legislativas foi feita tabulação semestral, pelos principais partidos, para algumas palavras-chaves: juros, câmbio, Banco Central e Conselho Monetário Nacional. Para a Câmara dos Deputados ainda foi feita a mesma pesquisa para a palavra-chave exportação. Apresentamos a tabulação desses discursos no Anexo 2 dessa dissertação.

Pautas e Atas da CAE

Para o período de janeiro de 1995 a março de 1999 foram pesquisadas todas as pautas da CAE – inclusive as de reuniões canceladas – a fim de identificar possíveis apreciações de matérias relativas às políticas cambial e monetária.

Em relação às atas das reuniões da CAE, também foram pesquisadas aquelas do período janeiro de 1995 a março de 1999 (219 atas), disponíveis em meio magnético no página eletrônica do Senado Federal¹⁷⁷. Esta atividade constituiu-se no elemento principal da pesquisa.

O material primário consta de uma ata propriamente dita no início do documento e das notas taquigráficas com o inteiro teor das discussões em seguida. A ata identifica o presidente da Comissão, todos os senadores presentes e os senadores titulares ausentes à reunião, as matérias tratadas, os relatores e o resultado das votações. As notas taquigráficas apresentam as discussões, não estando presentes apenas falas inaudíveis (em geral pronunciadas fora do microfone e assim identificadas pela taquigrafia), o teor dos pareceres dos senadores (que em geral são lidos) e as reuniões secretas.

Para o período estão disponíveis 219 atas de reuniões da CAE. A fim de direcionar a pesquisa e a leitura, utilizou-se o seguinte procedimento: todas as atas propriamente ditas foram lidas; nas notas taquigráficas realizou-se busca digital das palavras-chave Banco Central, juros, dólar, reservas, câmbio e cambial. Caso a ata propriamente dita apresenta-se assuntos de interesse à pesquisa, as notas taquigráficas eram lidas integralmente. Ainda, eram lidas integralmente todas as notas taquigráficas que apresentassem concentração relevante de palavras-chave. De outra forma, isto é, se a ata propriamente dita não era interessante e não havia concentração relevante de palavras-chave no texto, elas não eram integralmente lidas, focando-se apenas nos trechos onde houvesse palavras-chave presentes. Vale ressaltar que as notas taquigráficas tem, em letra Times New Roman tamanho 13 e espaço 1,5 entre linhas, 40 páginas em média, não sendo raras atas com mais de 60 páginas.

A leitura buscou identificar discussões pertinentes às políticas cambial e monetária. Procurou-se contextualizar a discussão, identificar os participantes e suas posições. A partir disso, elaborou-se um quadro resumo que traz os principais assuntos tratados na reunião e qualquer referência feita às políticas cambial e monetária (apresentadas no Anexo 1 deste trabalho).

¹⁷⁷ Na página eletrônica do Senado Federal não há disponibilidade de atas de reuniões anteriores a 1995.

Perfil dos Senadores da CAE

Foi feita pesquisa sobre o perfil profissional e acadêmico de componentes da CAE, apresentado no Anexo 3 desta dissertação. Como a composição da comissão é flutuante, isto é, varia ao longo da legislatura, apresentou-se o perfil de 18 senadores selecionados, tidos pelo autor como mais atuantes.

5.3 Bancos de Dados

A pesquisa de proposições na Câmara dos Deputados, relatada no item 5.2, recebeu tratamento de classificação, criando-se banco de dados em formato Access para catalogar a proposição segundo os seguintes campos:

Casa de Origem;

Tipo da Proposição;

Número da Proposição;

Autor;

Estado de origem do autor;

Partido;

Assunto;

Data de Apresentação.

Além disso, classificou-se as proposições segundo as seguintes categorias: Fiscalização, Gestão da Política Monetária, Paroquial/Setorial e Outros. Ao todo foram classificadas no Banco de Dados 1.295 proposições que se enquadraram nos critérios de análise. Devido ao andamento posterior da pesquisa, voltada ao Senado Federal e à CAE, tal pesquisa foi arquivada¹⁷⁸.

Para o Senado Federal não se estruturou um Banco de Dados em meio eletrônico nos moldes do produzido para a Câmara dos Deputados. Ainda em formato papel, o banco de dados do Senado Federal serviu como fonte de consulta para proposições específicas que tratassem do tema política monetária e cambial e também como um

¹⁷⁸ A Câmara dos Deputados não disponibiliza, para as reuniões do período desta pesquisa, arquivos magnéticos das atas das comissões, e mesmo em papel é bastante difícil ter acesso a informações (tentou-se a obtenção dessas informações sem sucesso). Isto acabou por inviabilizar a pesquisa para esta Casa, o que é algo preocupante em termos de pesquisa e história da Câmara dos Deputados.

levantamento geral sobre a presença de tais assuntos entre as manifestações legislativas daquela Casa.

5.4 Observação *in loco*

Em vista do pesquisador ser servidor da Câmara dos Deputados, trabalhando na assessoria técnica do Partido da Frente Liberal, desde abril de 2002, com questões principalmente econômicas, ele teve a oportunidade de acompanhar a atividade dos parlamentares, principalmente na Câmara, mas também no Senado em menor escala. Tendo acesso a reuniões públicas e reservadas entre os parlamentares, isto propiciou observar de forma mais direta e intensiva suas ações.

A par dessas observações dos parlamentares, o contexto de assessor técnico permite a troca de informação com outros assessores e profissionais experimentados no Congresso Nacional.

Vale ressaltar que as informações desta pequena seção têm o intuito de demonstrar que a proximidade ao objeto de estudo não é irrelevante. Se não é uma atividade possível de controle à maneira “laboratorial” (com repetições sob as mesmas condições ou modificações controladas de condições), é sem dúvida uma situação que favorece o acesso a informações e a análise crítica de hipóteses à luz de fatos reais vividos e conhecidos pelo pesquisador.

Capítulo 6

RESULTADOS DA PESQUISA

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa em relação ao comportamento da CAE nas questões cambiais. Na primeira parte apresenta-se o quadro descritivo da atuação dos membros da comissão, e numa segunda as hipóteses para o comportamento dos parlamentares.

6.1 Quadro Geral

Em regra, as considerações dos parlamentares sobre a questão cambial foram feitas em momentos isolados de reuniões destinadas a outros questões, pois não houve encontros da CAE para tratar especificamente do câmbio. Nesse aspecto, a questão cambial contrasta com outros assuntos que foram debatidos em sessões específicas para eles, como a dívida dos estados e municípios, a criação de marcos regulatórios para alguns serviços públicos a serem privatizados e o PROER, por exemplo.

Em termos de proposições, inexistentes foram as alternativas legislativas concretas à política cambial em vigor – proposições nesse sentido não foram apresentadas por senadores nem consideradas pela CAE¹⁷⁹ no período.

No período de janeiro de 1995 até março de 1999, a discussão das questões cambiais esteve em primeiro plano apenas nas sabinas de alguns dos indicados à Presidência do Banco Central, especificamente dos Srs. Gustavo Franco (07/08/1997), Francisco Lopes (26/01/1999) e Armínio Fraga (26/02/1999). Nestas ocasiões vários parlamentares se envolveram na discussão da questão, contestando ou apoiando a política do câmbio administrado, e apontando seus aspectos positivos e negativos.

Ao tratarem dos juros, era comum na comissão a indicação de que eles estariam muito altos no país. Contudo, muito raras eram as ocasiões em que se explicitava a relação entre a política cambial e os juros altos praticados. Devido à atribuição da CAE em autorizar operações de endividamento dos Estados e Municípios, e a contratação de

¹⁷⁹ Além das atas das reuniões da CAE, foram analisadas as pautas das reuniões e as proposições apresentadas no Senado Federal no período. Cf. Capítulo 5 – Metodologia.

dívida externa pela União e pelos entes sub-nacionais, a discussão do nível de juros, em geral, era freqüente e motivada pelo custo da dívida dos Estados e dos Municípios. Para os fins dessa pesquisa, o elemento a destacar foram as posições desbalanceadas dos senadores, que revelaram um contraste entre a constante preocupação com o nível de juros cobrados dos entes públicos e as escassas análises sobre os juros e sua relação com a política cambial. Falava-se muito de juros mas não de câmbio, coisas que estavam tecnicamente interligadas.

Deve ser destacado, ainda, que a preocupação com as finanças públicas contrasta com a pouca profundidade da discussão sobre os juros cobrados da iniciativa privada. Nas discussões, os senadores eram muito mais ricos em detalhes, em análises, e mostravam-se bem mais preocupados com a situação dos entes públicos¹⁸⁰. Tal quadro leva a identificar a CAE como um fórum privilegiado para as finanças públicas sub-nacionais, mas o mesmo não se pode afirmar para a economia privada.

6. 2 Programações Monetárias

A análise das programações monetárias seria, ao menos em tese, um momento propício para a discussão da política cambial e monetária do governo, mas não foi isso que a pesquisa constatou. Pelo contrário, não houve discussão dessas proposições e estas não receberam importância da comissão.

Devido à imposição da Lei n° 9.069 (Lei do Plano Real), a CAE analisou no período 15 programações monetárias¹⁸¹. Estas tratavam tanto da análise econômica do período anterior quanto de projeções futuras em termos de desempenho de crescimento, taxa de câmbio, taxa de juros e expansão dos agregados monetários. Cabe ressaltar que, num regime de câmbio administrado, a expansão dos agregados monetários e o câmbio são variáveis estreitamente correlacionadas. A relevância do Congresso Nacional na questão poderia ser significativa, pois, legalmente, ele possui a prerrogativa de rejeitar as programações monetárias caso ache conveniente.

Tais programações monetárias, no entanto, nunca foram objeto de análise profunda no Plenário da CAE, sendo regra geral sua aprovação sem nenhuma discussão.

¹⁸⁰ Por exemplo, reunião de 27 de junho de 1995.

¹⁸¹ Não foram identificadas as análises de duas programações monetárias, as do 1° Trimestre de 1995 e a do 1° Trimestre de 1996.

Muitas das programações eram enviadas pelo CMN ao Senado com atraso, isto é, tratavam do período já em andamento. Além disso, foram – em todas ocasiões – analisadas com atraso pela CAE. A tabela abaixo mostra a data de apreciação das Programações Monetárias pela CAE, os relatores e seus respectivos partidos (sempre da base do governo).

Tabela 6.1: Apreciação das Programações Monetárias.

Programação Monetária	Data de Apreciação	Relator	Partido
1º trim. 1995	NI	-	-
2º trim. 1995	31/10/1995	Sen. Espiridião Amin	PPR
3º trim. 1995	31/10/1995	Sen. Espiridião Amin	PPR
4º trim. 1995	26/11/1996	Sen. Joel de Holanda	PFL
1º trim. 1996	NI	-	-
2º trim. 1996	16/04/1997	Sen. Espiridião Amin	PPR
3º trim. 1996	16/04/1997	Sen. Espiridião Amin	PPR
4º trim. 1996	16/04/1997	Sen. Vilson Kleinübing	PFL
1º trim. 1997	13/05/1997	Sen. Waldeck Ornelas	PFL
2º trim. 1997	13/05/1997	Sen. Coutinho Jorge	PSDB
3º trim. 1997	12/08/1997	Sen. Waldeck Ornelas	PFL
4º trim. 1997	14/10/1997	Sen. Waldeck Ornelas	PFL
1º trim. 1998	15/01/1998	Sen. Vilson Kleinübing	PFL
2º trim. 1998	05/05/1998	Sen. Ney Suassuna	PMDB
3º trim. 1998	12/08/1998	Sen. Vilson Kleinübing	PFL
4º trim. 1998	27/10/1998	Sen. Osmar Dias	PSDB
1º trim. 1999	28/01/1999	Sen. Ney Suassuna	PMDB

Fonte: Atas da CAE

NI: Não identificado

Os senadores assumiam um papel de pouca importância na discussão das programações monetárias. Na reunião de 13 de maio de 1997, por exemplo, o Presidente da Comissão, Sen. José Serra, e os relatores de duas programações, Sen. Waldeck Ornelas e Sen. Coutinho Jorge, discutiram a utilidade e o papel da CAE e do Congresso Nacional ao avaliarem as Programações Monetárias. Segundo posição consensual entre eles, não haveria razão em se apreciar as matérias atrasadas, e a mudança dessa rotina de atrasos exigiria alterações legais. A mesma posição já fora manifestada na reunião 31 de outubro de 1995 pelo Presidente Gilberto Miranda e pelo relator, Sen. Espiridião

Amin¹⁸² (o próprio Sen. Espiridião Amin já havia manifestado seu protesto contra os atrasos em outra reunião, 27 de junho de 1995).

6.3 Perfis de atuação na CAE

Derivadas das reuniões usuais da CAE e das Sabatinas dos indicados à presidência do Banco Central, pode-se apresentar quatro posições diferenciadas dos membros da comissão em relação à política cambial então vigente, as quais são apresentadas abaixo.

A principal preocupação dos senadores que se manifestaram sobre a questão, é importante ressaltar, era a crítica ao nível do câmbio (visto como valorizado em demasia), o que se confundia com o regime de câmbio administrado. Em outras palavras, estava em geral implícito que o câmbio estava “desalinhado” às necessidades nacionais devido à política equivocada de controlar suas variações (muito embora o controle não seja tratado como o problema principal).

6.3.1. Consciência da relação juros altos-câmbio valorizado, mas sem contestação da política de câmbio

Esta posição tem como representantes os senadores Espiridião Amin, Vilson Kleinübing, Jefferson Péres, José Serra e Pedro Piva¹⁸³. Todos estes parlamentares, alinhados ao governo, demonstravam estar cientes dos problemas macroeconômicos, mas buscavam saídas sem contestar a política cambial (como estímulos à exportação, melhoria do perfil da dívida pública¹⁸⁴, combate ao déficit público, controle de capitais). Pelo contrário, explicitavam seu apoio à política econômica do governo.

O Sen. Espiridião Amin, por exemplo, em várias ocasiões manifestou compreender o problema juros altos/câmbio valorizado, mas sempre adotou um discurso “tangencial” aos riscos. Durante todo o período criticou os capitais de curto prazo¹⁸⁵ e

¹⁸² Nesta reunião o Sen. Espiridião Amin se comprometeu com o Presidente Gilberto Miranda a fazer um projeto que criasse sanção ao Executivo pelo envio da matéria atrasada. Contudo, não foi possível identificar a apresentação de tal projeto, o que leva a concluir que não foi apresentado.

¹⁸³ O Sen. Roberto Requião, nas reuniões de 04 de junho e 13 de agosto de 1996, advoga posição similar. Contudo, ele não pode ser enquadrado neste grupo por não ser alinhado ao governo e manifestar, na maioria das vezes, posições críticas ao governo e à política econômica.

¹⁸⁴ Por exemplo, questionamento do Sen. Jefferson Péres na reunião de 20 de novembro de 1996.

¹⁸⁵ Essa postura foi muito comum ao senador durante todo o período estudado.

os juros altos para atraí-los, mas não atacou o nível do câmbio. Vale destacar, como um exemplo da postura do grupo, sua preocupação com a necessidade do estímulo à exportação, até por meio da criação de um Eximbank. A passagem abaixo, proferida quando da sabatina de dois diretores do Banco Central (Sérgio Darcy da Silva Alves e Demóstenes Madureira de Pinho Neto), em 28 de agosto de 1997, explicita vários pontos ilustrativos desse perfil de comportamento:

“É muito difícil o Senado convencer alguém a alterar a política cambial. Alguns Parlamentares e alguns economistas de renome pregam isso. Mas eu procuro conformar minha inquietação com aquilo que não transgride a política econômica, a qual não foi determinada por uma pessoa nem poderá ser alterada por um diretor do Banco Central, por mais qualificado que ele seja.

Já que não haverá modificação na política cambial - V. S^a confirmou isso hoje - o que é muito bom, e já que o Professor Fishlow nos lembrou de que esses quase 10% de crescimento em nossa exportação têm de ser sustentados por muito tempo, não vejo alternativa para o Brasil. (...)

Não vejo, então, alternativa - em nome da preservação da política que o Governo adota - a não ser, da maneira mais pragmática possível, dinamizar exportações. Desse modo, repiso essa questão por entender que, se existe um limite - um ponto ótimo - de reservas cambiais, a partir daí, o ponto de equilíbrio fica rompido e passamos a pagar um subsídio para ter esse colchão de segurança - além do que é necessário para a nossa segurança.

Estou valendo-me de expressões usadas pelo Dr. Gustavo Franco. Como ninguém dele discordou - nem o Presidente da Comissão, não serei eu quem irá discordar.

Gostaria, destarte, de saber se não seria possível aproveitar o que ficasse acima desse ponto de equilíbrio para dinamizar exportações num Eximbank pragmático - como imagino. Essa é minha pergunta a V. S^a [Demóstenes M. de Pinho Neto].” (grifos do autor).

6.3.2. Consciência das prerrogativas do Senado Federal e da CAE em relação às políticas monetária e cambial

Em reunião do dia 8 de junho de 1995 (sabatina do Sr. Gustavo Loyola), o Sen. Roberto Requião explicitou uma posição única e basilar no período analisado. Segundo ele, o Congresso teria prerrogativas para determinar a política monetária e cambial; não deveria questionar o que o futuro presidente do Banco Central pretendia fazer, mas sim determinar a ele o que fazer. Essa posição é consistente com outras manifestadas

pelo Senador¹⁸⁶, em que pedia que o Senado zelasse pelas suas prerrogativas constitucionais e não abrisse mão de seu poder em benefício do Poder Executivo.

“Estamos vivendo nesta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos mais um espetáculo do surrealismo brasileiro. Estamos sabatinando o futuro Presidente do Banco Central sobre políticas fiscais, econômicas e monetárias.

O art. 48 da Constituição Federal estabelece que cabe ao Congresso dispor especialmente sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações; moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

O art. 25 das Disposições Transitórias revoga as delegações de competência 180 dias depois da entrada em vigência da Constituição de 88.

E o art. 68 da Constituição, de autoria do Senador Bernardo Cabral, estabelece no seu § 1º que não serão objeto de delegação os atos de competência do Congresso Nacional.

Na verdade, deveríamos estar conversando com o futuro Presidente do Banco Central sobre a sua fidelidade às políticas estabelecidas pelo Congresso Nacional. Mas este Congresso que aprova emendas econômicas com tanta rapidez, que quebra monopólios no caminho da modernidade, ainda não encontrou tempo para regulamentar tarefas essenciais da sua competência.” (grifos do autor).

Esta posição do Sen. Roberto Requião chamou a atenção tanto por ser correta ao analisar as prerrogativas constitucionais do Senado Federal, quanto por ser única. Em outras palavras, o Sen. Requião discursava sobre uma mudança profunda, estrutural, do eixo de decisão sobre a política monetária e cambial.

6.3.3 Consciência e explicitação da relação juros altos-câmbio valorizado e contestação da política cambial

Uma posição consciente e explícita da relação entre juros altos e a política cambial do período foi apresentada com certa constância pelo Sen. Eduardo Suplicy. Este parlamentar expressou, em várias ocasiões¹⁸⁷, que os juros altos eram a ferramenta usada pelo governo para atrair capitais internacionais e manter sua política de câmbio. Alertou ainda, em várias passagens, para as conseqüências negativas em termos de

¹⁸⁶ O Sen. Roberto Requião, por exemplo, apresentou Projeto de Lei Complementar que extinguiu a Comissão de Valores Mobiliários. O Projeto foi rejeitado pela CAE na reunião de 13 de maio de 1997.

¹⁸⁷ Por exemplo nas seguintes reuniões: 14 e 21 de março de 1995, 8 de junho de 1995, 07 de agosto de 1997 (sabatina do Sr. Gustavo Franco, indicado à Presidência do BACEN).

desestímulo à produção nacional e ao emprego. Com menor constância insistiu nesse ponto o Sen. Lauro Campos¹⁸⁸, também filiado ao PT como o Sen. Suplicy.

Vale dizer que ambos os senadores foram os mais recorrentes com alertas sobre a possibilidade de uma crise cambial. O ponto marcante, que os diferencia dos outros parlamentares, foi a contestação explícita da política vigente. Deve ser destacado, contudo, que ambos nunca apresentaram um projeto formal de alteração do nível do câmbio ou do regime cambial.

Esclareça-se o que se entende por contestação da política cambial. Contestação seria a apresentação de juízos que objetivassem uma modificação integral da situação, que se corrigisse o nível de câmbio visto como prejudicial à economia nacional¹⁸⁹. Neste aspecto este grupo se diferencia do primeiro apresentado, pois o primeiro apresentou críticas apenas marginais e incrementais à situação em vigor, sem objetivar sua superação total.

6.3.4 Discursos de palanque

Os demais senadores que compuseram a comissão no período ou não se manifestaram sobre a questão cambial e dos juros ou então faziam manifestações consideradas aqui como superficiais, do tipo: “os juros estão altos e vão quebrar o país”. Seriam discursos na sua concepção mais banal, manifestações “de palanque”, sem consistência porque desligados da análise das causas e relações. Estas, sem dúvida, eram as mais frequentes na CAE.

6.4 Hipóteses

Como já foi demonstrado no capítulo 3, a política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso, o Plano Real, era o seu maior capital político, responsável tanto pela primeira vitória presidencial em 1994 como pelas perspectivas de vitória em 1998, que de fato se concretizaram. Assim, é natural que no período 1995 a 1998 os

¹⁸⁸ Por exemplo, reuniões de 04 de junho de 1996, 20 de novembro de 1996, 07 de agosto de 1997 (sabatina do Sr. Gustavo Franco, indicado à Presidência do BACEN), 16 de junho de 1998.

¹⁸⁹ Ambos os senadores do PT, críticos à política de câmbio, não teceram considerações sobre a implantação do câmbio flutuante, que caracteriza um outro instrumento de controle cambial, apenas ao nível do câmbio.

senadores alinhados ao governo apoiassem a política macroeconômica e os de oposição apontassem seus defeitos. Não obstante, é de se discutir as razões da constatada distância da maioria dos parlamentares em relação a uma discussão mais profunda das políticas cambial e monetária e a apatia das oposições em oferecer alternativas concretas à política em implementação. Fica a dúvida sobre as razões que levaram os parlamentares a não se manifestarem abundantemente e nada agirem com proposições em relação a tema tão importante, já que, como explicitou o Sen. Roberto Requião, o Senado Federal tem prerrogativas extensas para interferir nessas políticas. As hipóteses abaixo objetivam esclarecer essas questões.

6.4.1 Hipótese 1: Incapacidade Técnica dos Senadores

Uma primeira hipótese é que os senadores não agiriam em relação às políticas cambial e monetária, e nem mesmo as discutiriam em profundidade, devido à sua incapacidade técnica. Esta assertiva mostra-se infundada, e até ingênua.

Em primeiro lugar, a formação acadêmica e experiência profissional dos membros da CAE refuta a hipótese. A partir do levantamento do perfil dos membros da comissão tidos como mais atuantes (tanto titulares quanto suplentes)¹⁹⁰, chegou-se à conclusão de que haveria conhecimento entre os parlamentares para discutir questões cambiais e monetárias.

Tabela 6.2: Perfil de Senadores da CAE

Perfil	Frequência
Experiência de direção em bancos e instituições financeiras	4 senadores
Acadêmicos de economia	7 senadores
Empresários	4 senadores
Total	14* senadores

Fonte: Perfis Parlamentares do Senado Federal. Elaboração do autor.

* Há um senador enquadrado em mais de uma categoria.

¹⁹⁰ O Anexo 3 traz a biografia de alguns membros da CAE.

A tabela 6.2 apresenta um resumo do perfil dos membros da CAE, entre os quais há 14 senadores com formação ou experiência na área econômica. Há quatro senadores com experiência de direção em bancos ou instituições financeiras. Na área acadêmica, encontram-se sete parlamentares que tenham no mínimo pós-graduação em economia, sendo, vários deles, atuantes na docência. Por fim, ainda há quatro empresários entre os membros da CAE.

Podem ser destacados os membros da oposição, Senadores Eduardo Suplicy e Lauro Campos, tendo o primeiro doutorado em economia na Michigan State University, EUA, e o segundo sendo professor titular da UnB, lecionando no departamento de Economia. Pelo lado do governo, é de se destacar a presença do sen. José Serra, doutor em economia pela Cornell University, EUA, Secretário de Finanças de São Paulo e Ministro do Planejamento no governo Fernando Henrique Cardoso, e o sen. Jefferson Péres, professor titular da Universidade do Amazonas, vinculado ao Departamento de Economia e Análise da Faculdade de Estudos Sociais.

Além disso, o Senado Federal conta com a Consultoria Legislativa, em que há um núcleo de assessoria econômica. Este núcleo é composto atualmente por 27 membros permanentes, em que é geral a significativa titulação acadêmica e é comum a experiência em atividades técnicas no governo federal e docência em universidades.

Por fim, os próprios senadores contam com uma ampla estrutura de apoio em seus gabinetes, cabendo apenas a eles construírem uma assessoria econômica se fosse de seu interesse. McCubbins e Schwartz¹⁹¹ afirmam, para os EUA, que se os parlamentares podem criar estruturas burocráticas para implementar políticas, eles também poderiam, se tivessem interesse, criar estruturas para monitorar e avaliar políticas.

6.4.2 Hipótese 2: Decisões pela Escolha dos Presidentes do Banco Central

Poder-se-ia imaginar que os senadores fazem suas escolhas de política cambial pela escolha dos presidentes do Banco Central. No caso em análise, os candidatos a presidente do Banco Central do Brasil sempre foram aprovados por larga margem, com

¹⁹¹ McCubbins e Schwartz, 1984.

exceção de Gustavo Franco. A tabela 6.3 demonstra que para este os votos contrários somaram 22,2% (quase um quarto do total), sendo que nos demais casos nunca se superou os 8%.

Tabela 6.3: Sabatina dos presidentes do Banco Central – número de votos

	Indicado	Votos Favoráveis	Votos Contrários	Total	Votos Contrários/ Total, %
08/06/1995	Gustavo Loyola	24	2	26	7,7
07/08/1997	Gustavo Franco	21	6	27	22,2
26/01/1999	Francisco Lopes	23	2	25	8,0
26/02/1999	Armínio Fraga	21	1	22	4,5

Fonte: Atas da CAE; Elaboração do autor.

Qual a relação da questão cambial com as sabinas do período?

A aprovação de Gustavo Loyola foi feita num período em que o câmbio ainda não tinha adquirido *status* de “problema” econômico e as sabinas de Francisco Lopes e Armínio Fraga deram-se após a crise cambial de janeiro de 1999, momento em que as decisões cambiais apresentavam-se praticamente como irreversíveis na direção da flutuação cambial. Os três sabinados foram aprovados com baixa contestação (máximo de 8% de votos contrários).

O único momento em que a questão cambial estava em primeiro plano e ainda passível de alterações deu-se por ocasião da apreciação do nome de Gustavo Franco. Este integrante da equipe econômica do governo era o símbolo da política do câmbio administrado e seu defensor ferrenho, e no momento da sabinata era Diretor da Área

Internacional do Banco Central e principal executor da política então em vigor¹⁹². O resultado da votação apresenta a contestação de sua indicação e de sua política cambial por uma parcela maior da comissão (22,2% de votos contrários).

É importante ressaltar que sua sabatina, em agosto de 1997, deu-se após o início da crise da Ásia, em um momento em que os regimes de câmbio administrado estavam em questão pelo mundo afora¹⁹³. Por outro lado, os efeitos da crise só se fizeram sentir no Brasil após a sabatina, provando que, naquele momento da escolha do presidente, a política de câmbio ainda possuía uma margem de manobra superior à que teria em momentos posteriores¹⁹⁴.

Assim, pode-se afirmar em relação à hipótese que ela tem consistência, pois a sabatina menos consensual deu-se no momento em que foi mais marcante a discussão das opções de política cambial.

6.4.3 Hipótese 3: Disciplina da Coalizão

Esta hipótese baseia-se na posição de Fabiano Santos¹⁹⁵. Para ele, a lógica da ação dentro do Congresso segue o governo de coalizão. Sendo assim, os partidos da base aliada apóiam o governo em muitos assuntos e de forma praticamente incondicional. Somada essa idéia às considerações de Sérgio Abranches¹⁹⁶, que vê o destino da coalizão ligado fortemente ao desempenho do governo na área econômica, pode-se entender o apoio dos parlamentares da base do governo à política econômica. Ainda, recorrendo ao mesmo autor, as políticas cambial e monetária poderiam ser pontos “inegociáveis” da coalizão, o que explicaria o afastamento dos senadores em relação a essa questão.

Essa hipótese seria capaz de explicar a não apresentação de alterações da política cambial pelos membros da coalizão. Por outro lado, ela não explica os discursos críticos

¹⁹² Gustavo Franco, na sua passagem pelo Banco Central e posteriormente, manteve-se na grande imprensa defendendo políticas econômicas. Essa sua postura de “ideólogo” solidifica seu status de símbolo da política de câmbio administrado.

¹⁹³ (Bluestein, 2002).

¹⁹⁴ A sabatina de Gustavo Franco ocorreu em 7 de agosto de 1997, num momento em que o modelo cambial ainda não estava em situação de pressão como esteve posteriormente. De fato, a crise da Ásia havia começado em julho de 1997 com a flutuação do bath tailandês, mas chegou ao Brasil apenas no dia 28 de outubro, quando Hong Kong tomou medidas para proteger sua moeda.

¹⁹⁵ (Santos, 2003).

ao modelo encontrados entre todos os parlamentares, não explica as sugestões de alterações do modelo propostas pelos próprios aliados do governo (como estímulos à exportação, melhoria do perfil da dívida pública, combate ao déficit público, controle de capitais) e não explica a não apresentação de proposições de alterações no modelo pelos parlamentares de oposição. De fato, esta hipótese desconsidera o papel dos oposicionistas. Sendo assim, é uma hipótese inconsistente.

6.4.4 Hipótese 4: Alinhamento de Preferências dos Parlamentares

De forma breve no final seu texto – claramente não é seu argumento principal – Fabiano Santos¹⁹⁷ afirma que os parlamentares teriam as mesmas preferências em termos do objetivo da política monetária: a estabilidade de preços. Devido a isso eles não teriam se preocupado com o conteúdo substantivo da política monetária no período, apenas com sua transparência. Ademais, para ele, a escolha dos dirigentes do Banco Central seria um aspecto não problemático no período, pois devido ao alinhamento de preferências entre os parlamentares, o foco de seus desacordos não seria os agentes escolhidos para implementá-las.

Esta é uma hipótese simples, baseada no conceito de preferências: todos os membros da CAE teriam as mesmas posições em relação às políticas cambial e monetária.

Sem dúvida é uma hipótese problemática. Os parlamentares mostraram-se todos realmente interessados na estabilidade de preços, mas outras questões estreitamente relacionadas a ela não são consensuais, como por exemplo a própria estratégia do câmbio administrado e valorizado e a necessidade de crescimento econômico superior ao conseguido na época. Em outros termos, poderia haver consenso sobre um dos objetivos da política monetária – a estabilidade de preços – mas não sobre outro objetivo da política econômica afetado pelo BACEN – o crescimento econômico. Ainda, haveria desacordo sobre os meios de implementação da política monetária – juros altos e câmbio administrado e sobrevalorizado.

¹⁹⁶ (Abranches, 1988).

¹⁹⁷ (Santos, 2003; cap. VI).

Houve parlamentares, como os Senadores Eduardo Suplicy e Lauro Campos, que durante todo o período do câmbio administrado criticaram seus resultados, o que caracteriza um desacordo explícito de preferências entre os membros da CAE¹⁹⁸.

Ademais, ao contrário do que apresenta Fabiano Santos, a votação do Sr. Gustavo Franco, símbolo de uma determinada estratégia de estabilidade monetária, tanto não pode ser caracterizada como consensual (22,2% de votos contrários) como apresenta diferença de preferências de forma concreta .

6.4.5 Hipótese 5: Incerteza quanto aos Resultados Econômicos e Políticos de Alteração no Câmbio Administrado.

Há outra hipótese que explicaria o comportamento de todos os parlamentares – situação e oposição. Esta considera o regime de câmbio uma variável econômica de difícil controle e uma variável política de grande importância no período.

Pelo aspecto econômico, haveria as questões da incerteza e das perdas distributivas. Qualquer modificação no regime de câmbio – sobretudo em momentos de pressão derivada dos movimentos internacionais de capitais e variáveis econômicas domésticas frágeis (“fundamentos”)¹⁹⁹ – comportaria um grau enorme de incerteza. Seria impossível saber onde a desvalorização iria parar e quais seus efeitos sobre a economia. O exemplo da crise asiática e a própria desvalorização brasileira em janeiro de 1999 mostram como as desvalorizações saíram do controle dos decisores e os desempenhos econômicos em termos de inflação e crescimento foram os mais diversos²⁰⁰. Até o Sen. Eduardo Suplicy, em reunião com a presença do Ministro Pedro Malan, em 29 de outubro de 1998, já num contexto de crise cambial, explicita que aquela não seria uma hora adequada para se alterar o câmbio.

As alterações no câmbio trariam conseqüências distributivas negativas. Mudanças no regime, e a conseqüente desvalorização, geraria perdas derivadas da inflação para vários setores da sociedade, sobretudo os mais pobres, e elevaria a dívida

¹⁹⁸ A não ser que se assuma que foram anos de críticas falsas, o que não parece consistente com a trajetória daqueles que as fizeram e com o real desfecho do modelo cambial.

¹⁹⁹ Francisco Lopes, em sua sabatina pós-desvalorização, explicita em vários momentos que o governo preferia seguir uma política gradual de flexibilização cambial, mas que esta deveria ter contado com suporte de superávits fiscais, o que não ocorreu.

externa (medida em moeda nacional) em montante incerto. A tabela 6.3 apresenta a evolução da dívida externa privada de curto, médio e longo prazos, que atingiu US\$ 146 bilhões no final de 1998. Para estes devedores a desvalorização cambial traria, como realmente trouxe quando chegou, grandes perdas patrimoniais.

O aspecto político deriva das questões distributivas. As perdas de renda, derivadas da inflação, e patrimoniais, devidas ao aumento das dívidas indexadas a moeda forte, como já demonstrado na análise do Plano Real feita no cap. 3, trariam grandes prejuízos políticos ao governo e aos responsáveis pela alteração. A piora na avaliação do Plano Real e do governo, derivadas da desvalorização de janeiro de 1999, demonstra como esses temores tinham fundamento.

Tabela 6.4: Dívida Externa Privada – US\$ Milhões

	Curto Prazo	Médio e Longo Prazos	Total
1994 T2	29.989	31.199	61.188
1994 T3	ND	ND	-
1994 T4	ND	ND	-
1995 T1	ND	ND	-
1995 T2	31.840	35.075	66.915
1995 T3	ND	ND	-
1995 T4	26.816	37.311	64.127
1996 T1	25.767	40.101	65.868
1996 T2	27.627	45.946	73.573
1996 T3	28.807	55.661	84.468
1996 T4	32.555	53.717	86.272
1997 T1	28.199	55.804	84.003
1997 T2	26.952	60.433	87.385
1997 T3	23.318	71.275	94.593
1997 T4	30.978	83.316	114.294
1998 T1	32.972	91.971	124.943
1998 T2	32.070	109.312	141.382
1998 T3	25.561	113.937	139.498
1998 T4	23.047	123.230	146.277

Fonte: Banco Central
Elaboração do autor.
ND = Não divulgado.

²⁰⁰ (Blustein, 2002).

Para alguns parlamentares, a ameaça que as alterações no câmbio poderiam trazer ao seu “capital” político são explícitas. Em várias ocasiões a CAE aprovou a emissão de dívida externa pela União, e nessas oportunidades os Senadores Espiridião Amin²⁰¹ e Pedro Piva²⁰², por exemplo, manifestaram-se pela superioridade da dívida externa em relação à interna, pois a primeira teria juros menores e prazos maiores, sendo assim mais benéfica aos interesses nacionais. Ao advogar essa postura por vários anos, é de se compreender que tais senadores não possam, de um momento para outro, advogar uma mudança na política cambial. Em outras palavras, tais senadores disseminaram a idéia do baixo risco cambial e com ele se comprometeram, assim não poderiam engajar-se pessoalmente em situações que levassem a perdas concretas aos que neles acreditaram.

A incerteza das variáveis econômicas destaca a dimensão “informativa” da CAE, conforme adiantado nos caps. 2 e 4. A comissão, embora não com frequência, abordou a questão cambial. O debate tornou-se importante, tanto como uma oportunidade para criação e disseminação de idéias quanto como um balizador da posição geral do parlamento. É de se destacar, por exemplo, as sugestões marginais para minorar os problemas enfrentados (os incentivos à exportação, controle de capitais e importação), que se mostrou disseminado entre o pequeno grupo atuante e de base de apoio ao governo (subseção 6.3.2).

Ainda de acordo com a prescrição da teoria informativa, é de se constatar que a CAE era formada por parlamentares de posições diferenciadas, o que incentiva o debate a ser mais constante e suas conclusões mais informativas para o restante do Parlamento. Realmente esta foi a posição da CAE, pois a oposição servia como um elemento impulsionador do debate em várias ocasiões.

A atuação do sen. Jefferson Péres é interessante para demonstrar o papel da política cambial na trajetória política dos senadores. O senador procurou em várias ocasiões criticar e encontrar alternativas para a política cambial, sem contudo contestá-

²⁰¹ Por exemplo nas reuniões de 31 de janeiro de 1996, 25 de junho de 1996, 06 de maio de 1997, 07 de agosto de 1997. Vale dizer que na reunião de 14 de maio de 1996, por outro lado, quando se discutia a dívida relacionada ao caso do Banespa, o Sen. Espiridião Amin disse que a indexação da dívida ao câmbio era uma temeridade, que iria “estourar” logo.

²⁰² Por exemplo na reunião de 06 de março de 1996.

la. O sen. Péres apresentou-se favorável até mesmo a convocações de autoridades da área econômica para explicar atitudes do governo²⁰³, o que em regra é evitado pelos membros da coalizão de governo. Por fim, depois do fim inglório do câmbio administrado, e sobretudo contrário a toda pregação dos técnicos do governo (amparada pelos senadores da coalizão de governo), o parlamentar amazonense trocou de partido, saindo do PSDB, partido do Presidente da República, para o PDT, partido de oposição²⁰⁴.

6.5 Conclusão

Os senadores não se mostram como agentes alienados ou incapazes de compreender e agir sobre a política cambial. Isto é provado pela posição de vários deles que identificaram os problemas do câmbio administrado e valorizado e sugeriram mudanças incrementais, como dinamização das exportações, combate ao déficit público, controle de importações e de capitais – além de 6 senadores terem votado contra a indicação do Sr. Gustavo Franco, o que foi uma atitude concreta.

Em termos políticos, para vários senadores a questão cambial seria como uma “espada sobre suas cabeças”, pois para muitos membros da coalizão, seu “capital” político estaria ligado ao destino do governo e de sua atuação econômica, o que faria com que eles ficassem atentos, a todo instante, à questão. A própria inação propositiva da oposição também demonstra uma postura política refletida, consciente da importância da questão, pois recebia os bônus de apontar com veemência os problemas que estavam explícitos no modelo em vigor mas não se comprometia com o modo de superá-lo²⁰⁵ – o que é bastante convincente perante a audiência não especializada.

²⁰³ Essa postura do Sen. Jefferson Péres pode ser constatada na reunião de 26 de maio de 1998, quando pretende convocar Ministro da Fazenda e Presidente do Banco Central para prestarem esclarecimentos sobre política fiscal e suas relações com os juros altos. A reunião é realizada, com a presença do Sr. Gustavo Franco, em 17 de junho daquele ano, quando o senador manifesta seu apoio à política econômica do governo

²⁰⁴ De fato, o senador modificou profundamente sua posição em relação ao governo no período. A fim de explicitar a questão, basta conferir sua posição claramente pró política econômica no ano de 1995 (em que defendia a política de juros altos como necessária à sustentação do Plano Real – reunião de 22 de agosto de 1995, por exemplo) e suas profundas críticas ao modelo econômico demonstradas após a desvalorização cambial de janeiro de 1999 (explicitadas nas sabatinas dos Srs. Francisco Lopes e Armínio Fraga).

²⁰⁵ Vale dizer, o diagnóstico do problema – a valorização cambial – parecia consensual, o grande problema era o modo de superá-lo.

Assim, o ponto principal a determinar o comportamento dos parlamentares em relação ao câmbio seria a incerteza dos resultados econômicos quanto a mudanças na política cambial e a importância política dessa política econômica. Dessa forma, pode-se dizer que o caso aqui estudado explica mais o comportamento político da CAE em situações de constrangimentos econômicos e políticos similares do que sua forma de atuação em outros contextos e situações.

7 - CONCLUSÃO

Este trabalho apresentou a posição da CAE em relação à política cambial praticada no período compreendido entre janeiro de 1995 e janeiro de 1999. Foram levantadas também hipóteses de caráter exploratório para explicar esse comportamento.

A dissertação baseou-se eminentemente em informações empíricas, sobretudo a análise de dados primários. A partir deles foi possível mapear o comportamento dos parlamentares da CAE, em que se destacou a atenção à questão cambial em alguns momentos específicos de reuniões ordinárias e ao longo das sabinas de Gustavo Franco, Francisco Lopes e Armínio Fraga. Além disso, a CAE não propôs ou discutiu uma alternativa legislativa concreta ao regime de câmbio administrado e sobrevalorizado.

A literatura sobre o Congresso Brasileiro relaciona os comportamentos parlamentares ao presidencialismo de coalizão, que implica na fidelidade negociada da base de apoio ao governo. Neste trabalho, contudo, a partir do comportamento da oposição (que não levantou alternativas concretas à política de câmbio mas teceu críticas) evidenciou-se outro aspecto da questão, qual seja, a complexidade dos efeitos econômicos de qualquer mudança e a importância política do regime cambial de então. Mudar o câmbio, no contexto de déficits fiscais e liberdade de movimentação de capitais, traria tanto resultados incertos em termos de inflação e crescimento econômico quanto, mais importante para os senadores, consequências políticas negativas aos responsáveis pela mudança. Diante disso, alterar o regime de câmbio não se tornaria atrativo para nenhum político.

Foi apresentada também outra hipótese que serviria como suporte a esta hipótese maior, qual seja, os senadores manifestariam suas preferências em termos de política cambial pela escolha dos presidentes do Banco Central. A sabatina com mais votos contrários no período foi a de Gustavo Franco, o símbolo da política de câmbio administrado, o que demonstra um grau de crítica ao regime cambial em vigor.

Por fim, concluiu-se que os resultados da pesquisa não podem ser generalizados para o comportamento da CAE em outras circunstâncias e em outros tempos. Pelo contrário, eles explicam o comportamento político da comissão e seus integrantes diante duma situação específica (câmbio controlado, valorizado e sob pressão) que também trouxe dividendos políticos em outras paragens na mesma década, como Argentina e Sudeste Asiático. No entanto, a expansão dos resultados coloca-se apenas como uma perspectiva possível para outras pesquisas.

Vale ser dito que poderia ter sido explorada em maior profundidade as questões distributivas, por meio de uma pesquisa focada na relação dos senadores com seus grupos de apoio específicos, principalmente o empresariado. Nesse sentido, seria importante conhecer como estava a situação econômica das empresas, sua relação com o câmbio e o grau de influência do empresariado sobre os senadores. De fato, a depender da saúde financeira das empresas, da influência do câmbio em seus resultados, e da relação dessas com os senadores, poder-se-ia ter esclarecido outros pontos da questão. Contudo, de forma deliberada e proposital optou-se por não explorar essa hipótese, por ser muito complexa e ampla para o contexto desse trabalho acadêmico.

8 - BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson (org.). 1988. De. Presidencialismo de Coalizão: o Dilema Institucional Brasileiro. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, pp. 5 a 34.

ABREU, Marcelo De Paiva (org.). 1992. *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Campus.

ABRUCIO, Fernando Luiz. 1994. Os Barões da Federação. *Lua Nova*, n. 33.

AMORIM NETO, Octavio. 2000. Gabinetes Presidenciais, Ciclos Eleitorais e Disciplina Legislativa no Brasil. *Dados – v. 43, n. 3*, Rio de Janeiro.

ALCHIAN, Armen A., and HAROLDE Demsetz. Production, information costs, and economic organization. 1972. *American Economic Review*, 62 (December); 777-95. Citado em Moe, 1984.

ALT, James e ALESINA, Alberto. Political Economy: An Overview. In *Handbook of Political Science – Chapter. 28*. p. 649.

ASSAF NETO, Alexandre. 2005. *Mercado Financeiro. 6ª ed.* São Paulo: Editora Atlas.

BACHA, Edmar L. 1998. O Plano Real: uma avaliação. In Mercadante, Aloizio (org.). *O Brasil pós-Real*. Campinas. Instituto de Economia.

BLANCHARD, Olivier. 2001. *Macroeconomia – Teoria e Política Econômica*. Rio de Janeiro: Campus.

BLINDER, Alan S. 1999. *Bancos Centrais: Teoria e Prática*. São Paulo. Editora 34.

BLUSTEIN, Paul. 2002. *Vexame – Os Bastidores do FMI na Crise que Abalou o Sistema Financeiro Mundial*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, São Paulo. Editora Record.

- BORBA, Julian. 2004. As Idéias Políticas das Reformas Econômicas – O Caso do Plano Real. Trabalho Apresentado no 4º Encontro Nacional da ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. 2003. O Segundo Consenso de Washington e a Quase-Estagnação da Economia Brasileira. In *Revista de Economia Política*, vol. 23, nº 3 (91), julho-setembro/2003. pp. 03-34.
- CODATO, Adriano Nervo. 1997. *Sistema Estatal e Política Econômica no Brasil pós 64*. Editora Hucitec. São Paulo.
- DELFIN NETTO, A. 1998. in MERCADANTE, Aloizio (org.). *O Brasil pós-Real*. Campinas. Instituto de Economia.
- EICHENGREEN, Barry. 2002. *A Globalização do Capital – Uma História do Sistema Monetário Internacional*. 1ª Ed. 1ª reimpressão. Editora 34, São Paulo.
- DINIZ, Eli. 1997. *Crise, Reforma do Estado e Governabilidade. Brasil, 1985-95*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora.
- FAUCHER, P. e ARMIJO, L. E. 2004. Crises cambiais e Estrutura Decisória: A Política de Recuperação Econômica na Argentina e no Brasil.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub e LIMONGI, Fernando. 1995. Mudança Constitucional, Desempenho do Legislativo e Consolidação Institucional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. N. 29, ano 10.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub, LIMONGI, Fernando e VALENTE, Ana Luzia. 1999. Governabilidade e concentração de poder institucional – o Governo FHC. *Tempo Social; Revista Sociol.* USP, S. Paulo (11(2): 49-62, out.
- FILGUEIRAS, Luiz. 2000. *História do Plano Real. Fundamentos, impactos e contradições*. Boitempo Editorial. 2ª edição ampliada.
- FRANCO, Gustavo H. B. 2000. *O Desafio Brasileiro – Ensaio sobre Desenvolvimento, Globalização e Moeda*. 2ª ed.. São Paulo. Editora 34.
- FRIEDMAN, Milton. 1968. The Role of Monetary Policy. *The American Economic Review*, Vol. 58, nº 1, Mar. 1968. p. 1-17.

- GIAMBIAGI, Fábio e ALÉM, Ana Cláudia Duarte De. 2000. *Finanças públicas: teoria e prática no Brasil*. 2ª ed., 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Campus.
- HINICH, Melvin e MUNGER, Michael. *Analytical Politics*. 1997. Cambridge: Cambridge University Press.
- KEECH, W. R. 1995. *Economic Politics, The Costs of Democracy*. Cambridge University Press.
- KINZO, Maria D'Alva Gil. 1997. Governabilidade, Estrutura Institucional e Processo Decisório no Brasil. *Parcerias Estratégicas*, vol. 1, n° 3, pp. 19-53. 1997.
- 1999. Partidos Políticos y Proceso Decisorio Democrático: El Caso Brasileño, in M. Cavarozzi (comp.), *Hacia una Matriz de Gobierno en America Latina. Instituciones del Estado, La Sociedad Civil y el Mercado*. Buenos Aires, Universidad Nacional de San Martín/BID.
- LAMOUNIER, Bolívar. 1994. Brazil: Toward Parliamentarism?, in J. J. Linz e A. Valenzuela (comps.), *The Failure of Presidential Democracy: The Case of Latin America*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press.
- LIMA, Fabiano de Sousa. 2001. *Atuação do Banco Central do Brasil na Regulação da Atividade Bancária – O Caso dos Bancos Marka e Fontecindam*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília.
- LIMONGI, Fernando e FIGUEIREDO, Argelina. 1998. Bases Institucionais do Presidencialismo de Coalizão. *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*. n. 44.
- LOPES, Francisco L. 2003. Notes on the Brazilian Crisis os 1997-99. In *Revista de Economia Política*, vol. 23, n° 3 (91), julho-setembro/2003. pp. 35-62.
- MAINWARING, Scott. 1991. Politicians, Parties, and Electoral Systems: Brazil in Comparative Perspective. *Comparative Politics*, vol. 24, n° 1.
- 1997. Multipartism, Robust Federalism and Presidentialism in Brazil, in S. MAINWARING e M. S. SHUGART (eds.) *Presidentialism and Democracy in Latin America*. Cambridge, Cambridge University Press. 1997
- MAINWARING, Scott and SHUGART, Matthew S. (eds.) *Presidentialism and Democracy in Latin America*. Cambridge, Cambridge University Press. 1997.

- MALTZMAM, F. 2001. *Competing Principals: Committees, Parties, and the Organization of Congress*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- MARQUES, Newton Ferreira Da Silva. 2003. *Estrutura e funções do sistema financeiro no Brasil; análises especiais sobre política monetária e dívida pública, autonomia do Banco Central e política cambial*. Brasília: Thesaurus.
- MCCUBBINS, Mathew D., Schwartz Thomaz. 1984. Congressional Oversight Overlooked: Police Patrols versus Fire Alarms. *American Journal of Political Science*. Vol. 28. No 1. (Feb), 165-179.
- MELO, Marcus André. 2001. A Política da Ação Regulatória: responsabilização, credibilidade e delegação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 16, N° 46, junho.
- MERCADANTE, Aloizio (org.). 1998. *O Brasil pós-Real*. Campinas. Instituto de Economia.
- MOE, Terry M. 1984. The New Economics of Organization. *American Journal of Political Science*, Vol. 28, N° 4. (Nov. 1984), 739-777.
- MONTEIRO, Jorge Vianna. 1997. *Economia e Política: Instituições de Estabilização Econômica no Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora.
- NEIVA, Pedro R. Pereira. 1995. *Estrutura de poder e processo decisório na regulamentação do Sistema Financeiro Nacional: Uma proposta de análise sob a perspectiva da não-decisão*. Brasília. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política. Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais. Universidade de Brasília.
- OLIVEIRA, Fabricio Augusto De. 1981. *Reforma Tributária de 1966 e a acumulação de capital no Brasil*. Brasil Debates. São Paulo.
- PALERMO, Vicente. 2000. Como se Governa o Brasil? O Debate sobre Instituições Políticas e Gestão de Governo. *Dados. Revista de Ciências Sociais*. V 43, n° 3. Rio de Janeiro.

RAPOSO, Eduardo e KASAHARA, Yuri. 2004. Estado, Mercado e Autonomia do Banco Central. Trabalho Apresentado no 4º Encontro Nacional da ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política.

RESENDE, André Lara. 1992. *Estabilização e Reforma: 1964-1967*, in ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Campus.

SADDI, Jairo S. 1997. *O poder e o cofre: repensando o Banco Central*. São Paulo: Textonovo.

SAMUELS, David. 2003. A Economia Política da Reforma Macroeconômica no Brasil, 1995-2002. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 46, n° 4, pp. 805 a 835.

SANTOS, Fabiano. 1999. *Democracia e Poder Legislativo no Brasil e na Argentina*, in J.M. LLADÓS e S. P. GUIMARÃES (comps.), *Perspectivas Brasil y Argentina*. Brasília/Buenos Aires, IPRI/CARI.

————— 2003. *O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão*. Belo Horizonte, Editora UFMG. Rio de Janeiro, IUPERJ.

SANTOS, Fabiano e PATRÍCIO, Inês. 2002. Moeda e Poder Legislativo no Brasil: prestação de contas de bancos centrais no presidencialismo de coalizão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 17 n° 49. Junho.

SARTORI, Giovanni. 1994. *Ingeniería Constitucional Comparada. Una Investigación de Estructuras, Incentivos y Resultados*. México, Fondo de Cultura Económica.

SICSÚ, João. Sem data. *Uma crítica à Tese da Independência do Banco Central*. Mimeo.

SNYDER, Susan K. and WEINGAST, Barry R. 2000. The American System of Shared Powers: The President, Congress, and the NLRB. *The Journal of Law, Economics, & Organization*, V.16, N.2.

SHUGART, Matthew S. e CAREY, John M. 1992. *Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics*. Cambridge, Cambridge University Press.

SOLA, Lourdes, GARMAN, Christopher e MARQUES, Moisés. 2002. A redução do moral hazard no Brasil como construção política. in SOLA, Lourdes; KUGELMAS, Eduardo e WHITEHEAD, Laurence (orgs.). 2002. *Banco Central – autoridade política e democratização – um equilíbrio delicado*. Rio de Janeiro, Editora FGV. pp. 161-94).

SOLA, Lourdes; KUGELMAS, Eduardo e WHITEHEAD, Laurence (orgs.). 2002. *Banco Central – autoridade política e democratização – um equilíbrio delicado*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

STIGLITZ, Joseph E. 1998. Central Banking in a Democratic Society. *De Economist* 146, n° 2.

————— 2002. *A Globalização e Seus Malefícios – A promessa não cumprida de benefícios globais*. 3ª ed. Editora Futura.

TAVARES, Maria da Conceição. 1998. in MERCADANTE, ALoizio (org.). *O Brasil pós-Real*. Campinas. Instituto de Economia.

WILLIAMSON, Oliver E. 1975. *Markets and hierarchies*. New York: Free Press. Citado em Moe, 1984.

WILLIAMSON, John. 2003. Depois do Consenso de Washington: Uma Agenda para Reforma Econômica na América Latina. Palestra a ser apresentada à FAAP, em São Paulo, 25 de agosto de 2003. Disponível na Internet em 29/08/2004 no seguinte endereço: www.iie.com/publications/papers/williamson0803.pdf

YIN, Robert K. 2001. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman.

MATÉRIAS DE JORNAL:

Folha de São Paulo.

“Real sustenta aprovação a FHC”, 31/12/1995.

“Real teve melhor avaliação há dois anos”, 30/12/1996.

“Em S. Paulo, maioria aprova governo FHC”, 01/03/1997.

“Aprovação ao governo FHC é de 42%”, 11/05/1997.

“Popularidade de FHC continua em queda”, 27/06/1997.

“O Real, FHC e a Eleição”, 18/09/1997.

“Aprovação cresce” 18/09/1997.

“Aprovação a FHC cai 6 pontos em 3 meses”, 04/01/1998.

“Popularidade do Real mantém-se estável”, 16/03/1998.

“Real Invicto”, 05/05/1998.

“Eleitor de FHC quer estabilidade econômica”, 18/06/1998.

“FHC sobe e retoma dianteira sobre Lula”, 12/07/1998.

“Volta ao passado no país Real”, 15/07/1998.

“Diminui rejeição a FHC, diz Datafolha”, 23/12/1999.

“Medo da inflação é causa de queda, diz líder”, 01/02/1999.

“Plano Real obtém pior avaliação desde 1994”, 07/02/1999.

“Pela 1ª vez, rejeição a FHC supera aprovação”, 07/02/1999.

“Crise cambial afetou FHC mais que apagão”, 01/07/2001.

“FHC conclui 3º ano do segundo mandato com avaliação estável”, 22/12/2001.

“Coalizão de FHC começou e terminou com o Plano Real”, 19/12/2002.

VALOR ECONÔMICO

“Copom chega à 100ª reunião e ganha importância”, 13/09/2004, p. C1.

ANEXOS

ANEXO I - REUNIÕES DA CAE

<p>1 - 19/01/1995 1ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA 11ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 49ª LEGISLATURA</p>
<p>Exposição do senhor Ministro da Fazenda, sobre a crise mexicana e suas repercussões na economia brasileira; o fechamento de agências de bancos federais; e a intervenção no Banespa e no Banerj.</p> <p>p. 20 preocupação do Sr. Eptácio Cafeteira com fechamento de agências de bancos oficiais. Preocupação paroquial, com a situação das cidades.</p> <p>p. 34-5 Sr. Espiridião Amin, manifesta preocupação com a composição das reservas, quanto é capital especulativo.</p> <p>p. 40 Sr. Pedro Malan diz que a crise econômica de origem externa deve ser combatida com reformas internas.</p> <p>p. 42 Sr. Espiridião Amin questiona se quando os juros brasileiros tornarem-se “civilizados”, os recursos internacionais permanecerão no Brasil.</p> <p>p. 44 Sr. Eduardo Suplicy manifesta preocupação com o balanço de pagamentos de 1994 e as projeções para 1995, e também preocupação com a política cambial, se seria mantida a “banda estreita”. Faz relação da política de câmbio com a política de juros interno e a possibilidade de arbitragem.</p> <p>p. 71-2 Sr. Mansueto de Lavor, manifesta preocupação com a política cambial, o custo da intervenção do BACEN (em termos de juros), para manter o real valorizado.</p> <p>p. 73 Ministro Pedro Malan esclarece que o BACEN praticamente não faz intervenções no câmbio.</p>
<p>2 - 22/02/1995 PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA,</p>
<p>Eleição do presidente, Sr. Gilberto Miranda (PMDB) e Pedro Piva.</p>
<p>3 - 14/03/1995 SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA</p>

Exposição do Senhor Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, JOSÉ SERRA, a respeito das últimas medidas econômicas tomadas pelo Governo.

No geral, o Ministro Serra defendeu a flexibilização do câmbio em março e o uso da âncora cambial para combater a inflação.

p. 16 Senador Jeferson Peres manifesta preocupação com o smart money.

p. 24-5 Senador Espiridião Amin questiona o papel do “dinheiro de motel” no Balanço de Pagamentos.

p. 28 Sen. Vilson Kleinubing questiona se os juros são o único instrumento para conter a demanda.

p. 31 Sen. Lauro Campos preocupa-se com a âncora das importações para combater a inflação, se a âncora é sustentável.

p. 42-3 Sen. Eduardo Suplicy vê necessidade de mais flexibilidade no câmbio. Preocupa-se também com a elevação da taxa de juros.

4 - 21/03/1995

TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA

Exposição do Presidente do Banco Central do Brasil, Doutor PÉRSIO ARIDA, a respeito de Política Cambial

p. 29-30 Sen. José Eduardo Dutra manifesta preocupação com informação privilegiada nas operações cambiais do BACEN.

p. 36-38 Sen. Espiridião Amin manifesta preocupação com o câmbio valorizado, que prejudica setores exportadores, com o alto nível de juros e a dependência do capital especulativo de curto prazo.

p. 44-5 Sen. Eduardo Suplicy questiona a consistência da política macroeconômica e cambial, que se compromete com uma banda estreita, que eleva os juros, mas que pretende fazer ajuste fiscal. A banda estreita, tida pelo senador como precária, pede elevação de juros, o que solapa o ajuste fiscal pretendido.

p. 58 Sen. Lauro Campos diz que a taxa de câmbio inicial do Real foi artificialmente valorizada e serviu para baratear as importações e comprimir preços e salários.

No geral o Presidente do BC, Pécio Arida, explicou a mudança da política cambial, que estabeleceu a banda de 0,88-0,93 num contexto de turbulência no primeiro decêndio de março de 1995. Defendeu-se também moralmente das acusações de vazamento de informação para integrantes do mercado financeiro (Banco BBA, de Fernão Bracher).

5 - 28/03/1995

QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA,

Discussão de matérias diversas.

p. 6 No bojo de projeto que trata da vedação à importação de carros, o Sen. Espiridião Amin diz que é contra a política cambial atual, que gera déficits na balança comercial.

p. 26 e 27 Sen. Gilberto Miranda, Eduardo Suplicy, Espiridião Amin e Jeferson Peres discutem sobre a realização de reunião secreta com o presidente do BC, em continuidade à reunião anterior, para tratar dos problemas de vazamento de informação sobre mudança cambial.

6 - 04/04/1995

QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.

Discussão de matérias diversas.

O Senhor Presidente, Sen. Gilberto Miranda, submete à apreciação da Comissão requerimento de sua autoria, solicitando ao Banco Central a remessa diária à CAE da posição das reservas cambiais brasileiras. Em discussão o requerimento, falam os Senadores Beni Veras, Edison Lobão, Eduardo Suplicy e Gilberto Miranda. Fica acertada a formação de um grupo de Senadores que se responsabilizariam por arregimentar informações junto ao Banco Central, a fim de manter informados os Senhores membros da Comissão sobre as referidas reservas cambiais, bem como de outros assuntos de interesse da Comissão de Assuntos Econômicos.

p. 6-14 Senadores Espiridião Amin, Gilberto Miranda e Ramez Tebet reclamam que os ministros, quando convocados pela comissão, não passam as informações necessárias ao debate, mesmo informações que já estão disponíveis e logo em seguida surgem nos jornais. O Sen. Espiridião Amin questiona se o Senado está cioso de suas prerrogativas, no que é apoiado pelo presidente Gilberto Miranda.

p. 10 O Sen. Jeferson Peres faz a defesa dos ministros, dizendo que há informações difíceis de divulgar, por causarem turbulência econômica indevida.

p. 14 Sen. Vilson Kleinubing apresenta a possibilidade de se fazer um tomada de informações econômicas freqüente.

7 - 06/04/1995

SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.

Exposições dos senhores JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e GUILHERME LEITE DA SILVA DIAS, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, a respeito da "dívida dos agricultores e a comercialização da safra agrícola 1994/95".

p. 13 Senador Osmar Dias diz que não vai discutir o câmbio pois foi uma questão já muito discutida.

p. 34 Sen. Eduardo Suplicy afirma que "a valorização rápida e continuada do real mostrou seus efeitos sobre a balança comercial".

No geral, a discussão sobre a safra 94/95 e sua comercialização, por parte dos senadores, não se aprofundou na questão cambial.

8 - 11/04/1995

SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA,

Apreciação de diversas matérias.

9 - 18/04/1995

OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA,

<p>Exposição do Presidente do Banco Central do Brasil, Doutor PÉRSIO ARIDA, sobre Política Cambial, em atendimento ao requerimento Nº 01/95-CAE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy.</p> <p>Esta reunião foi conseqüência da reunião anterior de 21 de março de 1995, que se preocupou sobretudo com o vazamento de informações que poderia ter dado ensejo a ganhos com a mudança da banda cambial (que desvalorizou o real e implementou uma banda formal). A reunião foi secreta pois, como combinado anteriormente, o presidente do BACEN deveria apresentar dados sobre perdas e ganhos de instituições financeiras no mercado de câmbio.</p>
<p>10 - 25/04/1995 NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA,</p>
<p>Apreciação de diversas matérias.</p> <p>p. 5 Sen. Espiridião Amin diz que se for para convocar o Ministro Malan para falar de algum assunto (a discussão era sobre um requerimento para esclarecer questões de natureza tributária), a conversa vai se direcionar para discutir questões de juros.</p>
<p>11 - 04/05/1995 DÉCIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA,</p>
<p>Apreciação de diversas matérias.</p>
<p>12 - 11/05/1995 DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA,</p>
<p>Exposição do senhor Almirante de Esquadra, Mauro César Rodrigues Pereira, Ministro da Marinha, sobre "o Programa Nuclear Desenvolvido no âmbito do seu Ministério".</p>
<p>13 - 16/05/1995 DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E OITAVA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA,</p>
<p>Exposição dos senhores FRANCISCO SCHETTINO, Presidente da Companhia VALE DO RIO DOCE, MARCONI TARBES VIANNA, Presidente da SALOBO METAIS Ltda., subsidiária da CVRD e EDMAR BACHA, Presidente do BNDS, em atendimento aos requerimentos nº 002/95-CAE e nº 05/95-CI, de autoria dos Senadores Jader Barbalho e José Eduardo Dutra, respectivamente, sobre os seguintes assuntos: privatização da Companhia Vale do Rio Doce; alternativa econômica de localização da metalúrgica do Projeto Cobre Salobo - cobre/ouro/prata.</p> <p>p. 26 e 34 Sen. Jader Barbalho questiona a coerência de se privatizar para combater a dívida pública e manter uma política de juros altos, que suga esses recursos.</p>
<p>14 - 23/05/1995 DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA,</p>
<p>Apreciação de diversas matérias.</p>
<p>15 - 30/05/1995 DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS , DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>

Exposição do senhor Sérgio Cutolo Santos, Presidente da Caixa Econômica Federal, em atendimento aos requerimentos nº 004/95-CAE e nº 05/95-CAE, de autoria dos Senadores Freitas Neto e Ademir Andrade, respectivamente, sobre os seguintes assuntos: reestruturação administrativa da Caixa Econômica Federal; montante dos recursos destinados à habitação no âmbito federal, em 1995, discriminando os destinados à habitação popular e demais categorias habitacionais; montante dos recursos alocados e desembolsados nas regiões e nos estados, nos dois últimos anos; bem como previsão para o ano em curso e critérios utilizados para sua distribuição, avaliação quanto às razões que têm determinado as invasões dos conjuntos habitacionais em construções e ações e soluções adotadas diante das invasões e dos casos de inadimplência.

16 - 06/06/1995

DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA

Discussão de diversas matérias.

Há uma discussão extensa entre os senadores sobre a conveniência de trazer o ex-presidente do Banco Central, Sr. Pérsio Arida, à CAE (o Sr. Pérsio Arida foi convidado a participar duma futura reunião pelo presidente Gilberto Miranda, não foi convocado). Para os sen. Eduardo Suplicy e Geraldo Melo é uma oportunidade de enriquecer o debate, para os sen. Ney Suassuna e Vilson Kleinubing seria um constrangimento para a ex-autoridade. A questão de fundo para os governistas é o desgaste do governo e de sua política. Houve a votação de um requerimento do Sr. Ney Suassuna para primeiro ouvir o candidato Gustavo Loyola e depois ouvir o Sr. Pérsio Arida, numa reunião posterior; o requerimento foi vencedor (p. 16).

p. 2-3 Sen. Eduardo Suplicy comenta sobre a próxima reunião que tratará da saída do Sr. Pérsio Arida da Presidência do Banco Central e sua substituição pelo Sr. Gustavo Loyola. O sen. faz referência à necessidade de votar uma lei sobre o preenchimento dos cargos de diretoria no Banco Central. Inclusive propõe que se vote rápido um projeto dessa natureza que já passou pelo Senado Federal e agora tramita na Câmara dos Deputados.

p. 4-5 O Sen. Geraldo Melo comenta vários aspectos referentes ao Banco Central. O primeiro diz respeito à necessidade de impedir conflito de interesses entre setor público e privado, o que exige quarentena e regras de acesso para a diretoria do Banco Central. Preocupa-se também com os amplos poderes do Banco Central, que é tanto executivo (pois executa ações), legislativo (pois cria regras) e judiciário (pois põe e tira bens em disponibilidade quando faz intervenção). Para ele, não se pode falar em autonomia da instituição com tantos poderes. Para o sen., o Banco Central tem tantos poderes que é o efetivo formulador da política econômica do governo. Finaliza o discurso dizendo que essa discussão deve se iniciar no Senado Federal.

p. 12-13 Sen. Carlos Bezerra diz que o Sen. vai, infelizmente, aprovar um novo presidente do Banco Central que tem vinculações com o setor privado. Pior, o Banco Central é submetido aos interesses do setor privado.

17 - 08/06/1995

DÉCIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.

Sabatina do Sr. Gustavo Loyola para o cargo de presidente do Banco Central. Relator Sen. Pedro Piva. Resultado: 24 votos favoráveis e 2 contrários.

p. 17 Sen. Jefferson Péres questiona Sr. Gustavo Loyola se a quarentena é efetiva em seus objetivos.

p. 21 Sen. João Rocha preocupa-se com o alto nível dos juros no país. Acrescenta que a receita pública é voltada toda para o segmento financeiro da economia. As receitas públicas crescem mas são voltadas para pagamentos de juros aos bancos.

p. 27 Sen. Espiridião Amin questiona sobre a necessidade de quarentena obrigatória para a diretoria do Banco Central.

p. 37 Sen. Eduardo Suplicy explicita a análise de vários economistas proeminentes sobre a insustentabilidade das políticas cambial (real sobrevalorizado) e monetária (juros altos). O Senador aponta um conflito entre os objetivos internos, pelo lado real da economia, e os juros altos necessários para sustentar o câmbio.

p. 46-47 O Sen. Roberto Requião diz que o Congresso Nacional não cumpre suas prerrogativas em termos de matéria financeira, cambial e monetária. O presidente do Banco Central deveria estar sendo sabatinado sobre como iria cumprir as políticas criadas pelo Congresso, mas este se furta a esta tarefa.

p. 66 O Sen. Freitas Neto pergunta ao Sr. Gustavo Loyola se ele manterá a política atual de juros ou adotará uma estratégia mais gradualista.

p. 73 Sen. Pedro Simon comenta que o governo diminuiu demais o número de membros do CMN (apenas 3).

p. 74-75 Sen. Pedro Simon reclama que os juros no Brasil estão altos. Sempre estão altos, sob a desculpa que isso é transitório e para controlar a inflação.

p. 77-8 Sen. Eduardo Suplicy diz que é importante votar a questão da quarentena no Banco Central, e devido a essa necessidade, por princípio vai votar contra a indicação do Sr. Gustavo Loyola. O sen. ainda aponta que se deve reconsiderar a atual política cambial, pois ela leva a juros altos.

18 - 13/06/1995

DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.

Discussão do PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, DE 1993, que "Cria o Programa de Crédito Rural Equivalência-Produto", de autoria do Senador Ney Maranhão.

19 - 20/06/1995

DÉCIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E DÉCIMA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.

Exposição do Doutor ADIB JATENE, MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, sobre "financiamento da saúde".

20 - 27/06/1995

DÉCIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.

p. 10-1 O pres. da comissão, Sen. Gilberto Miranda, pede aos membros da comissão que conversem com seus líderes para impedir que se dê a todos os projetos de autorização para emissão de títulos o regime de urgência urgentíssima, pois, na visão dele, é necessário que a comissão os aprecie antecipadamente.

p. 12 Sen. Geraldo Melo diz que os juros altos estabelecidos pela tecnocracia federal quebram os estados. Os governadores, prejudicados pela prática dos juros altos, não podem opinar na determinação da taxa.

p. 13-4 Sen. Vilson Kleinubing diz que é importante a comissão analisar os projetos, pois na Plenário é impossível fazê-lo.

p. 17-8 Sen. Espiridião Amin diz que a CAE deve resguardar as prerrogativas do Senado Federal no que diz respeito ao endividamento público. Diz também que o Executivo está ignorando o Senado no que diz respeito à programação monetária, pois só no final do 2º trimestre ele manda a programação monetária para o segundo trimestre.

Todo o início da reunião tem a preocupação dos senadores de que o juro está alto, mas a preocupação real é com os estados e sua dívida. Apenas o sen. Pedro Piva faz referência às empresas privadas.

Surge uma discussão interessante na comissão. Os sen. Gilberto Miranda, Espiridião Amin e outros acham importante resguardar as prerrogativas da CAE, mas que isso deve ser feito por cada senador dentro de seu partido. O sen. Vilson Kleinubing já acha que a CAE deve comunicar aos líderes que não se deve conceder urgência urgentíssima para os pedidos de endividamento.

A comissão discute se deve continuar autorizando a rolagem da dívida dos estados em 100%. A maioria acha que deve ser sinalizada a decisão de rolar menos de 100% do principal mais juros, de forma a exigir que os estados se comprometam com algum pagamento. Nestes termos é aprovada a rolagem da dívida do estado do Rio de Janeiro no valor de 98%. Isto é visto como uma forma de resguardar as prerrogativas do Senado Federal, de acordo com a EC nº 3, art. 5º, que impede a rolagem total da dívida dos estados.

21 - 08/08/1995

REALIZADA CONJUNTAMENTE EM 08 DE AGOSTO DE 1995, ÀS 10:40 HORAS.

VIGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DO SENADO FEDERAL E DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.

Exposição dos senhores JOSÉ SERRA, MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO e RAIMUNDO BRITO, MINISTRO DE ESTADO DAS MINAS E ENERGIA, sobre a "PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA ELETROBRÁS".

22 - 10/08/1995

VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.

Exposição dos senhores LUIZ FELIPE LAMPRÉIA, MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E JOSÉ ISRAEL VARGAS, MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, sobre o PLC Nº 115/93, que dispõe sobre "PROPRIEDADE INDUSTRIAL"

Aprovados vários requerimentos para convocação de autoridades, inclusive o Ministro da Fazenda.

23 - 15/08/1995

VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA,

p. 3-4 Sen. Gilberto Miranda (pres. da CAE) apresenta requerimento de convocação do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central para discutir a situação das instituições financeiras em dificuldades (as sob intervenção e as que estão recorrendo ao redesconto).

p. 5 Sen. Vilson Kleinubing diz que a comissão deve apresentar uma proposição que impeça o governo de salvar qualquer empresa mal administrada, pública ou privada, financeira ou não, com dinheiro público.

p. 5 Sen. Gilberto Miranda (pres. da CAE) diz que qualquer Senador pode fazer a proposição, dando a entender que não precisa ser a comissão.

p. 6-7 Sen. Espiridião Amin e Jefferson Peres dizem que não querem estar presente em reunião secreta sobre a situação dos bancos, pois toda a informação será vazada e tornada pública. Sen. Gilberto Miranda (pres. da CAE) diz que só em reunião secreta o Ministro da Fazenda e o presidente do BACEN aceitariam participar.

p. 9 Sen. Espiridião Amin quer que na convocação o Ministro da Fazenda e o pres. do BACEN esclareçam também a composição das reservas, pois está entrando muito capital especulativo no Brasil para receber os juros mais altos do mundo.

Há uma intensa discussão na comissão sobre o montante de rolagem de dívida dos Estados que deve ser permitido e aprovado. Todos concordam que os juros estão altos e os estados em péssima condição financeira. Todos concordam que também é necessário que os estados comecem a pagar parte da dívida, e não rolar 100%. Contudo, o problema é como começar, e com quem.

Discute-se também que o Senado não tem controle sobre a emissão feita pelo Tesouro Nacional, e sobre a troca de títulos estaduais por federais. Segundo os Senadores, a União não respeita o Senado e age sem critério.

p. 28 O sen. Jefferson Péres diz que a taxa de juros no Brasil está submetida a duas pressões: estrutural e conjuntural. A estrutural refere-se à necessidade de rolar a dívida pública, e a conjuntural é para combater a inflação via demanda. Ele afirma que mesmo sem a pressão conjuntural, os juros seriam altos devido à pressão estrutural.

24 - 22/08/1995

VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.

O senhor Presidente solicita ao Senador Carlos Patrocínio que proceda à leitura do parecer oferecido pelo Senador Jefferson Peres (ausente da reunião) à INDICAÇÃO Nº 005/95, "Do Senhor Senador Ernandes Amorim, indicando seja objeto de estudo pela Comissão de Assuntos Econômicos, obter depoimentos e informações de autoridades da área econômica, em particular do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central do Brasil, bem como de pessoas indicadas para tais cargos pelo Presidente da República.". Não havendo quem queira discutir, o parecer contrário do relator é submetido a votação e é aprovado.

Há uma discussão, um sentimento geral na comissão, que as taxas de juros no Brasil estão altas demais. Todos são concordes nesse diagnóstico. Alguns, como o Sen. Espiridião Amin preocupam-se com a dependência do capital especulativo de curto prazo. Outros preocupam-se com a solvência das empresas e pessoas físicas. Os que defendem o governo, como por exemplo o sen. Jefferson Péres, tentam argumentar que a taxa é necessária para preservar o Plano Real.

25 - 29/08/1995

VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.

Durante a reunião os secretários estaduais da fazenda relatam as dívidas de seus estados. Todos estão enfrentando grandes dificuldades, com boa parte da receita comprometida com o pagamento de juros da dívida e pessoal. É notado também que os juros praticados nacionalmente oneram as dívidas estaduais. Toda essa discussão está relacionada ao problema da rolagem das dívidas estaduais e a aprovação de uma nova resolução do Senado que trate do assunto.

p. 55 O Sen. Vilson Kleinübing coloca a questão da necessária renegociação das dívidas estaduais.

p. 62 O Sen. Gilberto Miranda (pres. da CAE) diz que a solução para a questão do endividamento dos Estados, por meio de uma nova resolução, deve ser encaminhada por meio dos Líderes partidários. Ele conclama os membros da CAE a tratarem desse assunto com seus respectivos líderes. Ainda, ele explicita que a política de juros altos é derivada da política de câmbio controlado.

26 - 30/08/1995

VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.

Apreciação da Pauta-Extra, MSF Nº 285/95, que "solicita autorização do Senado Federal, para contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 50,000,000.00, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Conservação e Reabilitação Ambiental da Companhia Vale do Rio Doce-CVRD.

27 - 12/09/1995

VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.

Exposição do senhor PAULO CESAR XIMENES, PRESIDENTE DO BANCO DO BRASIL, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 12/95-CAE, DE AUTORIA DO SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA, SOBRE A "ATUAL SITUAÇÃO FINANCEIRA DO BANCO E O PROGRAMA DE DEMISSÕES VOLUNTÁRIAS DE FUNCIONÁRIOS".

<p>28 - 12/09/1995</p> <p>VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Exposição dos senhores JOÃO UMBELINO DOS SANTOS REPRESENTANTE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E DOM RAIMUNDO DAMASCENO SECRETÁRIO GERAL DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS BRASILEIROS, SOBRE O PLC Nº 115/93 QUE "REGULA DIREITOS E OBRIGAÇÕES RELATIVOS À PROPRIEDADE INDUSTRIAL"</p> <p>Faltaram as notas taquigráficas.</p>
<p>29 - 13/09/1995</p> <p>VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>A reunião é de exposição dos senhores SECRETÁRIOS ESTADUAIS DE PLANEJAMENTO "SOBRE PERSPECTIVAS DE INVESTIMENTOS FACE O ATUAL QUADRO DE ENDIVIDAMENTO".</p> <p>Sen. Wilson Kleinübing, Jefferson Péres e Roberto Requião dizem que é a folha de salários que está comprometendo as finanças dos estados. Roberto Requião faz referência à Lei Camata, que exige dos governadores que gastem apenas 60% de suas receitas com salários. Vários senadores cobram uma reforma administrativa que possibilite o corte de gastos nos estados, não só de pessoal, mas também que flexibilize despesas então fixas. Estes pontos já foram discutidos na reunião com os secretários de Fazenda ocorrida anteriormente.</p>
<p>30 - 14/09/1995</p> <p>VIGÉSIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Apreciação de diversas matérias.</p> <p>Convocação de vários ministros para falarem sobre o SIVAM.</p> <p>Faltaram as notas taquigráficas.</p>
<p>31 - 19/09/1995</p> <p>TRIGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Apreciação dos dispositivos destacados do PLC Nº 115/93 PLC Nº 115 de 1993, que "regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial". Não houve quorum e a reunião foi encerrada</p>
<p>32 - 26/09/1995</p> <p>TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>

<p>A Comissão discute um projeto do sen. Pedro Simon que pretende controlar a demanda pela alta do IPI, ao invés dos juros. Alguns acham a idéia promissora, pois ao invés de transferir recursos para os bancos por meio dos juros, iria transferir recursos para o governo.</p> <p>Outros apontam problemas, como por exemplo a pouca abrangência do IPI (que incide sobre poucos produtos), já haver a possibilidade do governo elevar o IPI por meio de decreto, e também o advento da reforma tributária, que faria a proposta um pouco inconveniente.</p> <p>Todos são concordes em que os juros estão altos, e alguns acham que a demanda não é a razão, mas sim um conluio entre a equipe econômica e os bancos.</p> <p>Ao final o projeto é retirado pelo autor, sen. Pedro Simon.</p> <p>A comissão vota duas proposições que autorizam o CMN a emitir papel-moeda nos anos de 1990 e 1991.</p> <p>A comissão rejeita projeto que autoriza o Banco Central do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira. Quase não houve discussão sobre a matéria.</p>
<p>33 - 27/09/1995</p> <p>TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Apreciação de diversas matérias.</p>
<p>34 - 03/10/1995</p> <p>TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 1995, ÀS 10:23 HORAS.</p>
<p>Reunião destina-se à exposição dos senhores PEDRO MALAN, MINISTRO DA FAZENDA E JOSÉ SERRA, MINISTRO DO PLANEJAMENTO, SOBRE "O ENDIVIDAMENTO DOS ESTADOS, MUNICÍPIOS E DISTRITO FEDERAL</p>
<p>35 - 04/10/1995</p> <p>TRIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Exposição do senhor NÉLSON JOBIM, MINISTRO DA JUSTIÇA, sobre "as relações entre o SIPAM e ações da Polícia Federal/FUNAI", objetivando a instrução da tramitação da Mensagem nº 284/95, relativa ao Projeto SIVAM.</p>
<p>36 - 05/10/1995</p> <p>TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Apreciação de diversas matérias.</p>
<p>37 - 17/10/1995</p> <p>TRIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>

<p>Debate sobre o "ENDIVIDAMENTO DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO", COM A PRESENÇA DOS SENHORES GOVERNADORES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL.</p> <p>Não se discutiram as políticas monetária e cambial.</p>
<p>38 - 24/10/1995</p> <p>TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Apreciação de diversas matérias.</p>
<p>Trigésima oitava reunião: arquivo não disponível.</p>
<p>38 - 26/10/1995</p> <p>TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>EXPOSIÇÃO DO SENHOR MINISTRO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, JOSÉ EDUARDO ANDRADE VIEIRA, SOBRE "AS RELAÇÕES ENTRE O SIPAM E AÇÕES AGROPECUÁRIAS", objetivando a instrução da tramitação da MSF Nº 284/95, relativa ao PROJETO SIVAM.</p> <p>Apreciam-se alguns requerimentos também.</p>
<p>39 - 31/10/1995</p> <p>QUADRAGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>

p. 11 Apreciação das programações monetárias do 2º e 3º trimestre de 1995. O relator foi o Sen. Espiridião Amin que considera que as programações monetárias são momentos adequados para se discutir a perspectiva dos juros e do crédito no país. Não obstante, a programação do 2º trimestre (Mensagem 227, de 1995) chegou atrasada ao CN. Já a do 3º trim. (Mensagem 277, de 1995), o parecer foi feito antes do encerramento do trimestre, mas discutido depois. O sen. relator chama a atenção para que o Executivo cumpra os prazos de encaminhamento da matéria ao CN, inclusive sugerindo que se exija o envio da programação do 1º trim. de 1996 no prazo, pois a do 4º trim. de 1995 já está atrasada.

Os projetos são aprovados sem discussão. Apenas a programação do 3º trim. é aprovada com o voto contra do Sen. Lauro Campos, que pediu seu arquivamento.

p. 13 O presidente da CAE (sen. Gilberto Miranda) esclarece que cabe apenas à CAE esperar, pois não há sanção ao Executivo pelo atraso no envio. Ele sugere que não se vote as matérias vindas do Executivo ou que se rejeite as programações monetárias forçando o Executivo a enviar outras.

p. 13-14 O sen. Espiridião Amin sugere que a CAE faça uma emenda à lei criando uma sanção para o Executivo. Ele recebe o apoio do presidente da CAE que sugere que o sen. faça a emenda e que esta será tida como da comissão. O sen. Espiridião Amin compromete-se a trazê-la não na reunião seguinte, mas na próxima. O sen. Belo Parga já manifesta seu apoio à iniciativa.

p. 24-26 Discussão de projeto do sen. Gilberto Miranda que veda a emissão e venda de letras do Banco Central às instituições financeiras estaduais. O autor esclarece que é incorreto que o CMN – “são três pessoas apenas” – decidam trocar títulos dos estados, por critérios políticos sem falar com o Senado. Depois, ainda, permite que os estados enviem ao Senado mais pedidos de endividamento. A discussão encerra-se a fim de se verificar se a matéria pode ser tratada por resolução ou deve ser mesmo por lei.

p. 25 Sen. Vilson Kleinübing, em passant, declara que é o Senado, a CAE quem determina as políticas do Banco Central. (Afirmou isto no contexto da discussão de matéria, comentando o direcionamento de voto indicado pela Liderança do Governo).

p. 34-35 Senadores. Espiridião Amin, Onofre Quinan e Vilson Kleinübing entram em debate sobre as dívidas interna e externa (projeto de Resolução nº 103, de 1995, que autoriza troca de dívida interna por externa). A interna é vista como mais problemática, pois é de curto prazo e tem juros mais altos. Sobre a dívida externa e seu nível de juros, o sen. Onofre Quinan expressa a seguinte opinião: “É um suicídio brasileiro, que as autoridades da área econômica não enxergam. Se enxergam, não sei lá por que não reformulam essa posição.”

Sen. Kleinübing diz que a dívida interna é a forma mais perversa de concentrar renda com estabilidade de preços.

O Sen. Espiridião Amin diz que a dívida interna é contrapartida do processo de estabilização.

Na votação do projeto de Resolução nº 103, de 1995, o governo é obrigado a apresentar relatório de suas ações referentes à troca de dívida ao Senado Federal. A CAE aprova que se o governo não apresentar o relatório ele incorre em crime de responsabilidade. Após essa aprovação (p. 40), a matéria volta ao Plenário.

40 - 07/11/1995
QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 1995, ÀS 10:00 HORAS.
Discussão geral entre os senadores sobre o programa de saneamento do Sistema Financeiro (as Medidas Provisórias publicadas). O relator designado pela CAE para buscar as informações no Banco Central foi o Sen. Vilson Kleinübing. As principais críticas dos senadores são sobre os juros altos e a socialização das perdas do sistema financeiro – o setor público estaria financiando um sistema que já havia ganho muito e não faz isso para outros setores importantes como indústria e agricultura. O presidente, Sen. Gilberto Miranda, aproveita para sugerir a convocação do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central para debater a questão do Proer e também da aplicação das reservas no exterior. O sen. Espiridião Amin encarece que, se forem convocados o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central, que seja também esclarecida a questão do recadastramento das contas, para saber se o processo já terminou e quais punições foram aplicadas aos membros do Sistema Financeiro. Aprova-se a convocação do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central. Apreciação de diversas matérias.
41 - 07/11/1995
QUADRAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Exposição do Doutor Raimundo Brito, Ministro de Minas e Energia, sobre "As Relações entre o SIPAM e Ações de Recursos Minerais e Energia".
42 - 21/11/1995
QUADRAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
A reunião destina-se à apreciação da MSF Nº 284/95, "Do Senhor Presidente da República solicitando a adequação das Resoluções do Senado Federal nº 91, 93, 95, 96 e 97, de 27 de dezembro de 1994, às condições hoje vigentes, para permitir a implementação do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM)."
43 - QUADRAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO (notas taquigráficas incompletas).
Discussão de matérias diversas.
44 - 28/11/1995
QUADRAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E 2ª DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A APRECIAR A MP Nº 1.179/95; DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.

<p>Exposição dos Senhores PEDRO MALAN, MINISTRO DA FAZENDA e GUSTAVO LOYOLA, PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, sobre os seguintes temas: “informações sobre a situação das instituições financeiras submetidas a regimes especiais; informações sobre a medida provisória nº 1.179/95, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do sistema financeiro nacional; informações sobre as reservas cambiais brasileiras aplicadas no exterior, condições a que estão submetidas, a que taxas e em quais instituições financeiras encontram-se aplicadas; informações sobre o processo de recadastramento de contas bancárias (objeto das resoluções do BACEN nº 2.025 e 2.078); informações sobre punições aplicadas a gestores do sistema financeiro nacional pela abertura de contas fantasmas; e informações sobre a participação societária das entidades do sistema financeiro, ou de suas controladoras, em qualquer atividade empresarial, alheia ao sistema financeiro, em que forem detentoras de pelo menos 5% do capital social.</p> <p>p. 34 Sen. Espiridião Amin diz que gostaria que o Senado tivesse participado da elaboração das Medidas Provisórias do PROER.</p> <p>p. 49 Sen. Eduardo Suplicy comenta, <i>en passant</i>, que o Plano Real teve uma política incorreta de câmbio sobrevalorizado e juros altos.</p> <p>Há posições gerais sobre o tratamento diferenciado e privilegiado que se dá ao setor financeiro.</p> <p>p. 70 O Sen. Pedro Simon reclama da diminuição no número de bancos no Rio Grande do Sul e no Brasil.</p>
<p>45 - 28/11/1995</p> <p>PRIMEIRA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS; RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL; E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Reunião destinada a “Analisar os aspectos relativos ao PROJETO SIVAM em seu inteiro teor”.</p>
<p>46 - 29/11/1995</p> <p>SEGUNDA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS; RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL; E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Discussão do Projeto SIVAM.</p>
<p>47 - 05/12/1995</p> <p>QUADRAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Discussão de diversas matérias.</p> <p>As notas taquigráficas não estavam disponíveis.</p>

48 - 05/12/1995
TERCEIRA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS; RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL; E DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Discussão sobre irregularidades no projeto SIVAM.
49 - 06/12/1995
QUARTA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS; RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL; E DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Discussão sobre o projeto SIVAM.
50 - 12/12/1995
QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Discussão de diversas matérias.
51 - 12/12/1995
QUINTA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS; RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL; E DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Discussão sobre o projeto SIVAM.
52 - 14/12/1995
QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Reunião encerrada por falta de quorum.
53 - 14/12/1995
SEXTA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS; RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL; E DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Discussão do Projeto SIVAM.
1 - 10/01/1996
PRIMEIRA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS; RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL; E DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Discussão e votação de requerimentos (Projeto SIVAM).
2 - 16/01/1996
SEGUNDA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS; RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL; E DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.

Depoimento do Brigadeiro Ivan Frota. (Projeto SIVAM).
3 - 17/01/1996 TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Discussão de diversas matérias.
4 - 24/01/1996 QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Discussão de diversas matérias.
5 - 31/01/1996 QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Discussão de vários créditos. p. 8 Dentro da discussão de uma autorização para dívida externa da CESP, o Sen. Espiridião Amin diz que não está tão preocupado com a dívida externa, que está “domada”, mas sim com a interna. Esta tem juros maiores e é quem dá base para as reservas atraindo capitais de curto prazo, o que é pernicioso para o Brasil. Sen. Lauro Campos manifestasse sempre contra a dívida externa. p. 37 O sen. Carlos Bezerra diz que a política monetária está errada, ela pratica juros muito altos, gera endividamento, gera custos para o Brasil.
6 - 07/02/1996 TERCEIRA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS; RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL; E DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE FEVEREIRO DE 1996, ÀS DEZ HORAS E CINQUENTA E SEIS MINUTOS.
Discussão do relatório do Senador Ramez Tebet, Relator do Projeto SIVAM.
7 - 08/02/1996 SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE FEVEREIRO DE 1996, ÀS 10:21 HORAS.
Discussão de matérias diversas.
8 - 13/02/1996 QUARTA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS; RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL; E DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 1996, ÀS DEZ HORAS E VINTE MINUTOS.
Leitura e discussão dos votos em separado, bem como a discussão e votação dos relatórios oferecidos à Mensagem nº 284/95.
9 - 28/02/1996 PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.

Sen. Espiridião Amin discute questões do PROER. Aprovam-se requerimentos de convocação do governador de São Paulo, Mário Covas e seu Secretário de Fazenda, Yoshiaki Nakano para falarem da situação do Banespa. Requerimento para convocação do Ministro Pedro Malan, do Presidente do BACEN, Gustavo Loyola, outros diretores do BACEN e alguns representantes de empresas financeiras e empresas de auditoria. A discussão geral é sobre o PROER.

10 - 06/03/1996

SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.

Discute-se a carta enviada pelo senhor CLARIMUNDO JOSÉ DE SANT'ANA, Vice-Presidente do Banco Nacional S/A, justificando o seu não comparecimento perante a Comissão.

O sen. Eduardo Suplicy reitera sua preocupação com a socialização de perdas que o PROER engendra, por meio de subsídios creditícios aos bancos em dificuldades.

O sen. José Fogaça aponta a impunidade como um dos pontos fulcrais, no sistema financeiro, a ser combatido no momento.

p. 8 O sen. Espiridião Amin diz que é um erro o não comparecimento do convidado à CAE, mas que ainda não é o caso de se fazer uma CPI.

p. 10 É criado grupo de trabalho para discutir o Proer, com vistas a apresentar projeto de resolução que permitisse um maior controle sobre as atividades do Banco Central com relação ao Proer.

p. 16 O Sen. Espiridião Amin acusa o Senado de ter aberto mão de suas prerrogativas em relação ao endividamento dos estados (por meio da resolução 70/95) ao permitir que as dívidas sejam feitas pelos critérios do CMN.

p. 21 Sen. Pedro Piva diz que prefere a assunção de dívidas externas, e não interna, por ser mais barata.

p. 23 Projeto do sen. Gilberto Miranda que obriga o Banco Central a enviar mais informações sobre a política monetária, sistematicamente, à CAE, a fim de subsidiar a questão da programação monetária trimestral.

11 - 07/03/1996

TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.

Lê-se e discute-se a carta enviada pelo senhor ADILSON FERREIRA, Chefe do Departamento de Fiscalização do Banco Central do Brasil S/A, justificando o seu não comparecimento perante a Comissão. Fica acertado que seja novamente convidado a o Senhor ADILSON FERREIRA, Chefe do Departamento de Fiscalização do Banco Central do Brasil S/A, para prestar esclarecimentos acerca dos procedimentos contábeis utilizados pelo Banco Nacional.

12 - 12/03/1996

QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 1996, ÀS 10:40 HORAS.

<p>Lê-se e discute-se a carta enviada pelo senhor ADILSON FERREIRA, Chefe do Departamento de Fiscalização do Banco Central do Brasil S/A, alegando estar impossibilitado de comparecer perante a Comissão em virtude de viagem a serviço. Fica acertado que seja novamente convidado a o Senhor ADILSON FERREIRA, Chefe do Departamento de Fiscalização do Banco Central do Brasil S/A , para prestar esclarecimentos acerca dos procedimentos contábeis utilizados pelo Banco Nacional. As notas taquigráficas não correspondem à ata da reunião.</p>
<p>13 – 19/03/1996 QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Discussão de diversas matérias.</p>
<p>14 – 20/03/1996 SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Leitura de correspondências.</p>
<p>15 – 21/03/1996 SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Exposição do Senhor MÁRIO COVAS, Governador do Estado de São Paulo, acerca do equacionamento da situação do Banco do Estado de São Paulo S/A – BANESPA.</p>
<p>16 – 26/03/1996 OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Exposição dos Senhores Cláudio Mauch, Diretor de Normas e Organização do Banco Central do Brasil; Adilson Ferreira, Chefe do Departamento de Fiscalização; e Luiz Carlos Alvarez, Chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro para que procedam seus depoimentos acerca dos “procedimentos contábeis utilizados no Banco Nacional”.</p> <p>p. 21 Sen. José Fogaça questiona o Diretor Claudio Mauch sobre o que ele acha da separação do Banco Central entre autoridade monetária e autoridade de fiscalização.</p>
<p>17 – 27/03/1996 NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Exposição dos Senhores Cláudio Mauch, Diretor de Normas e Organização do Banco Central do Brasil; Adilson Ferreira, Chefe do Departamento de Fiscalização; e Luiz Carlos Alvarez, Chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro sobre os “procedimentos contábeis utilizados no Banco Nacional”.</p>
<p>18 – 28/03/1996 DÉCIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>p. 58 Sen. José Fogaça critica a política de juros altos praticada no Brasil.</p>
<p>19 – 09/04/1996 DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Discussão com o presidente da CVM sobre critérios de auditoria.</p>

<p>20 – 10/04/1996</p> <p>DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p> <p>Apreciação do Senado Federal sobre indicados ao cargo de Presidente e Conselheiros do CADE.</p> <p>GESNER JOSÉ OLIVEIRA FILHO, aprovada a indicação para Presidente do CADE por 14 votos favoráveis, um contrário e três abstenções, ANTÔNIO CARLOS FONSECA DA SILVA, aprovada a indicação para Conselheiro do CADE por 13 votos favoráveis, dois contrários e três abstenções, LEÔNIDAS RANGEL XAUSA, aprovada a indicação para Conselheiro do CADE por 14 votos favoráveis, um contrário e três abstenções, LÚCIA HELENA SALGADO E SILVA, aprovada a indicação para Conselheira do CADE por 13 votos favoráveis, dois contrários e três abstenções, PAULO DYRCEU PINHEIRO, aprovada a indicação para Conselheiro do CADE por 13 votos favoráveis, dois contrários e três abstenções; e RENAULT DE FREITAS CASTRO, aprovada a indicação para Conselheiro do CADE por 13 votos favoráveis, dois contrários e três abstenções.</p>
<p>21 – 11/04/1996</p> <p>DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p> <p>Exposição do senhor Pedro Malan, Ministro da Fazenda, acompanhado pelo Presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, acerca “dos procedimentos contábeis utilizados no Banco Nacional”.</p> <p>p. 17 Sen. Júnia Marise questiona o alto volume da dívida pública (19% do PIB), preocupando-se com a necessária elevação dos juros para fazer a rolagem dos títulos.</p> <p>p. 38 Sen. Pedro Simon manifesta a exigência que a Câmara dos Deputados vote projeto sobre quarentena dos membros do Banco Central que já foi aprovado no Senado.</p> <p>p. 64 Sen. Ney Suassuna preocupa-se com a regulamentação do art. 192 da CF, no sentido de melhorar a solidez do sistema financeiro.</p> <p>p. 70 Sen. Antonio Carlos Valadares pergunta quando os juros vão cair no Brasil. No geral, as preocupações dos senadores são com os prejuízos que vão ser assumidos pelo Tesouro no processo do Proer. Preocupam-se também com a existência de fraudes não apuradas e não punidas pelo Estado. Os palestrantes são incisivos em dizer que as fraudes e os crimes estão sendo apurados pela Justiça, pois todos os problemas são enviados ao Ministério Público. Muitos senadores questionam a ajuda ao setor financeiro e não ao setor produtivo da economia.</p>
<p>22 – 16/04/1996</p> <p>DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p> <p>Exposição dos senhores MARCO AURÉLIO MACIEL, Diretor da KPMG - Auditores, (continuação da reunião iniciada em 28.03.96), MARCOS MAGALHÃES PINTO E EDUARDO MAGALHÃES PINTO, controladores do Banco Nacional, acerca dos procedimentos contábeis utilizados no Banco Nacional.</p> <p>p. 28 Sen. Suplicy comenta, em passant, que os juros estão altos e causam inadimplência.</p>

23 – 17/04/1996 DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Discussão de diversas matérias.
24 – 18/04/1996 DÉCIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Discussão de matérias diversas e exposição do Presidente do Banco do Brasil, Doutor Paulo César Ximenes, acerca “dos empréstimos concedidos com garantia de CDI, por aquela instituição financeira” (relacionados à situação no Sistema Financeiro e o PROER).
25 – 23/04/1996 DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
A reunião tem como finalidade a apreciação do Anteprojeto de Resolução que “dispõe sobre as operações de crédito interno e externo do Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências”; elaborado pelo grupo de trabalho destinado a “elaborar medidas de controle para os atos do poder executivo” Discussão de outras matérias também.
26 – 24/04/1996 DÉCIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
A presente reunião destina-se à exposição do Presidente da Caixa Econômica Federal, Sérgio Cutolo dos Santos, acerca “dos empréstimos concedidos com garantia de CDI, por aquela instituição financeira” (relacionados à situação no Sistema Financeiro e o PROER).
27 – 07/05/1996 DÉCIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Discussão de matérias diversas, entre elas a autorização de troca de dívida do governo de São Paulo com o Banespa, que passará a ser com o Tesouro. Relator da Resolução que autoriza operação de troca de dívida do governo de São Paulo com o Banespa – Sen. Pedro Piva (PSDB/SP).
28 – VIGÉSIMA REUNIÃO.
Não há ata. As notas taquigráficas não correspondem a reunião da CAE.
29 – 08/05/1996 VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Discussão de diversas matérias.
30 – 14/05/1996 VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.

<p>Discussão de diversas matérias, entre elas a autorização do empréstimo do Tesouro ao governo de São Paulo para equacionamento da dívida com o BANESPA.</p> <p>p. 26 Sen. Requião diz que a indexação da dívida de São Paulo ao câmbio é problemática, pois o país está perto de quebrar, de ter uma desvalorização do câmbio de 25%, porque a agricultura e a indústria estão com muitos problemas devido ao câmbio.</p> <p>p. 28 Sen. João Rocha não se preocupa com a variação cambial, “A variação cambial não me preocupa muito porque, normalmente, ela acompanha a inflação, é vegetativa, pelo menos segue um raciocínio mais lógico.”</p> <p>p. 31 Sen. Espiridião Amim diz que a cláusula da variação cambial é uma temeridade, que vai estourar logo.</p>
<p>31 – Sem data</p> <p>Reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Fiscalização e Controle do Senado Federal.</p>
<p>Reunião conjunta trata do SIVAM.</p>
<p>32 – 28/05/1996</p> <p>VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Não houve quorum para deliberação.</p>
<p>33 – 04/06/1996</p> <p>VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Discussão sobre a convocação de economistas para tratar da conjuntura econômica. Não há quorum para deliberação, havendo apenas discussão.</p> <p>p. 3 Sen. João Rocha preocupa-se com a questão das reservas, e explicita a relação do nível de reservas com o dívida interna. Completa que a política “financeira monetária está totalmente errada”.</p> <p>p. 5-6 Sen. Roberto Requião diz que a política cambial, como está, prejudica muito a indústria e a agricultura, mas se for mudada trará inflação. Ainda, diz que o plano de estabilização está errado ao confiar só na política de juros para conter a inflação, faltaram políticas industrial e comercial. O governo deve mudar com cuidado a política cambial.</p> <p>p. 10-11 Sen. Gilberto Miranda (Presidente da CAE) diz que a comissão e o Senado em geral não tratam da forma dura, necessária, os assuntos econômicos, pois a economia vai mal e a base do governo só elogia os ministros.</p> <p>p. 16 Sen. Lauro Campos diz que a política cambial está comprometendo todas as possibilidades de produção interna.</p>
<p>34 – 11/06/1996</p> <p>VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Discussão de diversas matérias.</p> <p>p. 56 Sen. Roberto Requião diz que indexar dívidas ao câmbio pode ser muito perigoso. Mais oneroso que os juros da dívida interna.</p>
<p>35 – 18/06/1996</p> <p>VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>

Discussão de diversas matérias.
36 – 25/06/1996 VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Discussão de diversas matérias. Assim como em outras reuniões, os membros preocupam-se com o nível de juros praticados nas operações de ARO (p. 16).
37 – 25/06/1996 VIGÉSIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Exposição dos senhores GUSTAVO FRANCO, DIRETOR DA ÁREA INTERNACIONAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL; E MURILO PORTUGAL, SECRETÁRIO DO TESOURO; para que procedam suas exposições acerca DA MENSAGEM Nº 156/96, REFERENTE A “RESTRUTURAÇÃO DOS BÔNUS DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA” finda a exposição iniciam-se os debates com a participação dos Senadores Roberto Requião, Gerson Camata, Eduardo Suplcy, Vilson Kleinübing, Esperidião Amin, Geraldo Melo e Ney Suassuna, encerrados os debates passa-se a segunda parte da reunião, sendo concedida a palavra ao SENHOR CLÁUDIO MAUCH, DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO - BACEN, para que proceda sua exposição sobre as IRREGULARIDADES APURADAS NO BANCO NACIONAL. p. 38 Sen. Espiridião Amin diz que é bom trocar dívida interna por externa.
38 – 02/07/1996 PRIMEIRA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E CIDADANIA; SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA; E DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 1996, ÀS DEZ HORAS E TRINTA E UM MINUTOS.
Reunião destinada à exposição do Ministro das Comunicações Sérgio Motta; acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 32/96 que “dispõe sobre os serviços de telecomunicações e sua organização sobre o órgão regulador, e dá outras providências”
39 – 03/07/1996 SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Discussão de créditos do governo do estado de São Paulo e da prefeitura de São Paulo.
40 – 10/07/1996 SEGUNDA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E CIDADANIA; SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA; E DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 1996, ÀS DEZ HORAS E TRINTA E SEIS MINUTOS.
Reunião destinada à discutir o Projeto de Lei da Câmara nº 32/96 que “dispõe sobre os serviços de telecomunicações e sua organização sobre o órgão regulador, e dá outras providências”.
41 – 10/07/1996 QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.

Discussão de matérias diversas.
42 – 16/07/1996 TERCEIRA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E CIDADANIA; SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA; E DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 1996, ÀS DEZ HORAS E TRINTA E SEIS MINUTOS.
Reunião destinada à discutir o Projeto de Lei da Câmara nº 32/96 que “dispõe sobre os serviços de telecomunicações e sua organização sobre o órgão regulador, e dá outras providências” p. 18 Sen. Espiridião Amim comenta que 60% das nossas reservas são dinheiro de “motel” (capitais voláteis de curto prazo). Complementa que se os juros no Brasil caírem esse dinheiro pode ir embora.
43 – 16/07/1996 SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Reunião tem como finalidade o lançamento regional do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1996, das Nações Unidas
44 – 17/07/1996 SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Audiência com autoridades da Polônia e apreciação de projetos diversos.
45 – 24/07/1996 OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
As notas taquigráficas não correspondem à ata da reunião.
46 – 13/08/1996 TRIGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Discussão de diversas matérias. p. 36 e seguintes. Senadores Roberto Requião e Vilson Kleinübing discutem sobre a aplicação das reservas cambiais brasileiras, especificamente sobre quanto ganham as corretoras que fazem as aplicações. p. 41 Sen. Roberto Requião apresenta informação à comissão de que a dívida externa brasileira pode sofrer rebaixamento em sua classificação devido à agência de classificação de risco considerar inadequada a política de juros altos e grande acumulação de reservas sem as reformas fiscal e tributária e sem a eliminação do déficit público. p. 48 Sen. Roberto Requião diz acreditar num crescimento do PIB de 5% para os próximos anos.
47 – 27/08/1996 TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Discussão da troca de títulos da dívida externa (troca dos títulos do plano Brady por novos, de mercado).

48 – 28/08/1996 TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Reunião tem como finalidade ouvir a exposição do senhor GUSTAVO KRAUSE GONÇALVES SOBRINHO, Ministro do Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, acompanhado pelo senhor EDUARDO DE SOUZA MARTINS, Presidente do IBAMA, e pela Dra. ASPÁSIA CAMARGO, Secretária-Executiva do Ministério do Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, acerca do “PACOTE ECOLÓGICO, SUA REPERCUSSÃO NA POSSÍVEL IMPLANTAÇÃO DO QUE SERIA A POLÍTICA PARA INDÚSTRIA DE BASE FLORESTAL DA AMAZÔNIA, REVISÃO DOS PLANOS DE MANEJO FLORESTAL E PROPOSTAS DE REESTRUTURAÇÃO DO IBAMA.
49 – 10/09/1996 TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Exposição do senhor ANTONIO KANDIR, MINISTRO DO PLANEJAMENTO, OBJETIVANDO A INSTRUÇÃO DA TRAMITAÇÃO DO PLC Nº 57/96-COMPLEMENTAR, QUE “DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS E DE COMUNICAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS” Discussão de diversas matérias. p. 9 Ministro Kandir (Planejamento) diz que ao exportar mais o Brasil terá oportunidade de baixar os juros.
50 – 30/10/1996 TRIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Discussão de diversas matérias. Discussão sobre impropriedades na fiscalização, por parte do Banco Central, de empréstimos tomados por entes públicos.
51 – 19/11/1996 TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Reunião destina-se a um simpósio sobre “ A Estrutura Fundiária e a Reforma Agrária” com a presença dos Ministros Arlindo Porto da Agricultura e Raul Jungmann da reforma agrária; e dos senhores Francisco Urbano, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG ; Antônio Ernesto Werna de Salvo, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura -CNA; João Pedro Stedile e Gilmar Mauro da Coordenação do Movimento dos Sem Terra; Francisco Dal’ Chiavon, Presidente da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil-CONCRAB e Luiz Marcos Suplicy Hafers, Presidente da Sociedade Rural Brasileira.

52 – 20/11/1996 TRIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Reunião destina-se à apreciação da MENSAGEM Nº 230/96, do Senhor Presidente da República, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Paolo Enrico Maria Zaghen, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil” p. 19-20 Sen. Jefferson Peres questiona se é possível alongar o perfil da dívida pública brasileira. p. 20-21 Sen. Lauro Campos diz que a política de câmbio está prejudicando a indústria e a atividade econômica nacional, mas não coloca isso como pergunta ao diretor do Banco Central. A discussão geral transita entre Proer, dívidas dos Estados e o fato de que o Presidente não indicou a qual cargo o diretor seria indicado. Resultado: Total: 17 votos; 13 favoráveis e 4 votos contrários. Sen. Suplicy declara que votou favoravelmente.
53 – 26/11/1996 TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação da Programação Monetária relativa ao Quarto trimestre de 1995. O parecer é colocado em votação e aprovado sem discussão. p. 20-21 Sen. José Fogaça comenta o parecer do sen. Espiridião Amim sobre a programação monetária do 4º trimestre de 1995. Faz apenas referência à expansão de M4, devido à entrada de investimentos estrangeiros no Brasil. Demonstra preocupação com a questão cambial, devido ao excesso de capitais hot money – os quais, segundo o sen. estariam diminuindo. p. 21 Sen. Pedro Simon manifesta-se pela quarentena dos diretores do Banco Central. O assunto refere-se a projeto (não identificado) do sen. Valmir Campelo. Não há deliberação da matéria por falta de quorum.
54 – 27/11/1996 TRIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Não há votação, apenas esclarecimentos sobre despachos da Comissão.
55 – 03/12/1996 TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Discussão de diversas matérias.
56 – 04/12/1996 37ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E CIDADANIA E 40ª DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA CONJUNTAMENTE EM 04 DE DEZEMBRO DE 1996, ÀS DEZ HORAS E TRINTA E SETE MINUTOS.
Reunião tem a finalidade de apreciar o parecer, favorável ao Projeto e contrário às Emendas 01 a 20, de autoria do Senador Edison Lobão, oferecido ao Projeto de Lei da Câmara nº 84/96 que “dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.

57 – 05/12/1996 QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
p. 5 Em relação à discussão sobre dívida pública, Sen. Lauro Campos comenta que o próprio Banco Central avisa que o mercado está saturado de títulos, por isso os juros sobem. Segundo o sen., esta é uma das razões porque se recorre à dívida externa.
58 – 05/12/1996 39ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E CIDADANIA E 42ª DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA CONJUNTAMENTE EM 05 DE DEZEMBRO DE 1996, ÀS DOZE HORAS E TRÊS MINUTOS.
Reunião tem a finalidade de apreciar o parecer, favorável ao Projeto e contrário às Emendas 01 a 21, de autoria do Senador Edison Lobão, oferecido ao Projeto de Lei da Câmara nº 84/96 que “dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.
59 – 10/12/1996 QUADRAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Reunião de solenidade de criação de galeria de ex-presidentes da CAE.
60 – 11/12/1996 QUADRAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS; E SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A TRATAR DO ENDIVIDAMENTO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS, REALIZADA CONJUNTAMENTE EM ONZE DE DEZEMBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS, ÀS DEZ HORAS E VINTE E SETE MINUTOS .
Exposição do Senhor Pedro Parente, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, acerca do “ENDIVIDAMENTO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS”
61 – 17/12/1996 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Discussão de créditos diversos, sobretudo os referentes ao Programa de Apoio à Restruturação e ao ajuste Fiscal de Longo Prazo dos Estados (renegociação das dívidas no âmbito da reestruturação do sistema financeiro público).
1 – 15/01/1997 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (EXTRAORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Sen. Gilberto Miranda passa a presidência ao Sen. Francelino Pereira por ser o mais velho, pois passou do PMDB para o PFL. Gilberto Miranda é relator de várias matérias na reunião. Sen. Lauro Campos foi voto vencido em várias discussões de créditos.

2 – 28/01/1997 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (ORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
p. 11 Presidente Francelino Pereira esclarece que a CAE tem votado a rolagem de 98% da dívida dos estados. Quando o Plenário tem interesse, faz um requerimento para votar os 2% restantes. p. 14 Sen. João Rocha discute a federalização das dívidas estaduais. p. 19 Sen. Espiridião Amin é relator da dívida do município de São Paulo.
3 – 30/01/1997 TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (EXTRAORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Discussão de diversas matérias.
4 – 11/03/1997 PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (EXTRAORDINÁRIA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão para o biênio 1997/98. Resultado: Presidente - Senador JOSÉ SERRA, dezoito votos; para Vice-Presidente – Senador FERNANDO BEZERRA , dezoito votos; sendo apurado um voto em branco.
5 – 12/03/1997 SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (EXTRAORDINÁRIA) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Discussão de diversas matérias.
6 – 20/03/1997 TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Discussão de diversas matérias.
7 – 03/04/1997 QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
p. 24 Sen. José Serra (Presidente) e Ramez Tebet discutem, no âmbito da discussão das dívidas dos estados e municípios, o nível dos juros. A posição é que os juros estão muito altos para uma economia com preços estáveis.
8 – 08/04/1997 QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Discussão de diversas matérias, entre elas: apreciação do Senado Federal, o nome dos Senhores PAULO DYRCEU PINHEIRO, em recondução, e ARTHUR BARRIONUEVO FILHO, para exercerem cargos de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE”. Relator: Senador Coutinho Jorge. Resultado: Aprovadas as indicações por quinze votos favoráveis e duas abstenções.

<p>9 – 16/04/1997</p> <p>SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p> <p><u>Programação Monetária relativa ao Terceiro trimestre de 1996.</u> Relator: Senador Esperidião Amin. Parecer: Favorável nos termos do PDS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. <u>Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 1996.</u> Relator: Senador Esperidião Amin. Parecer: favorável, nos termos do PDS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. <u>Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 1996</u>”. Relator: Senador Vilson Kleinübing. Parecer: Favorável, nos termos do PDS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do Relator.</p> <p>p. 9 Várias observações importantes. Sen. José Serra diz que se for necessária resolução, ela vai ser levada ao Plenário e aprovada. Diz também que no Poder Executivo nunca viu a preocupação em saber qual a posição do Senado Federal sobre o endividamento da União.</p> <p>p. 10 Sen. Vilson Kleinübing diz que o governo deve discutir com o Congresso a política monetária.</p>
<p>10 – 22/04/1997</p> <p>SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p> <p>Exposição dos Senhores Pedro Pullen Parente, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; Paolo Enrico Maria Zaghen, Diretor do Banco Central do Brasil; e João Heraldo Lima, Secretário de Fazenda do Estado de Minas Gerais; Objetivando a Instrução da Mensagem, Nº 87/97 (Nº 379/97, na origem) que “Encaminha Contrato Celebrado entre a Caixa Econômica Federal e o Estado de Minas Gerais, no Âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, destinado à Capitalização do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A - Credireal”</p> <p>Discussão sobre empréstimos ao governo de Minas Gerais, em que se envolvem Sen. José Serra, Sen. Espiridião Amin e o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. Fica patente na discussão que os juros cobrados no Brasil, nesta data, são muito altos.</p> <p>Discussão de vários créditos.</p>
<p>11 – 29/04/1997</p> <p>OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p> <p>Discussão de créditos diversos.</p>
<p>12 – 06/05/1997</p> <p>NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p> <p>p. 12-13 Sen. Lauro Campos é relator de projeto do Sen. Cassildo Maldaner que propõe aumentar o número de integrantes do CMN. A discussão é bastante restrita, apenas os Sen. José Serra, Sen. Espiridião Amin e o próprio Lauro Campos. contudo, não tocam no mérito da proposta. O relator pede o envio do projeto para a Comissão de Constituição, para avaliar a proposta. O parecer é aprovado nestes termos.</p> <p>p. 22-24 Sen. Espiridião Amin defende a troca da dívida interna pela externa, por ser mais barata e devido à dívida mobiliária interna não ser controlada pelo Senado.</p>

13 – 13/05/1997

DÉCIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.

Apreciação do Projeto de Lei do Senado Nº 81, DE 1996-COMPLEMENTAR, que “Extingue a Comissão de Valores Mobiliários - CVM”. Autoria: Senador Roberto Requião. Relator: Senador Ney Suassuna. Parecer: Pela Rejeição. Resultado: Aprovado o parecer do Relator. MENSAGEM Nº 56, DE 1997, que “Encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária relativa ao 1º trimestre de 1997, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e estimativas pertinentes”. Relator: Senador Waldeck Ornelas. Parecer: Favorável, nos termos do PDS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do Relator. MENSAGEM Nº 97, DE 1997, que “Encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária relativa ao 2º trimestre de 1997, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e estimativas pertinentes”. Relator: Senador Coutinho Jorge. Parecer: Favorável, nos termos do PDS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do Relator.

p. 3 Sen. Waldeck Ornelas relata a programação monetária do primeiro trimestre de 1997. Assim como as anteriores, foi enviada com atraso ao CN e sua apreciação tornou-se sem sentido. O relator enfatiza esse ponto, dizendo que é necessário fazer gestões junto ao Executivo para que envie as programações dentro do prazo adequado.

p. 6 Sen. Coutinho Jorge relata a programação monetária do segundo trimestre. Ele diz que as regras para apreciação da proposta no CN é inviável, pois ele tem apenas 10 dias para sua apreciação, e a proposta deve tramitar nas duas casas do CN. Devido aos prazos exíguos para a apreciação, o Congresso Nacional passa a ter papel apenas homologatório, não podendo discutir ou alterar a proposição. O senador faz uma breve apresentação dos números macroeconômicos, mas não há ênfase em nenhuma consideração. Diz que os dados técnicos são complicados.

Os dois relatores concordam que a Lei deve ser revista, a fim de que o CN possa ter alguma atuação útil no processo.

p. 11-13 O presidente, Sen. José Serra, sugere aos relatores que apresentem projeto de lei, ou de resolução, para alterar o quadro legal da programação monetária, pois ficou claro pra todos que a CAE está atuando de forma pouco produtiva, pois avalia as programações já vencidas ou com prazos muito apertados para fazê-la tramitar por todo o Congresso Nacional.

Os senadores não discutiram o teor das proposições. Os senadores que discutiram foram apenas o presidente da comissão e os relatores.

14 – 20/05/1997

DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.

Discussão de créditos diversos.

Relator Eduardo Suplicy para emissão de títulos da prefeitura de São Paulo – Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo - LFTMSP.

15 – 27/05/1997 DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Pp. 7 a 11. Sen. Lauro Campos coloca-se contra a tomada de empréstimos externos. Sen. José Serra coloca-se como favorável, por ter taxas mais baixas e prazos mais longos, se comparadas ao mercado interno. Sen. Espiridião Amin diz que empréstimos de instituições de fomento internacionais são boas, pedagógicas, pois requerem um bom comportamento administrativo e fiscal do tomador de empréstimo. p. 21 Sen. Lauro Campos, no âmbito da discussão do regime automotriz brasileiro, comenta diretamente o câmbio, que para ele está valorizado a ponto de trazer conseqüências nefastas para o setor produtivo nacional. Ninguém discute essa posição.
16 – 03/06/1997 DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Discussão de diversas matérias.
17 – 12/06/1997 DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA
Discussão de diversas matérias.
18 – 19/06/1997 DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Discussão de diversas matérias.
19 – 24/06/1997 DÉCIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Discussão de diversas matérias.
20 – 26/06/1997 DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Discussão de diversas matérias.
21 – 02/07/1997 PRIMEIRA REUNIÃO DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E CIDADANIA, ASSUNTOS ECONÔMICOS E SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 5ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA CONJUNTAMENTE EM 02 DE JULHO DE 1997, ÀS DEZ HORAS E TRINTA E SETE MINUTOS.
Reunião tem a finalidade de apreciar o Projeto de Lei da Câmara nº 24/97 que “dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 08/97”

22 – 03/07/1997 SEGUNDA REUNIÃO DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E CIDADANIA, ASSUNTOS ECONÔMICOS E SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 5ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA CONJUNTAMENTE EM 03 DE JULHO DE 1997, ÀS DEZ HORAS E VINTE E CINCO MINUTOS.
Reunião tem a finalidade de ouvir exposições dos Senhores Sérgio Motta, Ministro das Comunicações, Gaspar Vianna, Advogado com especialização em legislação de telecomunicações e do Deputado Alberto Goldman, relator da matéria na Câmara dos Deputados; objetivando a instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 24/97 que “dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 08/97”
23 – 08/07/1997 TERCEIRA REUNIÃO DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E CIDADANIA, ASSUNTOS ECONÔMICOS E SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 5ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA CONJUNTAMENTE EM 08 DE JULHO DE 1997, ÀS DEZ HORAS E VINTE MINUTOS.
Reunião tem a finalidade de apreciar o Projeto de Lei da Câmara nº 24/97 que “dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 08/97.
24 – 08/07/1997 QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 5ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação do PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 06, de 1997, que “Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências”. p. 19-20 Sen. Vilson Kleinübing preocupa-se com o fato dos ex-funcionários do Banco Central ocuparem posições nos bancos privados.
25 – 17/07/1997 QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 5ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Discussão de diversas matérias. p. 52 Sen. Vilson Kleinübing comenta os juros das operações de ARO.
26 – 07/08/1997 DÉCIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.

Apreciação da MENSAGEM Nº 136/97, (nº 866/97, na origem), “Do Senhor Presidente da República, submetendo à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Gustavo Henrique de Barroso Franco, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil”. Relator: Senador José Roberto Arruda. Aprovada a indicação por vinte e um votos favoráveis e seis contrários.

p. 8 Sen. José Roberto Arruda, relator da Mensagem, diz que a âncora cambial (a entrada de investimentos estrangeiros no Brasil) permitiu resistir aos movimentos especulativos e também ao poder de mercado dos oligopólios e monopólios em uma economia fechada.

p. 30 Sen. Fernando Bezerra questiona qual será a política cambial, em vista da perda de competitividade que a indústria está encarando com a situação atual.

Pp. 33-34 Sen. Eduardo Suplicy questiona porque o governo tanto teme a desvalorização cambial. Para ele, está se tornando consensual a idéia que a política cambial está equivocada, e as crises na Ásia dão força a isso. Além disso, a capacidade ociosa na indústria e o desemprego também questionariam os efeitos inflacionários de uma desvalorização.

p. 36 Sen. Eduardo Suplicy diz que Francisco Lopes acredita que o câmbio está sobrevalorizado, e que deveria passar por uma desvalorização gradual. O senador concorda com essa avaliação, e ainda apresenta explicitamente a relação entre juros altos e câmbio valorizado e seus problemas.

p. 39 Sen. Lauro Campos diz que a política cambial destruiu o parque industrial brasileiro.

p. 49-50 Sen. Jefferson Peres diz que a sabatina no Congresso é apenas litúrgica, sem maiores conseqüências para a prática da ação no Banco Central. O Senado teria pouco poder. Ele gostaria que o presidente do BACEN tivesse um mandato e um programa, previamente aprovados no Senado e acompanhados pelo Senado.

p. 51 Sen. Osmar Dias diz que não reclama da política de câmbio, porque ela está garantindo a estabilidade.

p. 54 Sen. Espiridião Amin diz que a troca de dívida interna por externa é boa.

p. 63 Sen. Pedro Simon, en passant, diz que respeita a política cambial do Sr. Gustavo Franco.

p. 78 Sen. Eduardo Suplicy novamente questiona o nível atual de câmbio, sob a luz da experiência desastrosa dos países do leste asiático.

27 – 12/08/1997

DÉCIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.

Apreciação de créditos diversos e da Programação Monetária do 3º trimestre de 1997.

p. 44 Relator da programação monetária é o sen. Waldeck Ornelas. Ele é favorável, mas ressalta do atraso, novamente, no envio ao Congresso Nacional. Não há oradores inscritos, apenas o voto contra, devido ao atraso no envio, do sen. José Eduardo Dutra.

28 – 14/08/1997

VIGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.

Apreciação de diversas matérias.

29 – 21/08/1997

VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.

<p>Apreciação de diversas matérias.</p> <p>30 – 28/08/1997</p> <p>VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Apreciação de indicação para diretoria do Banco Central.</p> <p>Relator da indicação do senhor Sérgio Darcy da Silva Alves (Departamento de Normas do Sistema Financeiro – Denor), Sen. Vilson Kleinübing. 19 votos a favor e uma abstenção.</p> <p>Relatora da indicação do Senhor Demosthenes Madureira de Pinho Neto, Sen. Bello Parga. 20 votos a favor.</p> <p>Sen. Eduardo Suplicy declara que votará a favor de ambos.</p> <p>p. 23 Sen. Francelino Pereira preocupa-se com o CMN, que não é mais um conselho extenso, mas sim um órgão que ninguém conhece.</p> <p>p. 32 Sen. Eduardo Suplicy questiona o que o Sr. Demóstenes Pinho quis dizer ao referir-se à “âncora cambial permanente”.</p> <p>p. 39-40 Sen. Jefferson Peres questiona qual seria a opção a um ataque especulativo ao real: queimar reservas ou deixar o real valorizar-se.</p> <p>p. 41-42 Sen. João Rocha questiona o nível dos juros pagos no Brasil.</p> <p>p. 48 Sen. Espiridião Amin diz que a política cambial não será alterada, pois a política econômica não é fruto de um só homem e não será alterada. Completa que é necessário a dinamização das exportações.</p>
<p>31 – 04/09/1997</p> <p>VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Audiência Pública sobre questões rurais e apreciação de diversas matérias</p>
<p>32 – 11/09/1997</p> <p>VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Apreciação de diversas matérias</p>
<p>33 – 18/09/1997</p> <p>VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Apreciação de diversas matérias</p>
<p>34 – 25/09/1997</p> <p>VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p> <p>p. 21-22 Sen. Levy Dias diz que o nível dos juros está muito alto.</p>
<p>35 – 25/09/1997</p> <p>VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p> <p>Exposição do Senhor Joel Mendes Rennó, Presidente da Petrobrás, sobre questões relativas a contratos do ramo petroquímico.</p>

36 – 30/09/1997 52ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E CIDADANIA, 28ª DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E 27ª DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação de diversas matérias.
37 – 02/10/1997 VIGÉSIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação de diversas matérias.. Entre elas. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 1996-Complementar, que “Autorizo o Banco Central do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeiras”.
38 – 09/10/1997 TRIGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Aprovada a indicação do Senador Valmir Campelo Bezerra para ministro do TCU por vinte e quatro votos favoráveis e nenhum contrário.
39 – 14/10/1997 TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação de matérias diversas. Apreciação da <u>Programação Monetária do 4º trimestre de 1997</u> – relator: Sen. Waldeck Ornelas. Apenas o sen. Eduardo Suplicy discutiu a matéria. p. 6 e 8 Sen. Levy Dias reclama dos juros altos.
40 – 16/10/1997 TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação de diversas matérias.
41 – 21/10/1997 TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Audiência Pública com a finalidade de instruir o PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 1997, que versa sobre o “SISTEMA FINANCEIRO IMOBILIÁRIO” p. 20 Sen. Espiridião Amin diz que os juros no Brasil não foram globalizados, continuam peculiares a nosso sistema.
42 – 22/10/1997 TRIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Discussão de assunto referente à CPI dos títulos públicos.
43 – 23/0/1997 TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.

<p>Apreciação de matérias diversas. p. 35-36 Sen. Vilson Kleinübing diz que os juros estão muito altos. p. 41 Sen. Levy Dias diz que as taxas de juros no Brasil estão muito altos.</p>
<p>44 – 28/10/1997 TRIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Apreciação de diversas matérias. 45 – 04/11/1997 TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Exposição dos senhores Pedro Parente, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda e Sérgio Cutolo, Presidente da Caixa Econômica Federal, acerca dos processos de consolidação das operações de antecipação de receita orçamentária dos estados brasileiros. O acordo não foi feito com os municípios. p. 8 Sen. Espiridião Amin diz que desde de maio de 1996 ele tenta aprovar legislação para coibir o cartel das ARO.</p>
<p>46 – 06/11/1997 TRIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Apreciação de diversas matérias. p. 61 Sen. Espiridião Amin diz que o governo pagará muitos juros neste ano.</p>
<p>47 – 13/11/1997 TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Vários senadores vêem como importante a entrada de empréstimos externos, porque o Brasil precisa de dólares neste momento de crise (após crise da Ásia).</p>
<p>48 – 20/11/1997 QUADRAGÉSSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Apreciação de diversas matérias. 49 – 21/11/1997 QUADRAGÉSSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Debate acerca do PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 49, DE 1996, QUE ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 69, DE 1995, que “dispõe sobre o endividamento dos estados, distrito federal e municípios”.</p>
<p>50 – 27/11/1997 QUADRAGÉSSIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Apreciação de diversas matérias. 51 – 02/12/1997 QUADRAGÉSSIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>

Apreciação de diversas matérias.
52 – 04/12/1997 QUADRAGÉSSIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação de diversas matérias.
53 – 09/12/1997 QUADRAGÉSSIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação de diversas matérias.
54 – 09/12/1997 QUADRAGÉSSIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação de diversas matérias.
55 – 09/12/1997 QUADRAGÉSSIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação de diversas matérias.
56 – 10/12/1997 QUADRAGÉSSIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação de diversas matérias.
57 – 11/12/1997 QUADRAGÉSSIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação de diversas matérias.
1 – 08/01/1998 PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (EXTRAORDINÁRIA) DA 6ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação de diversas matérias.
2 – 15/01/1998 SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (EXTRAORDINÁRIA) DA 6ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
p. 6-7 Apresentação do relatório da <u>Programação Monetária do 1º trimestre de 1998</u> . Relator, Sen. Wilson Kleinübing. Relator diz que não há o que discutir porque a questão é técnica (ao tratar dos indicadores do trimestre anterior). Ninguém discute o parecer, que é aprovado.

3 – 20/01/1998 TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (ORDINÁRIA) DA 6ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação de diversas matérias.
4 – 29/01/1998 QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (EXTRAORDINÁRIA) DA 6ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação de diversas matérias.
5 – 03/02/1998 QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (ORDINÁRIA) DA 6ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação de diversas matérias.
6 – 11/02/1998 SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (EXTRAORDINÁRIA) DA 6ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Reunião destina-se a uma exposição do Senhor JOSÉ MÁRIO MIRANDA ABDO, DIRETOR-GERAL DA ANEEL, ACERCA DO “SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA.
7 – 10/03/1998 PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (EXTRAORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação de diversas matérias. p. 12 Sen. Espiridião Amin diz que os juro das AROs são escorchantes.
8 – 17/03/1998 SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (EXTRAORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação de diversas matérias.
9 – 31/03/1998 TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (ORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação de diversas matérias.
10 – 07/04/1998 QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (ORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação de diversas matérias.

11 – 15/04/1998 QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (EXTRAORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação de diversas matérias.
12 – 28/04/1998 SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (ORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação de diversas matérias. Discussão de vários sen. com autoridades (Secretários Pedro Parente e Eduardo Guimarães e Diretor Paolo Zaghen do Banco Central) sobre as operações de ARO e os juros cobrados.
13 – 05/05/1998 SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (ORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação de diversas matérias. p. 31 Sen. Levy Dias critica no alto nível de juros. É aprovada a <u>Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 1998</u> ”. Relator: Senador Ney Suassuna. Aprovado o parecer do Relator sem discussão. Sen. Edson Lobão (leitor do parecer) diz que os agregados monetários continuam centrados no principal objetivo da política monetária, a estabilidade da moeda.
14 – Sem data Oitava reunião.
Não há ata nem nota taquigráfica.
15 – 12/05/1998 NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (ORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação de diversas matérias. p. 17-18 Sen. Esperidião Amin diz que o Brasil vive um dilema: juros altos X moeda estável. A causa disso é a explosiva dívida pública, sobretudo a interna.
16 – 19/05/1998 DÉCIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (ORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Eleição do presidente da Comissão. Eleito sen. Pedro Piva, por 18 votos. Até então a C com presidentes eventuais: Sen. Fernando Bezerra e Sen. Francelino Pereira. Apreciação de matérias diversas (vários créditos).
17 – 26/05/1998 DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (ORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.

<p>Apreciação de diversas matérias e conselheiros (4) e presidente do CADE. Todos são aprovados sem votos em contrário.</p> <p>p. 12 Sen. Vilson Kleinübing diz que a taxa de juros está muito alta.</p> <p>p. 14 Sen. Arlindo Porto diz que a taxa de juros está muito alta.</p> <p>p. 20 Sen. Lauro Campos diz que a taxa de juros está muito alta.</p> <p>p. 25-26 Sen. Jefferson Péres quer convocar Ministro da Fazenda e Presidente do Banco Central para prestarem esclarecimentos sobre política fiscal e suas relações com os juros altos.</p>
<p>18 – 02/06/1998</p> <p>DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (ORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Não há notas taquigráficas sobre a reunião.</p>
<p>19 – 03/06/1998</p> <p>DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (EXTRAORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Apreciação de diversas matérias.</p> <p>Longa discussão sobre PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 49, DE 1996, que trata das condições de endividamento dos Estados.</p>
<p>20 – 16/06/1998</p> <p>DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (ORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Apreciação de diversas matérias.</p> <p>p. 21 Sen. Lauro Campos alerta para a crise financeira, que é internacional.</p>
<p>21 – 17/06/1998</p> <p>DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (EXTRAORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>EXPOSIÇÃO DO DOUTOR GUSTAVO FRANCO, PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, ACERCA DO “MIX DE MEDIDAS DE NATUREZA MONETÁRIA E FISCAL NA ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL DE REDUÇÃO DO DÉFICIT PÚBLICO”, EM ATENDIMENTO A REQUERIMENTO DO SENADOR JEFFERSON PERES.</p> <p>p. 17 Sen. Jefferson Péres diz que concorda com a política econômica do governo.</p> <p>p. 44 Sen. Vilson Kleinübing diz que a taxa de juros está muito alta.</p>
<p>22 – 30/06/1998</p> <p>DÉCIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (ORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Apreciação de diversas matérias.</p>
<p>23 – 12/08/1998</p> <p>DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (EXTRAORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>

<p>p. 4. <u>Programação Monetária do 3º trimestre de 1998</u>. Relator: Vilson Kleinübing. Aprovado sem discussão.</p>
<p>24 – 14/10/1998 DÉCIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (EXTRAORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Apreciação de diversas matérias.</p>
<p>25 – 27/10/1998 DÉCIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (ORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Apreciação de diversas matérias.</p>
<p>p. 19-20 <u>Programação Monetária do 4º trimestre de 1998</u>, relatada pelo Sen. Osmar Dias. Aprovada sem discussão.</p>
<p>26 – 29/10/1998 23ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E CIDADANIA, 20ª DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E 16ª DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA CONJUNTAMENTE EM 29 DE OUTUBRO DE 1998, ÀS 10:00 HORAS.</p>
<p>Exposição do Senhor Ministro da Fazenda, Pedro Sampaio Malan acerca do Programa de Ajuste Fiscal.</p>
<p>p. 6-7 Ministro Pedro Malan antecipa objetivo e teor do Projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal.</p>
<p>p. 18-19 Sen. Eduardo Suplicy diz que a situação atual do Brasil, problemática, deve-se ao câmbio valorizado e à abertura comercial. Esclarece ainda que o pacote do governo não contempla ações para diminuir a perda de divisas ou o aumento de exportações. Sen. diz que não é conveniente, no momento, uma maxidesvalorização cambial. P. 23 Sen. Suplicy diz que a desvalorização do real deve vir no momento adequado e não neste momento de turbulência internacional.</p>
<p>p. 57 Sen. Espiridião Amin diz dos problemas do Balanço de Pagamentos após o Plano Real e o fim dos superávits comerciais.</p>
<p>p. 66 Sen. Jefferson Peres pergunta se teriam razões os “profetas do caos”, que anteviam o colapso da política econômica.</p>
<p>p. 73 Sen. Gerson Camata pergunta se não é o caso de impedir a importação de supérfluos.</p>
<p>Obs: Ministro Malan diz que os custos do pacote devem ser confrontados com custos de ações alternativas e que o pior problema (p. 55) seria a volta da inflação.</p>
<p>p. 61 Sen. Espiridião Amin comenta a morte de Vilson Kleinübing. Não houve discussão direta da política cambial. O único que contestou o nível do câmbio foi o Sen. Suplicy, mas sem pedir a alteração imediata. Outros propuseram alterações marginais, de importação, controle dos fluxos de capital.</p>
<p>27 – 10/11/1998 VIGÉSSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (ORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Apreciação de diversas matérias.</p>

28 – 12/11/1998 VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (EXTRAORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação de diversas matérias.
29 – 17/11/1998 VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (ORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação de diversas matérias. p. 5-6 Sen. Suplicy apresenta requerimento pedindo informações sobre a aplicação das reservas brasileiras.
30 – 17/11/1998 VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (EXTRAORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação de emendas a serem apresentadas ao orçamento. Não há notas taquigráficas.
31 – 24/11/1998 VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (ORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação de diversas matérias.
32 – 01/12/1998 VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (ORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação de diversas matérias.
33 – 03/12/1998 VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (EXTRAORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação de diversas matérias.
34 – 08/12/1998 VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (ORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.
Apreciação de diversas matérias. Discussão generalizada na comissão sobre a necessidade ou não do comparecimento do Ministro Malan para instruir o processo de acordo com o FMI, Banco Mundial e outros países, de US\$ 41,5 bilhões.
35 – 08/12/1998 VIGÉSIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (EXTRAORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.

<p>Exposição do Ministro Malan a fim de instruir o acordo com o FMI. Em seguida é apreciado o PRS, de autoria do Sen. José Roberto Arruda (relator), que autoriza as operações – é pedida vista coletiva pelos membros da comissão.</p> <p>Obs: p. 7 – 8 Ministro Malan dá os números das perdas de reservas entre agosto e novembro.</p> <p>p. 11 Anúncio do pacote de ajuda ao Brasil em 13 de novembro de 1998.</p> <p>p. 16 Sen. Jefferson Peres preocupa-se se o acordo com o FMI não impediria a possibilidade de controle de capitais.</p> <p>p. 26 Sen. Eduardo Suplicy questiona se o Brasil não perderia as reservas que iria receber no acordo se as bases do plano não mudarem.</p> <p>p. 45-6 Sen. Espiridião Amin diz que tornou-se insustentável a dependência do dinheiro de curto prazo. Sen. Ademir Andrade e Sen. Levy Dias apóiam a exposição.</p>
<p>36 – 09/12/1998</p> <p>TRIGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (EXTRAORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Discussão do acordo com o FMI. Relator: Sen. José Roberto Arruda.</p> <p>p. 9 Sen. José Eduardo Dutra diz que o país quebrou.</p> <p>p. 11 Sen. Espiridião Amin diz que o país vai quebrar, se não mudar suas políticas. Se nada mudar, o dinheiro do FMI não será suficiente para sustentar a situação.</p> <p>p. 20 Sen. Gilberto Miranda diz que a desvalorização é necessária para cumprir o acordo com o FMI (no que diz respeito à Balança Comercial).</p> <p>p. 23 Sen. Roberto Requião prevê que em maio do próximo ano o Brasil estaria fazendo um novo acordo com o FMI para falar do câmbio flutuante.</p> <p>Aprovado. Com o voto contrário dos Senadores José Eduardo Dutra, Eduardo Suplicy, Requião, Ademir Andrade, foi aprovado.</p>
<p>37 – 10/12/1998</p> <p>TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (EXTRAORDINÁRIA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Apreciação de diversas matérias.</p>
<p>1 – 19/01/1999</p> <p>PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 7ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Apresentação de várias matérias. Foi pedido vista de todas as matérias.</p>
<p>2 – 20/01/1999</p> <p>SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 7ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Discussão de matérias diversas.</p>
<p>3 – 26/01/1999</p> <p>TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 7ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>

<p>Discussão e aprovação do nome de Francisco Lopes para a Presidência do Banco Central. 23 votos favoráveis e dois contrários. Relator: Sen. José Fogaça.</p> <p>A discussão geral é sobre a mudança cambial, sobretudo se será feita opção pela livre flutuação ou o <i>currency board</i>. Vários senadores são favoráveis ao <i>currency board</i>. Sen. Lauro Campos enfatiza que muitas pessoas previram o desfecho do regime cambial. Há um clima geral de aprovação do nome do Sr. Francisco Lopes.</p>
<p>4 – 28/01/1999</p> <p>QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 7ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA.</p>
<p>Aprovação da <u>Programação Monetária do 1º trimestre de 1999</u>. Relator: Sen. Ney Suassuna. p. 8. Apenas sen. Gerson Camata discute, dizendo que na exposição de motivos os técnicos não perceberam o que todos perceberam, que iria haver problemas econômicos no país.</p> <p>p. 24 Sen. Lauro Campos diz que votou inúmeras vezes contra o aumento da dívida externa. E assim, faz novamente, por dizer que empréstimo externo gera dívida interna.</p>
<p>5 – 24/02/1999</p> <p>PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (EXTRAORDINÁRIA) DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA.</p>
<p>Eleição dos cargos da mesa: para Presidente - Senador Fernando Bezerra, vinte e quatro votos; para Vice-Presidente - Senador Bello Parga, vinte e quatro votos.</p>
<p>6 – 26/02/1999</p> <p>2ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA.</p>
<p>Apreciação dos nomes para nova diretoria e presidência do Banco Central. Relator: Ney Suassuna.</p> <p>Senhor Armínio Fraga Neto para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil. Aprovada a indicação por 21 votos favoráveis e um contrário. Senhor Daniel Luiz Gleizer – Diretor. Aprovada a indicação por 24 votos favoráveis e 3 contrários. Senhor Edison Bernardes dos Santos – Diretor. Aprovada a indicação por 24 votos favoráveis, 2 contrários e 1 abstenção. Senhor Luiz Carlos Alvarez - Diretor. Aprovada a indicação por 25 votos favoráveis, 1 contrário e 1 abstenção. Senhor Luiz Fernando Figueiredo - Diretor. Resultado: Aprovada a indicação por 24 votos favoráveis e 3 contrários. Senhor Sérgio Ribeiro da Costa Werlang - Diretor. Aprovada a indicação por 23 votos favoráveis, 3 contrários e 1 abstenção.</p> <p>As principais preocupações manifestadas pelos senadores foram como “tirar o país da crise”: como “segurar a inflação e o câmbio”. Foram feitas muitas insinuações pela oposição contrárias à ética do Sr. Armínio Fraga, tido como um especulador – que foi a causa dos votos contrários à sua indicação. Ainda, nada se perguntou sobre o sistema de metas de inflação, anunciado pelo Sr. Armínio Fraga como o sistema a ser adotado para a política monetária. Praticamente três quartos da reunião foram utilizados na arguição do Sr. Armínio Fraga, ficando o restante do tempo para a arguição dos indicados para a diretoria.</p> <p>Em relação aos diretores, as preocupações foram com questões mais técnicas: políticas de câmbio, de juros, fiscalização do sistema financeiro. Apenas na p. 183 foram questionados sobre o sistema de metas de inflação, pelo Sen. José Fogaça.</p>

7 – 02/03/1999
TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA.
p. 30-31 Ao discutir empréstimo externo, o Sen. José Eduardo Dutra diz que, num momento de aumento do dólar, não quer ser responsável pelo problema da não entrada de dólares. Assim, ao invés de pedir vista do processo, votará contra.
p. 32 Sen. Lauro Campos diz que agora está exposto que a política de câmbio errou, e que a dívida externa é feita agora apenas para pagar dívida.
p. 38 Sen. Osmar Dias dá parecer favorável à operação de crédito externo baseado no mesmo argumento do Sr. José Eduardo Dutra: o Brasil precisa de dólares e ele não quer ser responsabilizado pela elevação do câmbio.
8 – 09/03/1999
QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA.
Apreciação de indicados para o CADE, para o TCU e de diversas matérias.
p. 37 O Sen. Roberto Saturnino questiona o indicado ao CADE se aquele órgão poderia ter feito alguma coisa contra as importações feitas no regime do câmbio sobrevalorizado.
9 – 16/03/1999
QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA.
Apreciação de diversas matérias.
10 – 23/03/1999
SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA.
Apreciação de diversas matérias.
11 – 24/03/1999
SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA.
Exposição dos senhores Pedro Malan, Ministro da Fazenda, Armínio Fraga Neto, Presidente do Banco Central do Brasil e Amaury Bier, Secretário de Política Econômica, acerca dos termos da revisão do acordo com o Fundo Monetário Internacional, em atendimento ao requerimento n.º 08-CAE, de 1999, de autoria do Senador Eduardo Suplicy.
A reunião transcorre falando de temas gerais da política econômica, e não apenas sobre o acordo com o FMI. São pontos de maior interesse, de todos os senadores, a preocupação com a inflação e os juros altos.

ANEXO II - FREQUÊNCIA DE DISCURSOS PARLAMENTARES

Discursos no Plenário do Senado Federal
Referência à palavra: juro

	PFL	PMDB	PSDB	PPB	PDT	PT	Demais	Total	Todos os pronunciamentos
1ºSem/95	10	21	4	0	2	6	12	55	1.269
2ºSem/95	5	16	1	0	0	2	6	30	1.246
1ºSem/96	4	19	6	2	2	6	5	44	1.772
2ºSem/96	7	9	2	0	0	0	4	22	1.564
1ºSem/97	6	7	1	3	0	4	2	23	1.696
2ºSem/97	11	3	11	6	4	10	7	52	1.511
1ºSem/98	9	6	1	2	7	9	1	35	1.299
2ºSem/98	4	9	0	1	2	5	1	22	631
1ºSem/99	7	15	5	2	0	6	6	41	1.539
2ºSem/99	4	8	6	3	1	6	4	32	1.299
1ºSem/00	15	13	7	3	0	8	6	52	1.608
2ºSem/00	1	5	2	0	0	3	3	14	926
1ºSem/01	2	2	1	0	0	2	10	17	1.493
2ºSem/01	6	6	3	0	2	0	7	24	1.593
1ºSem/02	2	9	4	0	3	0	9	27	1.271
2ºSem/02	0	2	0	0	1	0	1	4	537
Total	93	150	54	22	24	67	84	494	21.254

Fonte: página eletrônica do Senado Federal.

Elaboração do autor.

Discursos no Plenário do Senado Federal
Referência à palavra: câmbio

	PFL	PMDB	PSDB	PPB	PDT	PT	Demais	Total	Todos os pronunciamentos
1ºSem/95	1	5	1	1	1	8	3	20	1.269
2ºSem/95	1	0	0	0	0	0	0	1	1.246
1ºSem/96	1	0	3	0	0	1	0	5	1.772
2ºSem/96	3	1	1	0	0	0	0	5	1.564
1ºSem/97	1	2	1	1	0	0	0	5	1.696
2ºSem/97	1	0	2	1	0	5	1	10	1.511
1ºSem/98	3	0	1	0	0	1	0	5	1.299
2ºSem/98	1	0	0	0	0	1	1	3	631
1ºSem/99	0	4	6	1	0	10	1	22	1.539
2ºSem/99	1	3	0	0	1	1	0	6	1.299
1ºSem/00	1	2	0	1	0	3	1	8	1.608
2ºSem/00	0	0	0	0	0	0	0	0	926
1ºSem/01	1	0	0	0	0	0	4	5	1.493
2ºSem/01	0	0	0	0	0	0	1	1	1.593
1ºSem/02	0	1	1	0	0	1	1	3	1.271
2ºSem/02	0	1	1	0	0	0	0	1	537
Total	15	19	15	5	2	31	13	100	21254

Fonte: página eletrônica do Senado Federal.
 Elaboração do autor.

Discursos no Plenário do Senado Federal
Referência à expressão: Banco Central

	PFL	PMDB	PSDB	PPB	PDT	PT	Demais	Total	Todos os pronunciamentos
1ºSem/95	7	1	2	3	2	5	5	25	1.269
2ºSem/95	2	5	3	0	0	6	3	19	1.246
1ºSem/96	0	11	0	2	1	7	3	24	1.772
2ºSem/96	2	4	0	0	0	13	0	19	1.564
1ºSem/97	5	3	2	2	0	2	2	16	1.696
2ºSem/97	4	3	3	1	3	9	3	26	1.511
1ºSem/98	5	2	1	0	1	1	0	10	1.299
2ºSem/98	4	1	0	0	0	1	0	6	631
1ºSem/99	3	4	1	2	0	10	5	25	1.539
2ºSem/99	2	6	0	1	1	2	4	16	1.299
1ºSem/00	2	9	6	4	0	6	6	33	1.608
2ºSem/00	1	1	1	0	0	2	0	5	926
1ºSem/01	1	0	2	0	1	5	3	12	1.493
2ºSem/01	1	4	0	0	0	0	0	5	1.593
1ºSem/02	0	0	3	0	0	1	0	4	1.271
2ºSem/02	0	2	4	0	0	0	2	8	537
Total	39	56	28	15	9	70	36	253	21.254

Fonte: página eletrônica do Senado Federal.

Elaboração do autor.

Discursos no Plenário da Câmara dos Deputados
Referência à palavra: juros

	PFL	PMDB	PSDB	PPB	PDT	PT	Demais	Total	Todos os pronunciamentos
1ºSem/95	35	48	27	19	35	36	126	326	8.221
2ºSem/95	19	30	9	21	23	29	53	184	7.466
1ºSem/96	24	26	8	21	20	21	34	154	8.083
2ºSem/96	3	12	4	13	8	18	18	76	6.247
1ºSem/97	2	10	2	9	6	4	14	47	8.870
2ºSem/97	21	25	16	22	27	55	70	236	10.284
1ºSem/98	9	17	12	16	15	20	41	130	9.447
2ºSem/98	2	4	1	8	3	10	34	62	3.291
1ºSem/99	34	41	26	26	49	111	80	367	10.397
2ºSem/99	6	11	11	3	25	28	11	95	8.625
1ºSem/00	15	11	19	3	21	39	28	136	11.425
2ºSem/00	5	8	9	3	9	34	21	89	7.348
1ºSem/01	4	28	10	2	18	36	33	131	16.354
2ºSem/01	9	13	7	3	15	48	48	143	10.126
1ºSem/02	7	8	4	3	7	13	25	67	7.263
2ºSem/02	3	4	1	4	5	10	9	36	3.093
Total	198	296	166	176	286	512	645	2.279	136.540

Fonte: página eletrônica da Câmara dos Deputados.
 Elaboração do autor.

Discursos no Plenário da Câmara dos Deputados
Referência à palavra: câmbio

	PFL	PMDB	PSDB	PPB	PDT	PT	Demais	Total	Todos os pronunciamentos
1ºSem/95	10	5	13	2	7	8	35	80	8.221
2ºSem/95	3	2	0	2	2	1	7	17	7.466
1ºSem/96	3	3	1	0	2	0	4	13	8.083
2ºSem/96	0	0	0	0	1	0	3	4	6.247
1ºSem/97	0	0	5	0	1	3	4	13	8.870
2ºSem/97	2	0	1	2	1	5	6	17	10.284
1ºSem/98	0	3	0	0	0	2	3	8	9.447
2ºSem/98	0	0	0	0	0	0	0	0	3.291
1ºSem/99	17	10	37	8	22	64	38	196	10.397
2ºSem/99	2	0	0	0	0	0	0	2	8.625
1ºSem/00	0	0	0	0	0	1	0	1	11.425
2ºSem/00	1	0	0	0	1	2	4	8	7.348
1ºSem/01	1	1	2	0	0	8	4	16	16.354
2ºSem/01	2	3	1	0	3	5	5	19	10.126
1ºSem/02	0	0	0	0	0	0	1	1	7.263
2ºSem/02	0	1	1	0	0	1	1	4	3.093
Total	41	28	61	14	40	100	115	399	136.540

Fonte: página eletrônica da Câmara dos Deputados.
 Elaboração do autor.

Discursos no Plenário da Câmara dos Deputados
Referência à expressão: Banco Central

	PFL	PMDB	PSDB	PPB	PDT	PT	Demais	Total	Todos os pronunciamentos
1ºSem/95	17	11	25	5	10	16	50	134	8.221
2ºSem/95	14	17	31	8	13	34	53	170	7.466
1ºSem/96	14	12	18	10	19	38	46	157	8.083
2ºSem/96	5	5	2	12	2	27	50	103	6.247
1ºSem/97	4	10	12	13	3	8	17	67	8.870
2ºSem/97	3	6	4	12	6	5	18	54	10.284
1ºSem/98	2	3	1	2	2	6	17	33	9.447
2ºSem/98	6	5	1	3	4	10	11	40	3.291
1ºSem/99	10	12	15	5	18	41	30	131	10.397
2ºSem/99	8	13	8	9	8	30	25	101	8.625
1ºSem/00	6	7	5	0	2	10	17	47	11.425
2ºSem/00	2	9	5	0	2	8	3	29	7.348
1ºSem/01	2	11	2	1	4	8	13	41	16.354
2ºSem/01	2	3	4	0	4	13	11	37	10.126
1ºSem/02	2	7	4	2	2	16	15	48	7.263
2ºSem/02	3	2	4	2	1	4	10	26	3.093
Total	100	133	141	84	100	274	386	1.218	136.540

Fonte: página eletrônica da Câmara dos Deputados.
 Elaboração do autor.

Discursos no Plenário da Câmara dos Deputados
Referência à expressão: Conselho Monetário Nacional

	PFL	PMDB	PSDB	PPB	PDT	PT	Demais	Total	Todos os pronunciamentos
1ºSem/95	1	1	1	0	0	0	1	2	6
2ºSem/95	1	0	0	0	0	0	2	4	7
1ºSem/96	0	0	1	0	0	0	1	3	5
2ºSem/96	1	2	1	3	1	1	5	2	15
1ºSem/97	0	1	1	1	0	0	2	1	6
2ºSem/97	2	3	1	1	0	0	3	1	11
1ºSem/98	0	1	1	1	0	0	1	0	4
2ºSem/98	0	0	0	1	0	0	0	0	1
1ºSem/99	0	1	1	1	0	0	0	1	4
2ºSem/99	4	2	3	6	2	2	4	7	28
1ºSem/00	0	0	2	0	0	0	4	2	8
2ºSem/00	0	2	0	0	0	0	0	1	3
1ºSem/01	1	2	0	0	0	0	1	1	5
2ºSem/01	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1ºSem/02	1	0	0	0	1	0	0	0	2
2ºSem/02	2	0	1	0	0	0	1	1	5
Total	13	15	13	14	4	25	26	110	136.540

Fonte: página eletrônica da Câmara dos Deputados.
 Elaboração do autor.

Discursos no Plenário da Câmara dos Deputados
Referência à palavra: exportação

	PFL	PMDB	PSDB	PPB	PDT	PT	Demais	Total	Todos os pronunciamentos
1ºSem/95	29	35	34	10	14	29	96	247	8.221
2ºSem/95	5	13	13	4	2	4	17	58	7.466
1ºSem/96	5	11	6	6	4	2	14	48	8.083
2ºSem/96	10	10	15	10	8	11	17	81	6.247
1ºSem/97	16	12	10	12	5	7	12	74	8.870
2ºSem/97	10	18	8	11	9	9	15	80	10.284
1ºSem/98	10	16	9	7	7	8	16	73	9.447
2ºSem/98	1	0	1	0	2	2	4	10	3.291
1ºSem/99	19	37	34	14	13	19	36	172	10.397
2ºSem/99	10	2	4	1	3	12	6	38	8.625
1ºSem/00	5	4	5	0	1	5	8	28	11.425
2ºSem/00	3	7	9	2	0	2	8	31	7.348
1ºSem/01	19	30	46	17	12	12	43	179	16.354
2ºSem/01	40	23	48	12	9	36	64	232	10.126
1ºSem/02	7	13	17	9	4	12	28	90	7.263
2ºSem/02	3	4	11	3	0	5	8	34	3.093
Total	192	235	270	118	93	175	392	1.475	136.540

Fonte: página eletrônica da Câmara dos Deputados.
 Elaboração do autor.

Observações:

1. A agregação foi feita em nome do PPB, contudo o partido teve outras denominações no período.
2. Para o Senado Federal não foram tabulados os discursos com a palavra-chave Conselho Monetário Nacional por ter sido encontrado, para os 16 semestres, um número muito baixo de discursos.

ANEXO III - PERFIL ACADÊMICO-PROFISSIONAL DE MEMBROS DA CAE.

1. Sen. Bello Parga: Bancário.

Estudos e graus universitários: Contabilidade pela Escola Técnica Federal (1946).

Atividades pertinentes à política monetária: Presidente do Bando do Estado do Maranhão. Diretor do Bando do Nordeste Brasileiro. Superintendente Regional do Banco do Brasil.

2. Sen. Eduardo Suplicy: Professor.

Estudos e graus universitários: Curso Superior pela Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. Mestrado e Doutorado na Michigan State University, EUA.

3. Sen. Espiridião Amin: Administrador e Advogado.

Estudos e graus universitários: Administração pela Escola Superior de Administração e Gerência – ESAG – da Universidade de Desenvolvimento de Santa Catarina (1969). Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (1970). Cursos de aperfeiçoamento em áreas de Administração, Economia, Direito e Planejamento.

4. Sen. Fernando Bezerra: Engenheiro Civil.

Estudos e graus universitários: Engenheiro Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (1965). Pós-graduação em Engenharia Econômica e Administração de Negócios na Utah State University – USA (1966).

Atividades pertinentes à política monetária: Membro do Conselho de Administração do Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB; Diretor-Presidente das seguintes empresas: ECOCIL – Empresa de Construções Civis Ltda., do Natal Shopping Centers S/A e da A.S. Empreendimentos, Incorporações e Construções Ltda. – Presidente da Federação

das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte – FIERN (1979/82, 1982/85, 1985/88, 1988/91, 1991/94); Membro do Conselho de Representantes da Confederação Nacional da Indústria – CNI.

5. Sen. Francelino Pereira: Advogado e Professor.

Estudos e graus universitários: Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

Atividades pertinentes à política monetária: Presidente da Cia. Aços Especiais Itabira – ACESITA (1983/84). Vice Presidente do Banco do Brasil (1985/1990).

6. Sen. Geraldo Melo: Industrial.

Estudos e graus universitários: Cursos de Planejamento do Desenvolvimento Econômico da Comissão Econômica para a América Latina, CEPAL, ONU (1959); de Financiamento do Desenvolvimento Econômico do Centro de Estudos Monetários Latino-americanos, CEMLA, México (1961); Estágios operacionais: Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (1961).

Atividades pertinentes à política monetária: Integrou o corpo técnico fundador da Sudene, sob a liderança de Celso Furtado (1959/60), tendo exercido o cargo de Vice-Diretor do Departamento de Atividades Econômicas Básicas (DAEB) e Diretor da Assessoria Técnica. Negociou a criação e foi o Diretor brasileiro de Consórcio Internacional de Consultoria Técnica, integrado pela Adiplan e pelas empresas inglesas International Professional Consortia (IPC) e The Economist Intelligence Unit – EIU (do mesmo grupo empresarial a que pertence a revista The Economist), e teve ainda a participação da Mitsou Consultantsco, de Tóquio, Japão.

7. Sen. Gerson Camata (Suplente da CAE): Economista e Jornalista.

Estudos e graus universitários: Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (1969).

8. Sen. Gilberto Miranda: Professor, Jornalista e Empresário.

Estudos e graus universitários: Bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB). Pós-Graduação em Engenharia Econômica na Pontifícia Universidade Católica (PUC).

Atividades pertinentes à política monetária: Presidente das seguintes empresas: Criauto Indústria Elétrica da Amazônia; Criativa Indústria e Comércio: Multidata Eletrônica; PCI Componentes da Amazônia; BVE da Amazônia S/A; Paragon Inc.; Reprofax Amazônia Equipamentos Reprográficos Ltda; Universal Componentes Eletrônicos Ltda.; PCI/TODA, BVE Componentes Ltda.; Videocon Amazonas Indústria Elétrica e Mitsugar da Amazônia.

9. Sen. Jefferson Péres: Advogado.

Estudos e graus universitários: Bacharel em Direito pela Universidade do Amazonas. Pós-Graduação em Ciência Política no antigo Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB/MEC e Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas.

Atividades pertinentes à política monetária: Professor Titular da Universidade do Amazonas, vinculado ao Departamento de Economia e Análise da Faculdade de Estudos Sociais, onde leciona as disciplinas “Formação Econômica do Brasil” e “Economia Brasileira”. Publicou o trabalho “Problemas Econômicos da Atualidade” (1961).

10. Sen. Joel de Hollanda (Suplente da CAE): Economista.

Estudos e graus universitários: Curso de Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco (1968). Participou como aluno ouvinte do Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal de Pernambuco, nas cadeiras de Macroeconomia, Desenvolvimento Econômico e Noções sobre Macro-econometria (agosto a dezembro/1966).

Atividades pertinentes à política monetária: Professor-Assistente da Cadeira de Teoria Econômica da Fundação de Ensino Superior de Pernambuco, Faculdade de Ciências da Administração (ano letivo de 1969). Professor-Regente da Cadeira de Economia da Universidade Federal de Pernambuco, Instituto de Geo-Ciências (anos letivos de

1969/70). Professor da Cadeira de Economia do curso de Pré-Serviço em Extensão Rural do Centro de Treinamento do Nordeste – CETREINE (1970). Assessor Técnico do Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco – CONDEPE.

11. Sen. José Serra: Economista.

Estudos e graus universitários: Doutor em Economia (PhD), Cornell University (1977). Atividades pertinentes à política monetária: Professor em várias universidades, entre elas Universidade de Oxford, Universidade do Chile e Princeton. Secretário de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (1983/86). Publicação de vários trabalhos em economia.

12. Sen. Lauro Campos: Professor Universitário.

Estudos e graus universitários: Doutor em Ciências Jurídicas, título obtido através do concurso para catedrático da cadeira de Economia Política na Universidade Federal de Goiás, Goiânia (1963).

Atividades pertinentes à política monetária: Professor em várias universidades, entre elas UFMG, UFG, Universidade de Sussex, Inglaterra. Professor Titular da UnB. Publicação de vários trabalhos em economia.

13. Sen. Levy Dias: Advogado e Empresário Pecuárta.

Estudos e graus universitários: Direito pela Faculdade de Direito de Uberlândia, Minas Gerais.

14. Sen. Ney Suassuna: Professor e Empresário.

Estudos e graus universitários: Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1967); em Economia (1970); em Pedagogia pela Faculdade Castelo Branco, Rio de Janeiro (1981); Inglês pela Universidade Santa Bárbara, EUA (1981).

Atividades pertinentes à política monetária: Diretor da Suassuna Factoring.

15. Sen. Pedro Piva: Advogado.

Estudos e graus universitários: Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo – USP.

Atividades pertinentes à política monetária: Sócio-Gerente da Klabin Irmãos & CIA (Controladora a Holding Klabin); Presidente do Conselho de Administração da IKPC (Indústrias Klabin de Papel e Celulose S/A), da Klabin Fabricadora de Papel e Celulose S/A.

16. Sen. Roberto Requião (Suplente da CAE): Advogado e Jornalista.

Estudos e graus universitários: Direito e Jornalismo. Pós-Graduação em Planejamento Urbano.

17. Sen. Vilson Kleinübing: Engenheiro Mecânico.

Estudos e graus universitários: Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-graduação em Engenharia Econômica, Administração de Empresas e Finanças Industriais pela Universidade Federal de Santa Catarina.

18. Sen. Waldeck Ornélas: Técnico em Planejamento.

Estudos e graus universitários: Direito pela Universidade Federal da Bahia, Salvador (1969). Ciências Sociais (incompleto) pela Universidade Federal da Bahia. Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico, CEPAL/ILPES – Estado da Bahia. Curso Regular de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Nacional de Ingeniería/Instituto de Planeamiento de Lima, Peru (1973).

Fonte: “Senadores – Dados Biográficos. Quinquagésima Legislatura 1995-1999. Brasília, 1995.”

ANEXO IV - COMPETÊNCIAS DA CAE

Os artigos referem-se ao Regimento do Senado Federal.

Art. 90. Às comissões compete:

- I - discutir e votar projeto de lei nos termos do art. 91(Const., art. 58, § 2º, I);
- II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil (Const., art. 58, § 2º, II);
- III - convocar Ministros de Estado *ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República* para prestarem informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições e ouvir os Ministros quando no exercício da faculdade prevista no art. 50, § 1º, da Constituição (Const., arts. 50, com a redação dada pela ECR 2/94, e 58, § 2º, III);
- IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas (Const., art. 58, § 2º, VI);
- V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão (Const., art. 58, § 2º, V);
- VI - apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer (Const., art. 58, § 2º, VI);
- VII - propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar (Const., art. 49, V);
- VIII - acompanhar junto ao Governo a elaboração da proposta orçamentária, bem como sua execução;
- IX - acompanhar, fiscalizar e controlar as políticas governamentais pertinentes às áreas de sua competência;
- X - exercer a fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, e quanto às questões relativas à competência privativa do Senado (Const., arts. 49, X, e 52, V a IX);
- XI - estudar qualquer assunto compreendido nas atribuições do Senado, propondo as medidas legislativas cabíveis;

XII - opinar sobre o mérito das proposições submetidas ao seu exame, emitindo o respectivo parecer;

XIII - realizar diligência.

Parágrafo único. Ao depoimento de testemunhas e autoridades aplicam-se, no que couber, as disposições do Código de Processo Civil.

Art. 91. Às comissões, no âmbito de suas atribuições, cabe, dispensada a competência do Plenário, nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição, discutir e votar:

I - projetos de lei ordinária de autoria de Senador, ressalvado projeto de código;

II - projetos de resolução que versem sobre a suspensão da execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal (Const., art. 52, X).

§ 1º O Presidente do Senado, ouvidas as lideranças, poderá conferir às comissões competência para apreciar, terminativamente, as seguintes matérias:

I - tratados ou acordos internacionais (Const., art. 49, I);

II - autorização para a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais em terras indígenas (Const., art. 49, XVI);

III - alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares (Const., art. 49, XVII);

IV - projetos de lei da Câmara de iniciativa parlamentar que tiverem sido aprovados, em decisão terminativa, por comissão daquela Casa;

V - indicações e proposições diversas, exceto:

a) projeto de resolução que altere o Regimento Interno;

b) projetos de resolução a que se referem os arts. 52, V a IX, e 155, §§ 1º, IV, e 2º, IV e V, da Constituição;

c) proposta de emenda à Constituição.

§ 2º Encerrada a apreciação terminativa a que se refere este artigo, a decisão da comissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

§ 3º No prazo de cinco dias úteis, contado a partir da publicação da comunicação referida no parágrafo anterior no avulso da Ordem do Dia da sessão seguinte, poderá ser interposto recurso para apreciação da matéria pelo Plenário do Senado.

§ 4º O recurso, assinado por um décimo dos membros do Senado, será dirigido ao Presidente da Casa.

§ 5º Esgotado o prazo previsto no § 3º, sem interposição de recurso, o projeto será, conforme o caso, encaminhado à sanção, promulgado, remetido à Câmara ou arquivado.

Art. 92. Aplicam-se à tramitação dos projetos e demais proposições submetidas à deliberação terminativa das comissões as disposições relativas a turnos, prazos, emendas e demais formalidades e ritos exigidos para as matérias submetidas à apreciação do Plenário do Senado.

Art. 93. A audiência pública será realizada pela comissão para:

I - instruir matéria sob sua apreciação;

II - tratar de assunto de interesse público relevante.

§ 1º A audiência pública poderá ser realizada por solicitação de entidade da sociedade civil.

§ 2º A audiência prevista para o disposto no inciso I poderá ser dispensada por deliberação da comissão.

Art. 94. Os depoimentos serão prestados por escrito e de forma conclusiva.

§ 1º Na hipótese de haver defensores e opositores, relativamente à matéria objeto de exame, a comissão procederá de forma que possibilite a audiência de todas as partes interessadas.

§ 2º Os membros da comissão poderão, terminada a leitura, interpelar o orador exclusivamente sobre a exposição lida, por prazo nunca superior a três minutos.

§ 3º O orador terá o mesmo prazo para responder a cada Senador, sendo-lhe vedado interpelar os membros da comissão.

Art. 95. Da reunião de audiência pública será lavrada ata, arquivando-se, no âmbito da comissão, os pronunciamentos escritos e documentos que os acompanharem.

Parágrafo único. Será admitido, a qualquer tempo, a requerimento de Senador, o traslado de peças.

Art. 96. A comissão receberá petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra ato ou omissão de autoridade ou entidade pública sobre assunto de sua competência.

§ 1º Os expedientes referidos neste artigo deverão ser encaminhados por escrito, com identificação do autor e serão distribuídos a um relator que os apreciará e apresentará relatório com sugestões quanto às providências a serem tomadas pela comissão, pela Mesa ou pelo Ministério Público.

§ 2º O relatório será discutido e votado na comissão, devendo concluir por projeto de resolução se contiver providência a ser tomada por outra instância que não a da própria comissão.

SEÇÃO II

Das Atribuições Específicas

Art. 97. Às comissões permanentes compete estudar e emitir parecer sobre os assuntos submetidos ao seu exame.

;

(.....)

;

Art. 99. À Comissão de Assuntos Econômicos compete opinar sobre proposições pertinentes aos seguintes assuntos:

I - aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário, ou por consulta de comissão, e, ainda, quando, em virtude desses aspectos, houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário;

II - direito agrário, planejamento e execução da política agrícola, agricultura, pecuária, organização do ensino agrário, investimentos e financiamentos agropecuários, alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares, aquisição ou arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira, definição da pequena e da média propriedade rural;

III - problemas econômicos do País, política de crédito, câmbio, seguro e transferência de valores, comércio exterior e interestadual, sistema monetário, bancário e de medidas, títulos e garantia dos metais, sistema de poupança, consórcio e sorteio e propaganda comercial;

IV - tributos, tarifas, empréstimos compulsórios, finanças públicas, normas gerais sobre direito tributário, financeiro e econômico; orçamento, juntas comerciais, conflitos de

competência em matéria tributária entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, dívida pública e fiscalização das instituições financeiras;

V - escolha dos Ministros do Tribunal de Contas da União (Const., arts. 49, XIII, e 52, III, *b*), e do presidente e diretores do Banco Central (Const., art. 52, III, *d*);

VI - matérias a que se referem os arts. 389, 393 e 394;

VII - outros assuntos correlatos.